



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL URBANO**  
**MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL**

**SUELI MARIA PEREIRA LEON**

**TURISMO RURAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**  
**PARA OS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRA E JAGUARIBE NO**  
**RECÔNCAVO SUL DA BAHIA**

Salvador  
2008

**SUELI MARIA PEREIRA LEON**

**TURISMO RURAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL  
PARA OS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRA E JAGUARIFE NO  
RECÔNCAVO SUL DA BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Salvador, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Análise Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva

Salvador  
2008

## FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

Leon, Sueli Maria Pereira

Turismo rural como fator de desenvolvimento local para os municípios de Cachoeira e Jaguaripe no Recôncavo Sul da Bahia./Sueli Maria Pereira Leon. - 2008.

149 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Salvador – UNIFACS. Mestrado em Análise Regional, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva

1. Turismo rural – Bahia – aspectos econômicos. 2. Proprietários rurais  
3. Desenvolvimento Local. I. Silva, Jorge Antonio Santos, orient. II. Título.

CDD: 338.4791

## TERMO DE APROVAÇÃO

SUELI MARIA PEREIRA LEON

TURISMO RURAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA OS  
MUNICÍPIOS DE CACHOEIRA E JAGUARIBE NO RECÔNCAVO SUL DA BAHIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Análise Regional, Universidade Salvador, pela seguinte banca examinadora:

Jorge Antonio Santos Silva \_\_\_\_\_  
Doutor em Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo (USP) – Brasil  
Universidade Salvador – UNIFACS

Regina Celeste de Almeida Souza \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia - Université de Rouen (UR) – França  
Universidade Salvador - UNIFACS

Francisco Emanuel Matos Brito \_\_\_\_\_  
Doutor em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Brasil  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, 10 de março de 2008.

Aos

Meus pais que me ensinaram a valorizar tudo na vida.

Jonnh, esposo e companheiro que muito contribuiu para que fosse possível a realização deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Ser grato é um lugar confortável para mim. O mais que tenho procurado fazer na vida, felizmente, é construir relações baseadas na gratidão e no afeto. Mesmo com o medo de que ocorra algum lapso, é com serenidade que quero agradecer as pessoas que nesse trajeto do mestrado me confortaram com palavras e momentos de apoio, incentivo e estímulo.

A Deus que permitiu que eu chegasse até aqui.

Ao Prof. Dr. Jorge Antonio, orientador querido sempre tão atencioso, receptivo, um mestre e pesquisador. Obrigada também pela sua contribuição com todo material bibliográfico que me foi concedido.

Ao Prof. Dr. Alcides Caldas, coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – UNIFACS, pela sua incansável busca pela qualidade do mestrado e aos demais professores do PPDRU pelos ensinamentos.

À Prof<sup>a</sup>. Regina Celeste que me cedeu seus livros para pesquisa e deu sugestões para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Francisco Emanuel Brito, por ter aceitado a participar da minha banca e ter contribuído com comentários e sugestões para a melhoria do trabalho final.

Às amigas secretárias do PPDRU, Márcia Stradmann e Danila Siena, por toda ajuda e companheirismo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

Às Secretarias Municipais de Cachoeira e Jaguaripe.

Aos proprietários das Fazendas Villa Rial em Cachoeira, Fazenda Nuances e Fazenda Recanto em Jaguaripe, pela concessão das informações solicitadas.

A Sra. Jane Figueiredo, Presidente da Associação de Turismo Rural da Bahia – ABRATUR, por sua atenção e disponibilização do seu tempo para a concessão da entrevista e pela luta para o desenvolvimento do turismo rural na Bahia.

Aos meus amigos especiais Edgar e Valdinéia Vinhas pela valiosa contribuição para a realização da pesquisa de campo.

Aos colegas que contribuíram com material bibliográfico, atenção, convívio e troca de experiências. E meu agradecimento especial para Vivian Costa (Vivi), Natalia Sá (Nat), a Débora Safira (Déb), Norma e Areza.

E a todos que torceram e acreditaram em mim.

O sucesso nasce do querer.  
Sempre que o homem aplicar a determinação e a persistência para um objetivo ele vencerá os obstáculos e, se não atingir o alvo pelo menos fará coisas admiráveis.

José de Alencar



## RESUMO

A presente dissertação enfoca o turismo como indutor econômico, e, por conseguinte, gerando renda às propriedades rurais em municípios baianos. A atividade turística de uma forma geral pode ser considerada como importante para a geração de emprego e elevação do nível de renda de uma população que viva em uma determinada região. O meio rural rico por seu patrimônio e sua cultura, caracteriza-se pela abundância de recursos naturais suscetíveis de atrair pessoas que buscam lazer, descanso, e recuperação física e mental. A análise foi feita nos municípios de Cachoeira e Jaguaripe no Recôncavo Sul, cuja economia é dependente basicamente da agricultura, baseada na cana-de-açúcar e mandioca. A metodologia usada foi predominantemente abordagem qualitativa de pesquisa com característica exploratória-descritiva. Esta metodologia é justificada pela carência de estudos relacionados ao turismo rural nos dois municípios pesquisados, que apresentam perfil rural. Foram pesquisadas as Secretarias de Turismo dos municípios de Cachoeira e Jaguaripe, e as fazendas existentes nas localidades de estudo. Para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas de pesquisa através dos questionários e entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, em que todos os segmentos pesquisados tiveram ampla autonomia de manifestarem suas opiniões sobre o assunto proposto. As conclusões do trabalho consistem em interpretações desta autora das palavras contidas nos depoimentos coletados. A administração pública dos Municípios observados não priorizou o turismo, havendo total ausência de políticas públicas na área de turismo rural, inviabilizando desta forma o desenvolvimento das localidades observadas.

**Palavras-chave:** turismo rural; proprietários rurais; atividade complementar de renda; desenvolvimento local; Cachoeira e Jaguaripe – Recôncavo Sul; Bahia.

## ABSTRACT

The present dissertation focus tourism as an economic inductor that consecutively generates income to rural proprieties situated in municipalities of the State of Bahia. Tourism activity, generally saying, can be considered as important both in terms of employment development and of income increase of a population that inhabits a certain region. The rural environment, rich for its patrimony and its culture, is characterized for its natural resources' abundance that, by its turn, is susceptible of attracting people that are looking for leisure, for rest, as well as, for physical and mental recuperation. The analysis was done in the municipalities of Cachoeira and Jaguaripe in the South Recôncavo, whose economy is basically dependent in agriculture, based on sugar cane and manioc production. As a methodology, it was predominately used a qualitative approach research with descriptive-exploratory characteristic. This methodology can be justified given to the lack of studies related to rural tourism in both researched municipalities, which present a rural profile. It was researched the Tourism Offices, and the local existing farms present in the study area. For data collection it was used research techniques by means of questionnaires and structured and semi-structured interviews, in which all researched segments had full autonomy in manifesting their opinions about the proposed theme. The work's conclusions consisted in the author's interpretations of the words present in the collected statements. The public management of the observed municipalities did not give priority to tourism, which means that there is a total absence of public politics in the rural tourism area.

**Key-words:** rural tourism; rural proprieties;;income complementary activity, local development; Cachoeira and Jaguaripe – South Recôncavo; Bahia.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Modalidades de turismo que podem ser praticados no espaço rural	46
Figura 2	Principais iniciativas de turismo rural no Brasil	61
Figura 3	Mapa do estado da Bahia	71
Figura 4	Mapa do zoneamento turístico do Prodetur I/Ba	74
Figura 5	Mapa do zoneamento turístico do Prodetur II/Ba	75
Figura 6	Segmentos prioritários por zonas turísticas da Bahia / 2003 – 2020	77
Figura 7	Número de propriedades que desenvolvem o turismo rural na Bahia – 1998 - 2003	79
Figura 8	Região Nordeste: Distribuição de propriedades rurais por Estado -2004	80
Figura 9	Propriedades que exploram o turismo rural na Bahia, por zona turística do Estado – 2004	81
Figura 10	Região do Recôncavo Sul - Localização e municípios componentes	89
Figura 11	Recôncavo: Estrutura Fundiária - 1996	91
Figura 12	Mapa de localização do Município de Cachoeira na Região do Recôncavo Sul	101
Figura 13	Distrito do Iguape e Cidade de Cachoeira	103
Figura 14	Rio Jaguaripe e Cidade de Jaguaripe	113
Figura 15	Mapa de localização do Município de Jaguaripe na Região do Recôncavo Sul	114

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Segmentação do turismo: marco conceitual	49
----------	--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Região Sul: Distribuição de propriedades rurais por Estado – 2004	62
Tabela 2	Região Sudeste: Distribuição de propriedades rurais por Estado – 2004	64
Tabela 3	Região Centro-Oeste: Distribuição de propriedades rurais por Estado – 2004	65
Tabela 4	Região Nordeste: Distribuição de propriedades rurais por Estado – 2004	67
Tabela 5	Região Norte: Distribuição de propriedades rurais por Estado – 2004	68
Tabela 6	Distribuição das propriedades rurais de todos os Estados do Brasil – 2004	70
Tabela 7	Região Recôncavo Sul - População total, urbana e rural e taxa de urbanização segundo os Municípios – 2000	90
Tabela 8	Produto Interno Bruto a preços correntes por região econômica e Municípios da Bahia - 1999 - 2004	98
Tabela 9	Cachoeira no <i>ranking</i> dos municípios da Bahia – 2000	105
Tabela 10	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) segundo o PNUD – 2000	106
Tabela 11	Lavoura Permanente – Quantidade produzida no Município de Cachoeira – 1998 - 2005	107
Tabela 12	Lavoura Temporária - Quantidade produzida no Município de Cachoeira – 1998 - 2005	108
Tabela 13	Pecuária – Efetivo de Rebanhos (quantidade de cabeças) no Município de Cachoeira – 1998 - 2004	109
Tabela 14	Número de estabelecimentos por grupo de atividade econômica e condição legal das terras – Cachoeira/BA - 1996	111
Tabela 15	Jaguaripe no <i>ranking</i> dos municípios da Bahia – 2000	116
Tabela 16	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) segundo o PNUD - 2000	116
Tabela 17	Lavoura Permanente - Quantidade produzida no Município de	117

Jaguaripe – 1998 – 2005

- Tabela 18 Lavoura Temporária - Quantidade produzida no Município de Jaguaripe – 1998 - 2005 118
- Tabela 19 Pecuária – Efetivo de Rebanhos (quantidade de cabeças) no Município de Jaguaripe – 1998 - 2004 119
- Tabela 20 Número de estabelecimentos por grupos de atividade econômica e condição legal das terras – Jaguaripe/BA – 1996 120

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABATURR	Associação Baiana de Turismo Rural
ABRATURR	Associação Brasileira de Turismo Rural
ACETER	Associação Cearense de Turismo no Espaço Rural
AMAT	Sindicato Rural e Associação de Municípios do Araguaia e Tocantins
AMETUR	Associação Mineira de Turismo Rural
AVIGRO	Avigro Avícola Agroindustrial Ltda
AVIPAL	Avipal Nordeste S/A
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CTI	Consultoria Turística Integrada
DGT	Direção Geral de Turismo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMPETUR	Empresa de Turismo de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
INTA	Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FEIRATUR	Feira Nacional de Turismo Rural
FRANGOSUL	Frangosul Alimentos
LEADER	Liaison Action de Developement de l'Économie Rurale
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MINASTUR	Minas Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organizações das Nações Unidas
PARANATUR	Paraná Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PIF-PAF	Pif-Paf Alimentos
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODER	Programa de Emprego e Renda
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento Turístico
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTR	Plano de Turismo do Recôncavo
RATUR	Rede Argentina de Turismo Rural
REDE TRAF	Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo

SDR	Secretaria do Desenvolvimento Rural
SEAGRI	Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SERRATUR	Empreendimentos e Promoções Turísticas S/A
SOLUÇÃO	Assessoria e Planejamento
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNIFACS	Universidade Salvador
UNP	Universidade Potiguar
WTTC	World Travel and Tourism Council



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL – CONCEITOS E IMPACTOS</b>	<b>22</b>
2.1	CONCEITUAÇÃO DO TURISMO	22
2.2	IMPACTOS ECONÔMICOS DO TURISMO	26
2.3	IMPACTOS SOCIOCULTURAIS	28
2.4	IMPACTOS AMBIENTAIS	31
2.5	TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL	34
<b>3</b>	<b>TURISMO NO ESPAÇO RURAL</b>	<b>44</b>
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÕES	44
3.2	TURISMO RURAL NO MUNDO	52
3.3	TURISMO RURAL NO BRASIL	55
<b>3.3.1</b>	<b>Um retrato do turismo rural nas regiões do Brasil</b>	<b>62</b>
3.3.1.1	Região Sul	62
3.3.1.2	Região Sudoeste	63
3.3.1.3	Região Centro-Oeste	64
3.3.1.4	Região Nordeste	65
3.3.1.5	Região Norte	68
3.4	TURISMO RURAL NA BAHIA	71
<b>3.4.1</b>	<b>Potencial do turismo rural como gerador de renda e desenvolvimento local para os Municípios de Cachoeira e Jaguaripe</b>	<b>82</b>
<b>4.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO RECÔNCAVO SUL, DE CACHOEIRA E JAGUARIFE</b>	<b>86</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO RECÔNCAVO SUL	86
<b>4.1.1</b>	<b>Um breve histórico</b>	<b>86</b>
<b>4.1.2</b>	<b>A situação geográfica</b>	<b>87</b>
<b>4.1.3</b>	<b>O quadro socioeconômico</b>	<b>91</b>

4.2	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA	99
4.2.1	<b>Um breve histórico</b>	99
4.2.2	<b>A situação geográfica</b>	101
4.2.3	<b>O quadro socioeconômico</b>	103
4.3	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIFE	112
4.3.1	<b>Um breve histórico</b>	112
4.3.2	<b>A situação geográfica</b>	113
4.3.3	<b>O quadro socioeconômico</b>	115
5	<b>PESQUISA DE CAMPO</b>	121
5.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	121
5.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS	122
5.2.1	<b>Pesquisa com o proprietário da fazenda de Cachoeira</b>	122
5.2.2	<b>Pesquisa com os proprietários das fazendas de Jaguaripe</b>	124
5.2.3	<b>Pesquisa com os Gestores do turismo em Cachoeira e Jaguaripe</b>	125
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	130
	<b>REFERÊNCIAS</b>	136
	<b>APÊNDICES</b>	144
	<b>APÊNDICE A - Questionário de pesquisa – Proprietários rurais</b>	145
	<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista – Gestores de turismo</b>	147
	<b>APÊNDICE C – Carta encaminhada ao Secretário de Fomento do Município de Cachoeira</b>	148
	<b>APÊNDICE D – Carta encaminhada à Diretora de Turismo do Município de Jaguaripe</b>	149

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 1960, o turismo vem sendo percebido e tratado, inclusive por estados e municípios do Brasil, como uma oportunidade econômica para regiões mais pobres. O turismo isoladamente, pode significar apenas mais uma alternativa de crescimento econômico, pontual e sem sustentação. Porém, por tratar-se de uma atividade de dimensão multissetorial, o turismo possui uma capacidade de articulação e dinamização que permite criar e atrair diversas outras atividades econômicas.

O turismo rural é uma prática alternativa ao turismo de sol e praia, que possibilita a interiorização da atividade turística. Desta forma, pode funcionar como um instrumento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico fundamentado na integração regional e na inclusão social para as regiões vocacionadas.

Esta atividade pode ainda valorizar os recursos naturais, históricos, culturais, bem como promover a integração de suas atividades produtivas e pode se converter, também, em importante fonte de rendimentos para os proprietários rurais, tornando-se assim, um elemento de alavancagem do desenvolvimento local, com base endógena e planejada como um processo sustentável.

A presente dissertação enfoca o turismo como indutor econômico, e, por conseguinte, gerando renda às propriedades rurais em municípios baianos. Os municípios em análise são: Cachoeira e Jaguaripe, que estão localizados na Região do Recôncavo Sul da Bahia. Por muito tempo a principal atividade econômica destes municípios foi o cultivo da cana-de-açúcar, cujos efeitos da monocultura impactaram o nível de desenvolvimento econômico levando os municípios ao empobrecimento. Durante muito tempo, o mundo rural foi entendido como algo circunscrito às atividades agropecuárias e extrativistas. Hoje o cultivo da terra e a criação de animais não constituem mais, para os habitantes do meio rural, seu único meio de vida. Novas atividades e serviços estão sendo desenvolvidos no e a partir do espaço rural, que o Brasil possui e é muito extenso.

O turismo rural tem despontado neste contexto, contribuindo para a preservação ambiental, social e cultural, para a produção de alimentos diferenciados e, principalmente, para a valorização do agricultor e seu trabalho, favorecendo a redução do êxodo rural.

É um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico, pois, estimula a permanência de famílias e jovens no meio rural; contribui para aumentar a renda das propriedades; possibilita a geração de empregos e tende a melhorar a infra-estrutura dos municípios e das comunidades rurais.

O objetivo desta dissertação é avaliar em que medida o turismo tem atuado como atividade econômica, servindo como fonte de renda para as propriedades rurais dos municípios de Cachoeira e Jaguaripe no Recôncavo Sul da Bahia, complementando ou substituindo atividades econômicas tradicionais e propiciando o desenvolvimento local.

Para o desenvolvimento da pesquisa a metodologia utilizada, de acordo com a classificação de Vergara (2006), pode ser classificada quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória. Exploratória porque visa proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo mais explícito (Boaventura, 2004). Quanto aos meios, a presente pesquisa pode ser caracterizada como sendo uma pesquisa de campo, documental, bibliográfica e um estudo de caso. Pode-se observar que os tipos de pesquisa não são mutuamente excludentes, como afirma Vergara (2006).

Como pesquisa de campo, realizou-se uma investigação empírica no local onde ocorre o fenômeno, além da utilização de instrumentos de pesquisa como entrevistas e aplicação de questionários. Nesse sentido, foram coletados dados primários nos municípios de Cachoeira e Jaguaripe, através da elaboração de roteiros de entrevistas e sua conseqüente aplicação. Foram utilizados também dados secundários a partir do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR. A investigação

foi também documental, pois se valeu de documentos das organizações que também pesquisam sobre o turismo rural, como relatórios, formulários e outros.

A pesquisa bibliográfica é considerada como exemplo de pesquisa exploratória, conforme afirma Boaventura (2004). A pesquisa bibliográfica de acordo com Vergara (2006), trata-se um estudo desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. O estudo de caso, conforme Yin (2005), objetiva examinar acontecimentos contemporâneos, contando com muitas técnicas das pesquisas históricas e utilizando a observação direta e série sistemática de entrevistas.

De acordo com o método de pesquisa descrito acima, a presente dissertação apresenta informações relativas ao turismo, turismo rural, características do Recôncavo Sul e dos municípios de Cachoeira e Jaguaripe, por meio de dados coletados de livros, revistas impressas e eletrônicas, órgãos públicos e artigos que discorram sobre os temas.

Por se tratar de um estudo de caso, dentre os instrumentos de coleta já mencionados, considera-se a entrevista como melhor instrumento para obtenção de dados referentes ao tema em questão. Segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 107), "a pesquisa pode ser entendida como uma conversação que envolve duas pessoas, efetuada face a face, que proporciona aos entrevistados, verbalmente, a informação necessária para a pesquisa".

As entrevistas foram realizadas com os dirigentes de órgão públicos como a Secretaria de Turismo dos municípios de Cachoeira e Jaguaripe e a Presidente da Associação de Turismo Rural da Bahia - ABRATURR. A entrevista foi do tipo por pauta (Vergara, 2006), na qual o entrevistador agendou vários pontos a serem abordados com o entrevistado, visando uma maior fundamentação do estudo.

Os resultados dos questionários mostraram que o turismo rural nas propriedades investigadas é uma potencial atividade para a complementação da renda dos proprietários e também para a conservação das propriedades, melhoria na qualidade de vida e preservação do meio ambiente, enquanto que as entrevistas com os

gestores dos municípios revelaram que este segmento de turismo não vem sendo valorizado e nem existem projetos específicos para o seu desenvolvimento nos municípios.

A estrutura desta dissertação está composta de seis partes. O capítulo 1 é a presente introdução que apresenta uma breve contextualização do tema proposto da dissertação, apresenta o objetivo da pesquisa e a metodologia utilizada.

O capítulo 2 intitulado de Turismo e Desenvolvimento Regional e Local - Conceitos e Impactos apresenta uma breve conceituação sobre turismo e seus impactos no âmbito econômico, sociocultural e ambiental e também traz uma discussão da importância do turismo para o desenvolvimento regional e local.

O capítulo 3 apresenta os referenciais teóricos e discussões sobre o turismo rural e as diversas tipologias, bem como o panorama desta atividade no mundo, no Brasil e em suas regiões.

O capítulo 4 mostra a dinâmica do turismo rural e o crescimento desta atividade na Bahia e no Recôncavo Sul e também apresenta a caracterização geográfica, histórica e socioeconômica desta região e dos municípios de Cachoeira e Jaguaripe, discorrendo sobre a importância do turismo rural como vetor de desenvolvimento local para estes municípios.

O capítulo 5 traz os resultados da pesquisa de campo que foi realizada nos municípios em estudo, e os resultados da aplicação dos questionários e da realização das entrevistas com os gestores do turismo.

O capítulo 6 apresenta as considerações finais, nas quais se mostra a necessidade da integração dos atores sociais para alavancagem do turismo rural nestas localidades.

## **2. TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL – CONCEITOS E IMPACTOS**

### **2.1. CONCEITUAÇÃO DO TURISMO**

O turismo é uma atividade marcante na sociedade pós-industrial, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos que nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. Considerada uma atividade econômica bastante promissora, principalmente por constituir-se num ramo gerador de divisas, renda e emprego, podendo contribuir para o desenvolvimento local. No ano de 2003 foi criado pelo Governo Federal o Ministério do Turismo – MTur, dentro de uma perspectiva de reconhecer o turismo como um vetor de desenvolvimento, com o objetivo de tratar a atividade do turismo como um expressivo potencial de impacto econômico, social e ambiental, possibilitando a geração de empregos e divisas e a transformação do turismo em um mecanismo que contribua para a inclusão social das populações residentes nas regiões ou locais de destino. Porém o turismo não tem uma definição universal. Vários autores de diversas áreas do conhecimento, como geógrafos, economistas, sociólogos, administradores e antropólogos, tentam definir esta atividade (RIBEIRO, 2004).

Entre as definições econômicas, evidencia-se a de Herman von Schullard por tratar-se da primeira definição sob a ótica econômica em 1910, para ele turismo é: “[...] a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região” (HERMAN VON SCHULLARD apud BENI, 1997, p. 36). Ainda na visão econômica, pode-se definir o turismo como:

[...] um conjunto de atividades econômicas diversas que englobam os transportes, os meios de hospedagem, os agenciamentos de viagens e as práticas de lazer, além de outras tantas ações mercadológicas que produzem riquezas e geram empregos para muitas regiões e países (LAGE; MILONE, 2000 apud RIBEIRO, 2004, p. 23).

Foi em 1942 que os professores suíços Hunziker e Krapf, formularam a seguinte definição do turismo: “[...] a soma dos fenômenos das relações resultantes de

viagem e permanência de não residentes, à medida que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória” (HUNZIKER E KRAPF apud SANCHO, 2001, p. 37) .

Esta definição, porém, foi considerada pela Organização Mundial de Turismo – OMT

muito ampla e pouco esclarecedora, já que induzia muitos conceitos indeterminados que deveriam ser antes definidos.

Dentre as definições de turismo mais abrangentes ou consideradas holísticas, destacam-se as de Jafar Jafari que afirma: “Turismo é o estudo do homem que está longe do seu habitat, do setor que atende suas necessidades, e dos efeitos que ele e este setor exercem sobre os ambientes socioculturais, econômicos e físicos para os quais se dirigem” (JAFARI, 1977 apud THEOBALD, 2001, p.32), e a de Mathieson e Wall, segundo a qual o “Turismo é o deslocamento temporário de pessoas de seus locais normais de trabalho e residência para determinados destinos, as atividades empreendidas durante suas estadas em tais destinos e as instalações criadas para atender a suas necessidades” (MATHIESON; WALL, 1982 apud THEOBALD, 2001, p. 32).

Como se pode observar, diversas definições foram elaborados sob diversas óticas, porém, a OMT, em 1994, com o intuito de formular um conceito mais claro sobre o turismo, adotou a seguinte definição: “O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios e outros” (OMT 1994 apud SANCHO, 2001, p. 38).

A OMT considera essa definição ampla e flexível e apresenta as características mais importantes do turismo. São elas:

- Introdução dos possíveis elementos motivadores de viagem: lazer, negócios ou outros;
- Nota temporária do período por um ano, realmente amplo, muito extenso se comparado com o tempo normal de duração dos vistos de viagem para turismo



dados pelos governos, três meses ou com a periodicidade prevista por algumas legislações para delimitar o que se considera habitual, seis meses;

- Delimitação da atividade desenvolvida antes e durante o período de estada;
- Localização da atividade turística como a atividade realizada “fora” do seu entorno habitual. (SANCHO, 2001).

Segundo Oliveira (2000), foi no final do século XIX e início do século XX, que surgiu um número expressivo de conceitos que caracterizavam o fenômeno turístico, mas, muitos destes conceitos perderam atualidade, seja por falta de fundamentação ou por falta de credibilidade de sua origem.

Ainda em Oliveira (2000), o turismo é uma atividade própria de sociedades de consumo, atividade que combina ações públicas e privadas, e exige grandes investimentos financeiros e tecnológicos no fornecimento de bens e serviços aos turistas. Visa também alcançar resultados que permitam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade envolvida. Com o objetivo de contemplar todos os aspectos acima, Oliveira (2000, p. 34) apresenta a definição de turismo como:

O conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural produzidos numa localidade, são decorrentes da presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de residência para outras, de forma espontânea e sem fins lucrativos. [Embora em sentido simbólico, possa se admitir que tal presença seja induzida e lucrativa para os turistas].

O turismo faz parte do setor de serviços e este é o setor que mais tem crescido nas economias industrializadas. Para Kotler (2000 apud Garrido, 2002), serviço é um ato ou desempenho particularmente intocável onde apenas uma parte oferece à outra e não existe a posse de um bem. Vários fatores contribuíram para que essa atividade se tornasse um fenômeno de massa, como: a elevação do nível de renda da população mundial em geral, da multiplicação e barateamento dos meios de transporte, da melhoria do padrão de vida na sociedade urbana e industrial.

O turismo que era visto como uma atividade secundária, passou a receber atenção especial em razão de ser uma fonte geradora de receitas e a exigir uma sistemática manipulação, consolidando-se dentro do conceito de “indústria normal”<sup>1</sup>.

Wahab (1977, p.5) se refere à consideração do turismo como “indústria” da seguinte forma: “O turismo é uma destas novas indústrias que são capazes de propiciar um rápido crescimento econômico em ofertas de empregos, renda, nível de vida e ativação de outros setores produtivos do país receptor”.

É difundido o princípio, no entanto, de não se reconhecer ao turismo o caráter de ‘setor’ econômico e nem de indústria. Para Lemos (1996), é equivocado definir o turismo como indústria, pois esta é representada por atividades produtivas que transformam a matéria-prima no sentido de fabricar mercadorias. O turismo gera atividades indiretas que atingem os mais variados setores da economia, desde a indústria até a agricultura.

O turismo, por ser uma atividade econômica e que atua diretamente sobre o ambiente natural e cultural das localidades receptoras, produz diversos impactos, não somente positivos, mas também negativos ao meio ambiente e às populações autóctones.

## 2.2 IMPACTOS ECONÔMICOS DO TURISMO

Mostra Rabahy (2003), que foi a partir do século XIX, que o turismo começa a se firmar como atividade econômica, devido principalmente às ações empresariais de Thomas Cook, César Ritz e George Pullman.

---

<sup>1</sup> Esta expressão é adotada pelo *trade* (conjunto de empresas do mesmo ramo de atividade) e por alguns estudiosos, mas combatida por outros mais preocupados com o rigor conceitual, já que se trata de uma atividade do setor terciário, não sendo adequado o seu tratamento como sendo uma “indústria”.

Nos últimos 50 anos, segundo Rabahy (2003), o turismo apresentou um crescimento sustentável a uma taxa média anual de 6,5%, passando de 25,2 milhões de chegadas de turistas internacionais em 1950 para 697,2 milhões em 2000, resistindo a condições políticas e econômicas adversas, e se tornando uma das maiores “indústrias” do mundo, com um faturamento de U\$477,9 bilhões. Segundo dados do World Travel Tourism Council - WTTC 2006, o turismo teve uma produção mundial de 5,0 bilhões de dólares no ano de 2006 e com previsão para 2016 de 9 bilhões de dólares.

A atividade turística tem importância significativa na economia mundial e o interesse por esta atividade vem expandindo-se por todo o mundo em razão das vantagens trazidas por ela. Muitos países têm o turismo como principal “setor” da economia.

Rabahy (2003) ressalta que a importância do impacto do turismo na economia dos países, estabelece uma distinção entre seus efeitos em economias desenvolvidas, em economias em desenvolvimento e naquelas em estado intermediário de desenvolvimento e nos dois últimos casos, os impactos são mais intensos pelo fato de se caracterizarem como países preponderantemente receptores.

Os principais efeitos econômicos positivos do turismo, apresentados por Rabahy (2003) são: efeitos na produção, no emprego, no balanço de pagamentos, no setor público, no desenvolvimento regional, na distribuição de renda, nos preços, no câmbio, na moeda, e até nos termos de relações de troca com outros países.

As análises econômicas tendem a ver o turismo por uma perspectiva unilateral, com os impactos econômicos sendo tradicionalmente enfocados sob o ponto de vista dos lucros que apresenta, mesmo sabendo-se que existem diversos impactos econômicos negativos como: sazonalidade, trabalhos temporários, falsa sensação de empregabilidade, inflação, importações e “vazamentos<sup>2</sup>”.

---

<sup>2</sup> Saída de divisas do país receptor em função de remuneração a proprietários de fatores de produção não residentes, a título de repatriação de lucros do capital investido, de parte dos salários de trabalhadores “estrangeiros”, e pelo pagamento das importações das matérias-primas, insumos e outros materiais necessários ao atendimento da demanda turística, não supridos por estabelecimentos nacionais, regionais ou locais.

Já os impactos ambientais e socioculturais costumam ser analisados por seu lado negativo, mesmo sabendo que existem impactos positivos como: proteção aos recursos naturais, educação ambiental, e elevação da auto-estima local.

Ruschmann (1999) aponta que os efeitos econômicos gerados pelas atividades turísticas em uma localidade são relativamente mais fáceis de medir que os naturais e os socioculturais. Mathieson e Wall (1998 apud Ruschmann 1999) relacionam os seguintes fatores para proporcionar efeitos econômicos positivos nas destinações:

- A natureza dos equipamentos e dos recursos e sua utilidade para os turistas;
- O volume e a intensidade dos gastos dos turistas nas imediações;
- O nível do desenvolvimento econômico da destinação;
- A base econômica da destinação;
- O grau de distribuição e de circulação das despesas realizadas pelos turistas na destinação;
- O grau de adaptação do local à sazonalidade da demanda turística.

Apesar do otimismo com que se aborda os aspectos econômicos positivos, os custos da atividade não podem ser desconsiderados:

- A necessidade de importação de produtos para atender desejos e necessidades dos turistas, provoca evasão de divisas;
- A dependência excessiva do turismo pode provocar declínio de outra atividade econômica;
- Inflação e especulação imobiliária. Não somente o preço dos terrenos é a questão, mas a nacionalidade de quem os adquire, pois a transferência da propriedade da terra para os não nacionais pode afetar severamente as opções de desenvolvimento futuro (LAGE E MILONE, 1999);
- A sazonalidade da atividade, que pode determinar a ausência de turistas em uma parte do ano, compromete a rentabilidade da atividade e pode ocasionar desempregos nesta época.

Os fatores citados anteriormente, porém, não impedem que as projeções mundiais indiquem o desenvolvimento do turismo de modo a transformá-lo numa das maiores atividades econômicas do mundo, segundo a OMT e o WTTC.

## 2.3 IMPACTOS SOCIOCULTURAIS

Para a maioria dos autores é difícil estabelecer uma distinção clara entre impacto social e cultural nas comunidades receptoras. Para Lage e Milone (1999), o impacto sociocultural pode acontecer de forma bilateral: “[...] enquanto pode ajudar, reconhecer e promover culturas distintas pode também alterar ou distorcer padrões culturais no processo de crescimento” (LAGE E MILONE, 1999, p 34).

O desejo de conhecer os modos de vida de outros povos e comunidades nem sempre vem acompanhado do devido respeito, da devida consciência do valor e do legítimo interesse por parte dos visitantes, o que potencializa a ocorrência de diversos impactos negativos. A maioria dos turistas não sente a necessidade urgente de se chegar aos habitantes das regiões visitadas.

Entretanto, em muitos casos os turistas não se comportam desta forma alienada. Muitos deles desejam algo mais, ou seja, desejam conhecer o país que os acolhe e seus habitantes (KRIPPENDORF, 1989). Krippendorf pesquisou sobre a relação dos viajantes e viajados e revela que os turistas não mantêm uma aproximação real e profunda, mas o turismo propicia um diálogo entre visitantes e visitados ainda que de forma superficial.

O que ocorre é que o turismo, no primeiro momento, é visto pela comunidade receptora como gerador de renda. Doxey (1975, apud Sancho, 2001), cita as cinco fases dos impactos socioculturais que podem ocorrer no local receptor do turismo, entre turistas e moradores: fase de euforia, apatia, irritação, antagonismo e fase final.

As características das cinco fases são descritas por Doxey (1975, apud Sancho 2001, p. 36) da seguinte forma:

- Fase da euforia é quando o turismo desperta entusiasmo na população residente, que o vê como uma opção para o desenvolvimento;
- Fase da apatia é quando a expansão já está concretizada, o turismo é visto como um negócio lucrativo;
- Fase da irritação é quando o turismo alcança níveis de saturação no local, os moradores necessitam de compensações para poderem aceitar a atividade turística;
- Fase do antagonismo é quando o turismo é considerado como a causa de todos os males do lugar; e
- Fase final é quando o destino perdeu todos os atrativos que originalmente atraíam os turistas.

Porém, Brito (2005), menciona que as fases citadas acima podem se apresentar de maneira não ordenada e até ocorrer à ausência de algumas delas e o surgimento de outras, quer dizer, as fases podem não ocorrer de maneira linear, o que pode influenciar a sua manifestação é: a dimensão e os aspectos econômicos e socioculturais da relação dos turistas com a população local.

Vale ressaltar que a manifestação de antagonismo pode reverter-se em atitudes de tolerância, como também em atitudes agressivas contra os turistas. Brito (2005) cita um exemplo explícito de antagonismo protagonizado pelos índios Kuna, no Panamá, que “deram autorização a um americano para construir um hotel, que depois foi transformado em campo de nudismo e em centro de consumo de drogas”. Sentindo-se enganados, “um grupo de jovens Kunas incendiou o centro turístico” (MICHEL, 1998 apud BRITO, 2005 p. 57).

Os impactos culturais são aqueles que trazem conseqüências para tradições e manifestações culturais específicas. A cultura de um povo é uma das mais importantes motivações das viagens turísticas, mas o desejo de conhecer o modo de vida de outros povos, nem sempre vem acompanhado do devido respeito.

Os impactos desfavoráveis ocorrem com mais intensidade no turismo de massa e podem comprometer a autenticidade e espontaneidade das manifestações culturais, entre os quais Ruschmann (1999, p. 53), cita:

- Descaracterização do artesanato – produção voltada para o turista, descaracterizando a função utilitária dos objetos para transformá-los em itens de decoração;
- Limitação de atividades tradicionais que utilizam recursos naturais de maneira artesanal, como a pesca;
- Comercialização das manifestações tradicionais – As cerimônias tradicionais, os festivais e os costumes são apresentados como shows, com a possibilidade da perda de identidade, do sentido real das festividades pela população nativa;
- Destruição do patrimônio histórico – O acesso de turistas em massa pode comprometer as estruturas de bens históricos, tanto pela circulação excessiva de pessoas como também pelas ações de vandalismo; e
- Ocorrência do uso indiscriminado do álcool e de drogas e o favorecimento da prostituição.

De outro lado, também ocorrem impactos favoráveis:

- Valorização do artesanato – o interesse dos turistas pode revitalizar técnicas de artesanato quase extintas, como a cerâmica marajoara e artigos de palhas e vimes, em regiões brasileiras;
- Valorização da herança cultural – manifestada no teatro, música, danças, e até na gastronomia;
- Orgulho étnico – canções, danças e músicas folclóricas passam a ser executadas, deixando de caracterizar sinal de ignorância e condição social inferior; e

- Valorização e preservação do patrimônio histórico – que passa a receber atenção do governo ou instituições privadas para restauração e conservação (RUSCHMANN, 1999, p.48).

Portanto, o turismo traz custos e benefícios econômicos e não-econômicos para as comunidades anfitriãs e o desafio que se coloca é o de obter o equilíbrio correto. A presença do turismo deve ser parte do desenvolvimento geral e deve ser visto de forma sustentável.

## 2.4 IMPACTOS AMBIENTAIS

Existem vários conceitos de impacto ambiental que são referenciais para uma melhor compreensão do assunto, porém nesta dissertação é apresentada a Resolução nº 001 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, de 21 de janeiro de 1986, que diz:

É qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota<sup>3</sup>; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1993, p.20).

O contato com a natureza é uma das maiores motivações das viagens de lazer, porém o turismo e o meio ambiente não têm tido um relacionamento harmonioso, pois muitas pessoas com o intuito de fazer turismo não se preocupam em conservar o meio ambiente.

Nas palavras de Ruschmann (1999, p. 10):

Em quase todas as destinações turísticas tem-se constatado a falta de “cultura turística” das pessoas que viajam, o que faz que se comportem de forma alienada em relação ao meio em que visitam, acreditando não terem nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é “sagrado”, que têm direito ao uso daquilo pelo que pagaram e, permanecendo pouco tempo

---

<sup>3</sup> O conjunto dos animais e vegetais de uma região.



(individualmente), julgam-no insuficiente para serem responsabilizados pelas agressões ao meio ambiente.

As alterações no meio ambiente são visíveis, porém dificilmente mensuráveis e para Mathieson e Wall (1998 apud Ruschmann 1999, p.35), a avaliação dos impactos de toda ordem sobre o meio ambiente é extremamente difícil, por cinco razões:

- O fato de o ser humano estar vivendo e modificando a Terra há milhares de anos;
- A dificuldade de se estabelecer uma base para medir as modificações;
- A impossibilidade de dissociar o papel do homem do papel da natureza;
- As complexas interações do fenômeno turístico fazem com que o impacto total da atividade seja quase impossível de ser medido;
- A descontinuidade espacial e temporal entre causa e efeito;
- A dificuldade para a seleção de indicadores mais apropriados.

Independentemente desses fatores, é possível a identificação de conseqüências positivas e negativas, do ponto de vista ambiental, resultantes da relação com a atividade turística. De acordo com vários autores, como Ruschmann (1999), Mathieson e Wall (1982), destacam-se a seguir os diversos impactos positivos e negativos do turismo sobre o meio ambiente:

Impactos Ambientais Positivos:

- Os empreendedores turísticos passam a investir em ações conservacionistas, pois a natureza torna-se um atrativo turístico, e como foi dito anteriormente como uma das maiores motivações para a viagem de lazer;
- A descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais são promovidas em regiões não valorizadas;
- Utilização mais sustentável dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza;
- A recuperação de áreas degradadas
- A implantação de técnicas de mínimo impacto, redução do lixo;

- A renda da atividade turística proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas.
- Preservação de importantes áreas naturais;
- Preservação de locais históricos e arqueológicos;
- Melhorias na qualidade ambiental;
- Melhoria de infra-estrutura;
- Alternativa de preservação para uma região agrícola em processo de estagnação econômica;
- Valorização da cultura típica (RUSCHMANN, 1999; MATHIESON E WALL, 1982)

#### Impactos Ambientais Negativos:

- Degradação da paisagem, devido a construções inadequadas ao lugar;
- Contaminação da água, rios e mares, pelo aumento de esgotos não tratados, mau funcionamento dos sistemas de tratamento, descarga de esgoto de iates de recreio;
- Aumento da geração de resíduos sólidos;
- Redução da população de animais cuja coleta se destina à alimentação dos turistas, como camarão, caranguejo, lagostas;
- Os congestionamentos;
- A poluição sonora e ambiental;
- A destruição da paisagem natural, dos sítios históricos, dos monumentos e das áreas agropastoris;
- Assoreamento da costa, com a destruição de recifes, corais, mangues, restingas, dunas, onde se destacam os constantes aterros para aumentar a área urbana;
- Degradação da fauna e da flora, por desmatamento, pesca e caça predatória. (RUSCHMANN, 1999; MATHIESON E WALL, 1982)

O turismo pode ser um vetor de desenvolvimento ou de impactos negativos para a localidade onde será desenvolvido. A forma como será fomentado é que definirá o seu desempenho e o seu relacionamento com os insumos naturais. É evidente a necessidade do planejamento como forma de estruturar as ações, maximizando as possibilidades de sucesso e minimizando os impactos ambientais e socioculturais negativos.

## 2.5 TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

Desenvolvimento é um conceito associado à idéia de fazer as nações pobres caminharem em busca da superação de suas pobrezaas. Quase sempre falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer e não do mundo em que se vive.

É necessário, nesta dissertação, distinguir crescimento de desenvolvimento econômico, bem como apresentar a diferenciação dos termos: desenvolvimento regional, desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno, desde quando se apresenta o turismo como uma via para o desenvolvimento regional e local.

Para Souza (1999), quando a economia cresce e fica concentrada, sem distribuição justa, ocorre apenas crescimento econômico. O desenvolvimento se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, ou seja, atinge a escala humana.

Dentro das teorias que abordam os temas de desenvolvimento regional, local e endógeno, o que se percebe é um objetivo comum e primordial: melhorar o nível de vida da população.

Nas palavras de Souza (1996, p.5):

Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação e uma transformação positiva, desejada, ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social.

A busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico levou a maioria dos países do mundo a concentrar seus esforços na promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deixando a qualidade de vida em segundo plano. É necessário entender o desenvolvimento tanto na perspectiva social como na econômica. Na esfera econômica, o desenvolvimento foi reduzido ao simples crescimento econômico. Só em 1962, o Conselho Econômico das Nações Unidas recomendou a inclusão dos aspectos sociais às considerações sobre o desenvolvimento.

As propostas de Ação da Primeira Década de Desenvolvimento - 1960 - 1970 da ONU (Organização das Nações Unidas) determinavam que o problema dos países subdesenvolvidos não era somente o crescimento, mas o desenvolvimento, e que desenvolvimento implica mudanças sociais, culturais e econômicas, mudanças sobretudo, qualitativas. No conceito-chave pretendia-se a melhoria da qualidade de vida da maioria das pessoas. Para a primeira década foram considerados os aspectos econômicos e sociais separadamente, já na segunda década, 1970 – 1980, procurou-se unir esse dois aspectos, mas acabou-se por seguir uma direção contrária, pois apesar de concordar com o desenvolvimento, este ainda está sendo considerado sinônimo de crescimento econômico, tanto pelos teóricos de origem clássica, como pelos órgãos de fomento.

O tema “desenvolvimento” quase sempre é trabalhado em escala nacional, porém nas últimas décadas ele tem sido visto como um problema regional e local. Para Silva (2003 p, 48).

Há poucos anos não havia indicadores brasileiros sobre PIB (Produto Interno Bruto) municipal e hoje há. Ninguém se interessava pelo PIB municipal, só se interessava pelo PIB nacional, e na melhor das hipóteses, pelo PIB regional [...], mas hoje todos os Estados têm uma contabilidade estadual que determina o PIB local, o que permite valorizar a inserção daquele Município, numa perspectiva mais ampla. [...] os indicadores sociais também eram sempre nacionais, ou macrorregionais, e hoje os indicadores sociais também são apresentados em nível local.

Essa afirmação de Silva (2003), supracitada, encontra suporte nas palavras de Boisier (2000, p. 6) quando o autor afirma que “surgiu uma verdadeira polissemia em torno do conceito de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento deixa de ser

discutido individualmente e passa a ser discutido em uma escala: territorial, regional, local, endógena, sustentável e humana”.

Na escala regional, Boisier (2000, p. 7), entende e define o desenvolvimento como:

[...] um processo de mudança estrutural (em um âmbito territorial denominado “região”) que se associa a um permanente processo de progresso da própria região, da comunidade que habita nela e de cada indivíduo membro de tal comunidade e habitante de tal território. (Tradução nossa).

Pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento. Pode-se dizer que o objetivo do desenvolvimento regional é encontrar formas de inserção dos lugares na economia de mercado sem deixar de fora o homem, os lugares e seu patrimônio natural e cultural.

No Brasil, nos últimos anos, houve uma valorização de políticas locais como fator para a dinamização de territórios subordinados, a exemplo de espaços interiores e rurais. A partir daí surge o conceito de desenvolvimento endógeno que é definido por Buarque (1999 apud Boisier 2000, p. 10), como:

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. O conceito genérico de desenvolvimento local pode ser aplicado para diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade (...) até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido. O desenvolvimento municipal é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município.

Porém, alguns autores utilizam os termos desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno como sinônimo, sem fazer a sua diferenciação. Para Vázquez Barquero (1999), que discute o desenvolvimento endógeno, esta teoria considera que nos processos de desenvolvimento intervêm os atores econômicos, sociais e institucionais que formam o entorno no qual se desenvolve a atividade produtiva e,

entre eles, se forma um sistema de relações produtivas, comerciais, tecnológicas, culturais e institucionais, cuja densidade e caráter inovador irá favorecer os processos de crescimento e mudança estrutural.

O desenvolvimento endógeno se caracteriza por sua dimensão territorial, mesmo porque cada região é o resultado de seu próprio processo histórico, mediante os investimentos que as empresas e os agentes públicos realizem, sob o controle crescente da comunidade local.

Ainda em Vázquez Barquero (1999), o desenvolvimento endógeno busca satisfazer as necessidades e demandas da população através da participação ativa da comunidade nos processos de desenvolvimento, visando atingir o bem-estar econômico, social e cultural de todos, porém ressalta-se que a economia local se auto-organiza de forma espontânea.

Pode-se definir o desenvolvimento econômico endógeno como um processo de crescimento e mudança estrutural que se produz como consequência das transferências de recursos das atividades tradicionais para as modernas; da utilização de economias externas e da introdução de inovações, o que gera o aumento do bem-estar da população de uma cidade ou região. É quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e de liderar o processo de mudança estrutural (VÁZQUEZ BARQUERO, 1999).

Max-Neef (1994 p.82), em sua obra Desarrollo a Escala Humana, discutiu inúmeros aspectos referentes ao desenvolvimento. Para ele:

O desenvolvimento em Escala Humana não exclui metas convencionais como crescimento econômico para que todas as pessoas possam ter um acesso digno a bens e serviços. No entanto, a diferença com respeito aos estilos dominantes reside em concentrar as metas do desenvolvimento no mesmo processo de desenvolvimento. Em outras palavras, que as necessidades humanas fundamentais podem começar a se realizar desde o começo e durante todo o processo de desenvolvimento; ou seja, que a realização das necessidades não seja a meta, mas sim o motor do desenvolvimento. Isso se alcança na medida em que a estratégia de desenvolvimento seja capaz de estimular permanentemente a geração de fatores de satisfação sinérgicos (Tradução nossa).

Ainda na questão do desenvolvimento, Cavaco (1996, p.94), empregou a expressão “desenvolvimento local” para expressar o processo em que as localidades, criam oportunidades de promoção do bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizam a economia em pequena escala, gerando o ‘desenvolvimento’ do lugar mediante estratégias de baixo impacto socioambiental.

É importante salientar que o desenvolvimento local está relacionado a um espaço, um território, e contempla tanto fatores endógenos (internos) quanto os fatores exógenos (externos) que contribuem para o desenvolvimento deste local.

Quando todas as pessoas têm assegurado uma existência digna, um padrão de vida capaz de garantir para si e a sua família saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, segurança, repouso e lazer, o desenvolvimento está atingindo a escala humana. E se essa realidade é experimentada em um lugar, ele está se desenvolvendo.

O crescimento da economia não é o desenvolvimento da sociedade, porque a economia pode crescer, mas o lugar pode não se desenvolver. Alguns autores entendem que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Na discussão sobre crescimento e desenvolvimento econômico é que surge a preocupação de como esses modelos têm procedido com o meio ambiente, com o homem e com o social. A partir dessa preocupação surge a idéia de desenvolvimento sustentável. A idéia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo comprometer as gerações futuras. Isto é, tem que atender “às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO..., 1991, p.46).

Sachs (1993), discutindo a questão do desenvolvimento sustentável, aponta cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos que devem ser observadas

para se planejar o desenvolvimento: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Os objetivos são:

- Sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância econômica que separa as classes sociais.
- A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão.
- Sustentabilidade ecológica concerne à preservação do meio ambiente, sem contudo, comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano.
- A sustentabilidade espacial refere-se ao tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, assim como uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentamentos humanos.
- Já a sustentabilidade cultural diz respeito à alteração dos modos de pensar e agir da sociedade de maneira a despertar uma consciência ambiental que provoque redução no consumo de produtos causadores de impactos ambientais.

Considerando, desse modo, essas dimensões, na visão de Sachs (1993), consegue-se atingir o desenvolvimento sustentável.

Então, quais seriam as relações entre turismo e desenvolvimento? Em primeiro lugar, há que se lembrar que o fenômeno turístico é fonte de enriquecimento e de crescimento econômico graças ao comércio por ele incentivado. A difusão do turismo é promovida, assim, em função de razões de ordem eminentemente econômica. O turismo contribui de forma positiva ao desenvolvimento econômico, podendo, por exemplo:

- Gerar novas exigências de equipamentos, alimentos e infra-estruturas, o que pode induzir à demanda por novas atividades industriais e comerciais;



- Criação de novos empregos (hotelaria, indústrias agroalimentares, agências de viagens, operadoras de turismo, feiras de artesanato, atividades relacionadas com a recreação, etc.). (SACHS, 1993).

Em segundo lugar, o turismo participa do processo de promoção do diálogo entre diferentes culturas, 'visitantes' e 'visitados'.

Silva (2004), ao analisar o texto de Azzoni (1993), conclui que existe a possibilidade de o turismo poder desempenhar o papel de gerador de empregos e de renda para as populações de regiões economicamente deprimidas, atuando como atividade motora de crescimento e do desenvolvimento, exatamente porque o turismo possui uma capacidade de atração, articulação e dinamização que, permite criar e atrair diversas outras atividades econômicas.

O turismo tem efeito direto e indireto na economia de uma localidade ou região. Os efeitos diretos são os resultados das despesas realizadas pelos turistas dentro dos próprios equipamentos e os de apoio, pelos quais o turista pagou diretamente. Os efeitos indiretos do turismo são resultantes da despesa efetuada pelos equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços de outro tipo. Trata-se de um dinheiro que foi trazido pelo turista, mas que será gasto por outrem que o receberá do turista em primeira mão. Numa terceira etapa de circulação do dinheiro do turista, estão os efeitos induzidos, que são constituídos pelas despesas realizadas por aqueles que receberam o dinheiro dos prestadores dos serviços turísticos e similares (BARRETO, 1995).

O setor público beneficia-se da atividade de duas formas: indiretamente, através dos impostos que arrecada da empresa privada, e diretamente, pelas taxas que cobra dos turistas, em visita a atrativos, etc.

O dinheiro que entra através da atividade multiplica-se na economia traduzindo-se em:

- Aumento da urbanização;
- Incremento das indústrias associadas à atividade;
- Incremento da demanda da mão-de-obra para serviços;

- Incremento da indústria de construção;
- Aumento da demanda dos produtos locais desde hortifrutigranjeiros até artesanato;
- Incremento da entrada de divisas para equilibrar a balança comercial;
- Maior arrecadação de impostos e taxas

O efeito multiplicador da atividade turística é uma consequência positiva para o desenvolvimento local e/ou regional, uma vez que não é apenas o núcleo receptor que se beneficia. Qualquer cidade pode se beneficiar do turismo mesmo não tendo a presença do turista no município, desde que este seja fornecedor de bens que serão consumidos pelos turistas, como produtos artesanais, agrícolas, alimentícios, mão-de-obra, etc.

Devido ao seu efeito multiplicador, o turismo pode representar uma alternativa para o desenvolvimento local e/ou regional de maneira a preservar a identidade local, conservar os patrimônios natural e cultural e dinamizar a economia das cidades.

Com esta perspectiva, o Ministério do Turismo, identificou a necessidade de formular alternativas inovadoras para a gestão do turismo, e com o apoio do Banco Mundial, elaborou o Projeto de Aperfeiçoamento dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, visando ao Alívio da Pobreza. A proposta deste programa é a de usar a atividade turística como meio de inclusão social e alívio da pobreza, já que o turismo pode gerar renda e emprego e assim criar portas de saídas para as classes menos favorecidas.

A perspectiva do turismo como meio de inclusão social encontra apoio nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM<sup>4</sup>, formulado pela Organização das Nações Unidas – ONU, em conjunto com diversos países, dentre eles o Brasil, em especial o objetivo 1 que é erradicar a extrema pobreza e miséria. A OMT tem buscado identificar as diretrizes para verificar as possibilidades do turismo como vetor para reduzir a pobreza e proteger o meio ambiente.

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhes sobre o “Projeto do Milênio” acesse <http://www.pnud.org.br/milenio/index.php>

O turismo pode constituir-se um motor importante para o crescimento econômico e alívio da pobreza em áreas onde muitas vezes a única forma de sobrevivência para as comunidades rurais é a agricultura de subsistência.

Novas modalidades de turismo têm surgido, contrapondo-se à atual caracterização do turismo que é a crescente massificação. O planejamento da atividade tem criado modelos para atender a um público cada vez mais diversificado, exigente e em busca de novas alternativas na prática do turismo, a exemplo do turismo rural.

Isso reflete em certa medida, o fato do empresário do turismo se aproveitar da “moda ambiental” e, apropriando-se desse processo, criar novos produtos para continuar acumulando capital.

### **3. TURISMO NO ESPAÇO RURAL**

#### **3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÕES**

O cotidiano dos grandes centros urbanos começou a se tornar caótico e estressante, fazendo com que muitas pessoas refletissem a respeito da qualidade de vida nas cidades. A partir das discussões sobre ecologia e os problemas que envolvem a natureza, aliado à necessidade de novas formas de lazer do homem, ele começou a repensar o seu modo de vida no meio urbano. Os questionamentos sobre relações humanas, saúde, qualidade de vida e ambiental, contribuíram para que o homem se voltasse cada vez mais para o contato com os elementos naturais e a vida do campo. Assim, houve um crescimento da procura por atividades para o descanso e o relaxamento fora do espaço urbano, visando desfrutar de opções de lazer que estivessem relacionadas com o meio ambiente e a vida simples, longe do estresse, possibilitando o resgate da interação entre homem e natureza.

Essa busca pelo reencontro com o equilíbrio entre homem-natureza tem contribuído para que cada vez mais pessoas para uma modalidade de turismo, o turismo rural. A esse respeito Krippendorf (1989, p.52), afirma que " [...] fugir do ambiente contaminado e da selva de pedra para a natureza, fugir do barulho e do mau cheiro para a calma e o ar puro".

No Brasil, existem muitas fazendas iniciando e desenvolvendo suas atividades no turismo rural em diversos Estados. Porém existe ainda muita imprecisão conceitual sobre o que venha a ser turismo rural no Brasil. Para Rodrigues (2003, p.101), esta imprecisão "parece estar relacionada à tentativa de classificações baseadas em

parâmetros europeus, o que resulta em graves equívocos por se tratar de realidades diferentes e distintas”.

Para Oxinalde (1994, apud Silva; Vilarinho; Dale, 2004) e Tulik (2003), uma dificuldade encontrada ao se estudar o turismo rural é a imprecisão na sua definição, pois ainda não existe um consenso entre autores e pesquisadores. Tulik (2003) apresenta ainda duas outras dificuldades para o estudo do turismo rural que são: a variedade dos termos utilizados como, áreas, zonas, meio e espaço; e a outra é em relação aos critérios para delimitar o urbano do rural, já que existem áreas intermediárias nas quais características urbanas e rurais se misturam. Ainda, segundo essa autora, “o turismo rural é uma expressão empregada geralmente, de modo extensivo a qualquer atividade turística no espaço rural”.

O uso da terminologia turismo rural costuma ser utilizada para denominar, de uma maneira geral as atividades desenvolvidas no espaço rural. Nesta denominação estão inseridas várias formas de turismo no meio rural, como: turismo rural, turismo verde, turismo de interior, turismo alternativo, agroturismo, turismo ecológico, ecoturismo, turismo no meio rural, turismo em áreas rurais e turismo no espaço rural. É importante salientar que, embora as expressões “turismo rural - TR” e “turismo no espaço rural- TER” sejam muitas vezes utilizados como sinônimos, na verdade indicam situações diferentes. O turismo rural deve ser entendido como uma das muitas modalidades de turismo que pode ser desenvolvida no espaço rural. A Figura 1, p. 46, ilustra algumas das muitas modalidades de turismo que podem ser desenvolvidas no espaço rural.



**Figura 1** – Modalidades de turismo que podem ser praticados no espaço rural  
Nota: Elaboração própria

Ribeiro (2004) acredita que essa confusão de terminologia se deve em parte, ao Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, que adotou, em 1994, no manual de turismo rural, um conceito amplo e múltiplo para o turismo rural no Brasil. A definição estabelecida foi:

[...] adotar um conceito múltiplo, um turismo diferente, turismo interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, alternativo, agroturismo, turismo verde. O turismo rural inclui todas essas variedades. É o turismo do País, um turismo concebido por e com os habitantes desse País, um turismo que respeita a sua identidade, um turismo de zona rural em todas as suas formas. (EMBRATUR, 1994 apud RIBEIRO, 2004, p. 41-42).

Existem várias outras definições para o turismo rural a exemplo da formulada pelo economista Zimmermann (2004), que apresenta a seguinte conceituação:

[...] podemos conceituar turismo rural no espaço rural, ou simplesmente turismo rural, como todas as atividades turísticas endógenas desenvolvidas no meio ambiente natural e humano. Sua concepção é bastante abrangente, pois apresenta muitos pontos comuns com outras atividades no mesmo espaço, por exemplo, turismo ecológico, turismo cultural, turismo aventura e turismo esportivo (ZIMMERMANN, 2004, p. 129).

Ainda na definição de turismo rural, Beni (1997, p.54), apresenta o seguinte:

É o deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e instalações rurícolas. Nesse sentido, alguns autores valem-se da expressão turismo no meio rural para incluir também o agroturismo.

Alguns fatores são importantes e devem ser levados em consideração para a definição do turismo rural e o estabelecimento de uma tipologia, Rodrigues (2003), cita:

- Processo histórico de ocupação territorial;
- A estrutura fundiária;
- Características paisagísticas regionais;
- Estrutura agrária com destaque para as relações de trabalho desenvolvidas;
- Atividades econômicas atuais;
- Características da demanda.

Ainda em Rodrigues (2003), a autora propõe uma classificação para o turismo rural no Brasil, conforme se descreve abaixo:

1. Turismo rural tradicional

- de origem agrícola,
- de origem pecuarista (em regiões interiores do Nordeste, Centro-Oeste e Brasil Meridional),
- de colonização européia (principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil).

2. Turismo rural contemporâneo

- hotéis-fazenda, localizados na zona rural e implantados para a exploração turística,
- pousadas rurais de menor porte e menos luxo,
- spa's rurais, que podem ser enquadrados na categoria de turismo de saúde,
- segunda residência campestre (chácaras de veraneio),
- *campings* e acampamentos rurais,
- turismo de caça e pesca (modalidade presente no pantanal mato-grossense, representada pelos ranchos de pesca),
- turismo místico ou religioso, modalidade em expansão em vários pontos do país, principalmente no Brasil Central,
- turismo rural científico-pedagógico, principalmente voltado para a recepção de alunos e estagiários,
- turismo rural etnográfico.

Para um melhor entendimento das modalidades que podem ser praticadas no espaço rural, ver o Quadro 1, p. 49.



TIPOLOGIA	CONCEITO
Turismo Rural	É um segmento do turismo desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com o alojamento na sede da propriedade (adaptada) ou em edificações apropriadas (pousada) nas quais o turista, participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas neste espaço, quer como lazer ou aprendizado. Deve ser incluída nesta modalidade, a oferta de produtos naturais de origem local ou regional. Assim como a gastronomia típica e o conhecimento da cultura local.
Turismo Cultural	Atividade turística, embasada na utilização dos recursos culturais de um território em área rural, recursos artísticos, históricos, costumes, etc., orientando-se sempre para a preservação dos mesmos.
Turismo de Aventura	Modalidade de turismo que utiliza o entorno rural ou meio natural como recurso para produzir nos participantes, sensações de descobrimento e emoção, necessitando-se para estes objetivos, de espaços pouco explorados turisticamente.
Ecoturismo	Trata-se de uma modalidade de turismo, desenvolvida em áreas rurais e naturais, onde a paisagem, os recursos naturais e a biodiversidade são os principais componentes, como ponto de encontro, entre os fatores ambientais e os antrópicos, cujo objetivo,

	é a integração dos visitantes no meio humano e natural.
Turismo Esportivo	Nesta modalidade, a essência é a prática de qualquer atividade esportiva. O espetáculo <i>business show</i> e as sensações de risco, são fundamentais como apelo turístico. Utiliza-se normalmente nos espaços rurais ou naturais: vela, <i>windsurf</i> , tiro com arco, canoagem, <i>raft</i> , balonismo, esqui, rapel, pesca esportiva, hipismo, etc...
Agroturismo	Essa tipologia de turismo em espaço rural se caracteriza pela clara vinculação da visitação com a produção agropecuária, chegando, em algumas localidades, a haver participação dos turistas na colheita, na produção de queijos, na fabricação de vinhos e outros produtos.
Turismo Étnico	Constitui-se de atividade turística envolvendo a vivência de experiência autêntica e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos.

**Quadro 1** - Segmentação do turismo: marco conceitual

Fonte: [www.turismo.gov.br/regionalizacao](http://www.turismo.gov.br/regionalizacao)

Nota: Adaptação da autora

Um fato importante é que o turismo rural esteja relacionado a atividades que geram ocupações complementares às atividades agrícolas e que continue a fazer parte do cotidiano da propriedade rural, em menor ou maior intensidade.

As ocupações complementares geradas pelo turismo rural devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e de valorização dos bens não materiais existentes nas propriedades rurais (ar puro, beleza cênica, etc.).

Nesta dissertação, o termo “turismo rural” quando utilizado, se referirá às seguintes características básicas de uma propriedade de turismo rural:

- situar-se no meio rural;
- desenvolver atividades produtivas de forma a gerar renda com a venda de seus produtos;
- manter e promover a autenticidade dos atrativos;
- valorizar a cultura regional;
- desenvolver o atendimento de forma personalizada, tipicamente familiar;

- desenvolver a atividade turística de mínimo impacto;
- envolver a comunidade local;
- ter no desenvolvimento sustentável um de seus objetivos.

O crescente desenvolvimento da atividade de turismo rural não se deve apenas à necessidade do homem de busca do reencontro com a natureza, mas também à necessidade das propriedades rurais diversificarem as atividades realizadas no espaço rural. Silva, J.G.; Vilarinho e Dale (2004 p. 36) apresentam outra característica para o sucesso desta atividade:

O turismo em áreas rurais tem sido pensado mais recentemente no Brasil como uma fonte adicional de geração de emprego e renda para famílias residentes no campo, à medida que vêm decaindo a ocupação e as rendas provenientes das atividades agropecuárias tradicionais.

A crise das atividades agrícolas, ao longo das últimas décadas, tem levado o espaço rural a não se restringir apenas às atividades agropecuárias. A implantação de novas atividades e o resgate de outras objetivando o desenvolvimento sustentável do campo foi sugerido por Silva (1999), ao afirmar que o rural deveria ser visto não apenas como espaço agropecuário, mas, também, como espaço de produção de serviços e de bens não-agrícolas.

De acordo com Couto Filho (2000), o turismo em áreas rurais pode tornar-se: “a grande alternativa para as propriedades rurais no Brasil. A agricultura e a pecuária já não são tão rentáveis, e fazendeiros com uma situação econômica difícil descobrem que podem obter bons lucros abrindo suas propriedades para o turismo”.

Segundo a EMBRATUR (BRASIL, 2005), a prática do turismo rural no Brasil e em outros países, vem proporcionando alguns benefícios, como:

- Diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios;
- melhoria das condições de vida das famílias rurais;
- interiorização do turismo;

- difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias;
- diversificação da oferta turística;
- diminuição do êxodo rural;
- promoção de intercâmbio cultural;
- conservação dos recursos naturais;
- reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza;
- geração de novas oportunidades de trabalho;
- melhoramento da infra-estrutura de transporte, comunicação e saneamento;
- criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais;
- melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis;
- integração do campo com a cidade;
- agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção;
- promoção da imagem e revigoração do interior;
- integração das propriedades rurais com a comunidade;
- valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho;
- resgate da auto-estima do campestre.

Além destes benefícios diretos, o turismo rural pode ser visto como importante instrumento para valorização da agricultura familiar, sensibilização da importância dos recursos naturais, educação ambiental e para promover o comércio das cidades vizinhas das propriedades rurais.

### 3.2 TURISMO RURAL NO MUNDO

Segundo a EMBRATUR (BRASIL, 1994), a iniciativa de criação de locais na zona rural para pouso de visitantes surgiu há muitos anos nos Estados Unidos, em consequência da necessidade de hospedar aqueles que viajavam por regiões despovoadas com o intuito de caçar ou pescar.

Com o passar dos anos, foi ficando evidente que o correto manejo dos serviços prestados poderia significar uma importante fonte de renda. Assim foram sendo desenvolvidos serviços extras para os hóspedes, como guias e cavalgadas, passando os locais a serem chamados de *working farm*, *working ranch*, *guest farm* ou *ranch resort*. Esta tipologia da atividade turística, que até então acontecia

somente nos Estados Unidos, difundiu-se para a Europa, Austrália e Nova Zelândia, entre as décadas de 1950 e 1960 com índices de crescimento significativos nos últimos tempos (SANTOS, 2001).

Na Europa, o turismo no meio rural teve seus principais focos de desenvolvimento na Itália, França, na Escócia, em Portugal, na Espanha, no Reino Unido, na Irlanda e na Áustria, onde a atividade iniciou-se com a finalidade de incrementar a renda das propriedades rurais, devido aos escassos rendimentos oriundos das atividades agropastoris como base de sustentação econômica. Principalmente na França e na Itália, a procura pelo turismo no meio rural aconteceu impulsionado pela tradicional produção de queijos e vinhos, assim como na Escócia com as destilarias de whisky, onde o turista pôde conhecer e/ou participar do processo de produção, hospedar-se e alimentar-se (SANTOS, 2001).

Na Europa, um importante programa contribuiu para a regulamentação do turismo rural, chamado de Liaison Action de Developpement de l'Économie Rurale – LEADER. A filosofia desse projeto é que o desenvolvimento rural deve partir de um desejo comum de todos os atores radicados no cenário local, conhecedores plenamente da realidade local e decididos em alcançar objetivos comuns. Fundamenta-se na promoção local do desenvolvimento das economias rurais, identificando alternativas inovadoras e eficazes com valores exemplificativos e viáveis.

O projeto LEADER I e II foi implantado entre 1994 e 1999, principalmente em áreas com atraso de desenvolvimento, zonas rurais frágeis e zonas com baixa densidade populacional. O LEADER + com atuação prevista até 2006 e orçamento previsto de 200 milhões de euros, tem como um dos objetivos colocar em rede todas as zonas rurais européias, buscando a melhoria da qualidade de vida das zonas rurais.

Em Portugal o turismo no espaço rural tem um percurso relativamente curto, tendo as primeiras iniciativas menos de duas décadas. Foi através do Plano Nacional de Turismo de 1986, que se reconhece definitivamente este setor. Conforme Lima e Matias (1999), em Portugal o turismo no meio rural está classificado pelas formas de hospedagem, que são licenciadas e regulamentadas pela Direção Geral de Turismo

- DGT: turismo de habitação em solares; casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitetônico; turismo rural em casas rústicas com as características próprias do meio rural onde se inserem; agroturismo em casas integradas numa exploração agrícola caracterizando-se pela participação dos turistas em trabalhos da própria exploração ou em forma de animação complementar.

Na Espanha, por meio de normas reguladoras e programas de ajuda e subvenções, o governo cria os primeiros projetos de desenvolvimento em turismo no meio rural, implantando a oferta de alojamento em casas particulares situadas em povoados e zonas rurais. Esta iniciativa a princípio não teve boa aceitação, mas atualmente este problema vem se revertendo, pois muitas comunidades autônomas demonstraram interesse pela atividade (LIMA; MATIAS, 1999).

Atualmente, as regiões mais representativas daquele país que possuem ofertas na modalidade de turismo no meio rural são: Catalunha, Galícia, Andaluzia, Astúrias, Países Bascos, Madri, Navarra e Aragão (LIMA; MATIAS, 1999).

Já no Reino Unido, o turismo no meio rural é desenvolvido em propriedades agrícolas, onde o hóspede se aloja, recebe o café da manhã e participa das atividades produtivas. São as chamadas *farm houses* (casas de fazenda). Essas propriedades também existem na Irlanda, mas com características diferenciadas, pois são casas antigas típicas ou edifícios modernos, que prestam serviços de alojamento e alimentação. A Áustria também apresenta oferta significativa de leitos em propriedades rurais, correspondendo a cerca de 25% da oferta total de leitos do país (LIMA; MATIAS, 1999).

O turismo rural também é desenvolvido no México, Uruguai, Chile e Argentina. Neste último país, o turismo rural teve início no final da década de 1960 na região da Patagônia, quando grandes estancieiros descobriram que a abertura de suas propriedades poderia representar um rendimento adicional à atividade pecuária, que passava por um período de baixa rentabilidade. Os primeiros demandantes por essa atividade foram guias de caça e pesca que desejavam encontrar acomodações

confortáveis para seus clientes. Surge assim, o turismo de “hotelaria de estâncias” (SILVA; VILARINHO; DALE, 2004).

Devido à importância desta atividade, foi criado em outubro de 1997, por solicitação do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária – INTA, organismo ligado à Secretaria de Agricultura Pecuária, Pesca e Alimentação, a Rede Argentina de Turismo Rural – RATUR.

Segundo Tulik (2003), a experiência da União Européia foi importante para estimular e moldar o turismo rural brasileiro, porém, termos e expressões foram importados e utilizados sem que se fizesse a necessária reflexão para entender seus vários sentidos e aplicações às diversas situações próprias daqueles países.

### 3.3 TURISMO RURAL NO BRASIL.

A modernização que aconteceu no Brasil por volta dos anos 1960, quer dizer a passagem da agricultura brasileira do chamado “complexo rural” para uma dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais” trouxe mudanças profundas, principalmente no meio rural. Com isso, a agricultura perde a sua auto-suficiência em produzir os seus meios de produção e passa a se dedicar a uma atividade específica, produzindo mercadorias; ou seja, compra-se a força de trabalho e insumos e vende-se produtos (SILVA, 1999). Desse modo, a agricultura passa a atuar como mercado, indústria e via de penetração do capital no campo. O elemento principal deste processo histórico é o desenvolvimento do mercado interno no capitalismo.

Silva (1999) ressalta que neste novo cenário, diversas mudanças ocorreram como: a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da

produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário.

A modernização da agricultura consiste num processo de crescente integração da agricultura ao sistema capitalista industrial, particularmente através de mudanças tecnológicas (uso de máquinas, equipamentos e insumos químicos). Neste sentido Silva (2000, p. 94) afirma que: “[...] não há um futuro promissor para aquelas unidades de produção que até agora não conseguiram se modernizar e que se concentraram nas regiões “periféricas do País”.

Porém, essa modernização da agricultura levou à incapacidade produtiva e à falta de condições de subsistência de muitos trabalhadores rurais. Os sistemas modernos de agricultura passaram a utilizar menos mão-de-obra que a agricultura tradicional, forçando os trabalhadores excedentes a procurarem outra forma de sustento, causando assim o êxodo rural ou migração para os centros urbanos que levou ao crescimento desordenado desses centros, gerando um verdadeiro caos social.

A esse respeito Ehlers (1999, p.40) analisa que:

O rápido processo de motomecanização e o aumento da concentração fundiária da agricultura brasileira contribuíram para o intenso processo do êxodo rural e, conseqüentemente, para a concentração populacional nos centros urbanos mais industrializados.

Müller (1990), também ressalta que as transformações ocorridas devido à modernização não trouxeram uma melhor qualidade de vida para a grande parte da população rural. Gerou uma pobreza moderna marcada pelo subdesenvolvimento social. É o caso de milhões de pequenos produtores que não conseguiram se “modernizar” e foram excluídos do processo produtivo.

Outra característica do período era que a grande propriedade era mais vantajosa ao capitalismo devido à produção em grande escala, pois tudo era mais fácil aos grandes proprietários em termos de acesso à tecnologia, compra e venda e negociação, o que os torna mais eficientes que os pequenos produtores. As políticas agrícolas nos anos 1970 passaram a diferenciar o tipo de produtor em pequeno, médio e grande para estabelecer taxas distintas de financiamento. Desta forma, a



modernização da agricultura favoreceu a classe mais rica do país, principalmente aos grandes latifundiários.

Estimou-se que entre 1960 e 1980, 28,4 milhões de pessoas deixaram o campo e foram para as cidades em busca de uma melhor condição de vida (mas, muitos migrantes não tinham qualificação profissional para os empregos). Porém, as cidades não estavam preparadas para receber o grande contingente de pessoas e os resultados são visíveis até hoje pela sociedade brasileira, que são as favelas, miséria, falta de acesso à educação, moradia, saúde e violência (MARTINE, 1995).

Para Blos (2000), hoje os programas de desenvolvimento rural em curso são desafiados por um dilema. Como é possível desenvolver o meio rural quando somente a atividade agrícola tradicional não garante mais o indispensável a uma atividade econômica eficiente?

Para este autor, a resposta para esse dilema pode estar em recursos endógenos ao lugar, ou seja, na utilização de recursos locais que implementem novas atividades econômicas competitivas. Uma das atividades que emerge no contexto endógeno é o turismo rural.

O turismo rural no Brasil apresenta-se como uma das alternativas passíveis de incrementar as condições de vida e de trabalho no meio rural, através da produção de bens não agrícola e do oferecimento de serviços.

Esta modalidade de turismo no Brasil ainda é relativamente nova quando comparada a outras, como o modelo de sol e praia e o ecoturismo, embora este seja tomado ou confundido como uma modalidade de turismo rural. Para Rodrigues (2003), não há marcos precisos para datar o início desta atividade no Brasil, porém diversos autores concordam que o turismo rural teve sua implantação no município de Lages, localizado no estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, na década de 1980, quando a 1ª propriedade rural passa a receber hospedagem nesta nova modalidade receptiva.

O economista Zimmermann, na época Analista de Projetos da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, identifica neste município, a possibilidade de

desenvolver o turismo rural e o objetivo do então Prefeito Paulo Alberto Duarte era mudar todo um contexto econômico difícil que o município vivenciava. Com as iniciativas pública e privada, resolveram preencher a lacuna existente no turismo da região e dar caminho a futuras ações que passariam a ser desenvolvidas para transformar sua realidade turística, criando a SERRATUR - Empreendimento e Promoções Turísticas S.A. A estratégia utilizada para lançamento do produto turístico o “Turismo Rural”, foi realizar um *fun tour*<sup>5</sup> com empresários das regiões Sudeste e Sul e os convidados tiveram acesso a uma variedade de opções de lazer e de atividades diárias de uma propriedade rural.

Com os resultados positivos e imediatos desta estratégia, foi alavancado o desenvolvimento rural em uma época marcada pela crise agropecuária da região. Hoje, Lages é considerado a capital nacional do turismo rural e a cidade é carinhosamente chamada de a “princesa da serra”.

Este caso revela que, de um lado os produtores marcados pela insatisfação com as condições de mercado e o risco constante do abandono das atividades produtivas tradicionais e, de outro o poder público consciente em apostar nas potencialidades do município, motivou a parceria entre ambos, objetivando explorar o que havia de espontâneo na região: um trânsito de pessoas, natureza privilegiada e patrimônio cultural típico (BLOS, 2000). Foi também em Lages, no ano de 1996, que foi criada a Associação Brasileira de Turismo Rural - ABRATURR, hoje com sede em Brasília/DF.

Após 1995, esta modalidade se expande para outros Estados e no início do ano 2000, várias propriedades dentro do Brasil já podiam ser identificadas consolidando, a expansão acelerada de um modelo produtivo.

Entretanto, as iniciativas públicas e privadas têm se mostrado insuficientes no sentido de promover e ordenar o desenvolvimento desta atividade turística, a começar pela ausência de consenso sobre a conceituação de turismo rural, outros

---

<sup>5</sup> *Fun Tour* significa quando uma empresa da área de turismo (operadora, hotel, etc.) convida pessoas de outras empresas (normalmente outros operadores ou agentes de viagem) para testar um serviço (normalmente antes de ser lançado ou para dar uma levantada nas vendas de um produto/empreendimento pouco conhecido) com tudo pago pela empresa que está proporcionando o *fun tour* para que esses agentes ou operadores passem a divulgar e/ou vender mais o produto/empreendimento para seus clientes.

pontos seriam a falta de critérios, regulamentações, incentivos e outras informações que orientem os produtores rurais, os investidores e o próprio Governo. Estes fatores levam este segmento a funcionar quase que por completo pelas oportunidades de mercado.

Em 1998, durante o Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, os congressistas através da Carta de Santa Maria, propõem que as instituições governamentais estabeleçam, em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do turismo rural. A partir deste evento, vários encontros, debates e estudos foram promovidos acerca do tema turismo rural, envolvendo diversos setores organizados, organismos e entidades públicas e privadas<sup>6</sup>.

Os resultados destes encontros e debates levaram à elaboração por parte da Secretaria de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo, das Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural Brasileiro, que tem por objetivos:

- Ordenar o segmento turismo rural;
- Promover e estimular a eficiente informação/comunicação no setor;
- Promover a articulação de ações institucionais e intersetoriais;
- Promover e viabilizar incentivos para o desenvolvimento da atividade;
- Incentivar e apoiar formas eficientes de promoção e comercialização;
- Promover e estimular a capacidade de recursos humanos;
- Estimular o envolvimento das comunidades locais; e
- Promover, incentivar e estimular a criação e a adequação de infra-estrutura para o setor.

---

<sup>6</sup> I Oficina de Planejamento do Turismo Rural em julho/1998; II Oficina de Planejamento do Turismo Rural em novembro/1998; Audiência Pública na Câmara dos Deputados para validação do conceito e da proposta das diretrizes em març/2000; Oficina Nacional de Turismo Rural em abril/2001; Oficinas Regionais de Turismo Rural: Região Sudeste (São Paulo/SP, setembro/2001), Região Sul (Curitiba/PR, outubro/2001), Região Nordeste (Fortaleza/CE, novembro/2001) e Região Centro-Oeste e Região Norte (Brasília/DF,março/2002); Estudos e proposições em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP: Brasília/DF, 2001 a 2003.

Aconteceram também, outros eventos que foram de grande importância para o debate sobre a importância do desenvolvimento do turismo rural no Brasil.<sup>7</sup>

O segmento de turismo rural insere-se no contexto do Plano Nacional do Turismo - PNT 2003-2007 proposto pelo Ministério de Turismo, pois contribui para alcance das metas proposta deste programa como:

- Diversificar a oferta turística;
- Aumentar os postos de trabalho e a renda no meio rural;
- Valorizar a pluralidade e as diferenças regionais;
- Consolidar produtos turísticos de qualidade e;
- Interiorizar a atividade turística.

O PNT, para o período 2007-2010, apresenta como objetivo transformar a atividade turística em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e fazer do turismo um importante indutor da inclusão social. O Plano também tem como objetivo o desenvolvimento do produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais, além do estímulo e facilitação do consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional.

O PNT traz uma análise bem otimista do desenvolvimento do turismo no Brasil. Toda a sua diversidade natural, cultural, econômica e histórica é apontada como os principais atributos para o sucesso da atividade e os benefícios através dela gerados, como as repercussões sociais também são bem exploradas.

A visão apresentada pelo PNT, é a de que o turismo no País contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do Brasil no cenário turístico mundial. A geração de emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, respeito ao meio ambiente e a

---

<sup>7</sup> Sexto Fórum Mineiro de Turismo Rural em março de 2004, que levou a elaboração da Carta de Araxá. A carta está disponível em:[http:// www.turismorural.org.br/abraturr](http://www.turismorural.org.br/abraturr); IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável em maio de 2004, onde foi elaborada a Carta de Joinville. A carta está disponível em:[http:// www.ielusc.br/citruces](http://www.ielusc.br/citruces) e a Primeira Feira Nacional de Turismo Rural – FEIRATUR em setembro de 2004, neste evento foi elaborada a Carta de São Paulo, disponível em:[http:// www.turismorural.org.br/abraturr](http://www.turismorural.org.br/abraturr).

geração de divisas, sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas.

Porém, as metas apresentadas para os próximos quatro anos que são: promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno, criação de 1,7 milhão de novos empregos e ocupações, e geração de 7,7 bilhões de dólares em divisas, apresentam-se de maneira ambiciosa, em vista das atuais circunstâncias do “setor” no Brasil, que ainda conta com sérias deficiências na infra-estrutura básica e turística.

Apesar de o Plano tratar da importância da interiorização do turismo, não foi apresentada nenhuma proposta específica para o turismo rural, com isso percebe-se a falta de políticas públicas voltadas para este segmento.

Apesar das políticas públicas serem tímidas, no que diz respeito ao segmento de turismo rural, diversos Estados do Brasil têm desenvolvido esta atividade (Figura 2).



**Figura 2** – Principais iniciativas de turismo rural no Brasil  
 Fonte: [www.zimmermann.com.br](http://www.zimmermann.com.br), 2005.

### 3.3.1 – Um retrato do turismo rural nas regiões do Brasil

#### 3.3.1.1 – Região Sul

Uma pesquisa realizada pela ABRATURR em 2004, mostra o cenário sobre como se apresenta o desenvolvimento do turismo rural no Brasil.

Santa Catarina, Estado pioneiro no desenvolvimento do turismo rural no Brasil, apresenta a maior concentração de leitos no Planalto serrano com 80%, representando 1.200 leitos do total de 1.500. O Estado conta com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e ABRATURR.

No Rio Grande do Sul a atividade de turismo rural teve início em 1993. O governo do Estado tem uma política de desenvolvimento e fomento do turismo rural, que vem apoiando a atividade, criando rotas rurais com o objetivo de reunir propriedades e municípios próximos pela valorização do produto local (por ex: uva e vinho) ou de uma característica marcante (por ex: colonização italiana) e apoiando o surgimento das “fazendas-pousadas”, na região pecuarista da Campanha Gaúcha.

No Paraná, a atividade de turismo rural, teve início oficial em 1991/92 com o apoio da Paraná Turismo - PARANATUR e no ano de 2004 existiam 219 propriedades (Tabela 1).

**Tabela 1** - Região Sul: Distribuição de propriedades rurais por Estado - 2004

SUL	QUANTIDADE DE PROPRIEDADES	PARTICIPAÇÃO %
Paraná *	219	23
Santa Catarina *	337	36
Rio Grande do Sul *	386	41
Total	942	100

Fonte: www.abraturr.com.br, 2007.

\*Incluídos o turismo de colônias e festas religiosas

### 3.3.1.2 – Região Sudeste

Em São Paulo, o início da atividade deu-se em 1996, com o apoio do SEBRAE/SP, através do seu programa “Volta ao Campo”. Este programa tinha como objetivo realizar trabalhos de conscientização e motivação, diagnósticos de viabilidade para produtores rurais interessados, e desenvolver projetos de adequação de propriedades para o turismo.

Em Minas Gerais a atividade iniciou timidamente em algumas propriedades rurais, em torno de 1994. A partir da criação da Associação Mineira de Turismo Rural –

AMETUR e o apoio da Minas Turismo - MINASTUR, o processo apresentou um crescimento rápido. A AMETUR conta com diversos associados. Um dos destaques do turismo rural no Estado é o "Roteiro da Cachaça", criado para valorizar o produto fabricado de forma artesanal em pequenas propriedades.

O Rio de Janeiro agrupa um grande número de propriedades, que ainda guardam o patrimônio arquitetônico do ciclo do café, com iniciativas de sucesso em hotéis - fazenda.

No estado do Espírito Santo o turismo rural iniciou-se na região serrana central, conhecida como "Triângulo das Montanhas", no intuito de oferecer uma renda complementar aos produtores rurais através da comercialização de seus produtos como vinhos, queijos, embutidos, doces, etc. O Estado recebe o apoio do governo estadual, de prefeituras e do Sebrae/ES. Segundo Portuguez (2002), o agroturismo está sendo considerado a estratégia de interiorização e fomento ao "turismo alternativo" mais importante de toda história do "setor"<sup>8</sup> no Estado. Essa região apresentava na época da pesquisa da ABRATURR um total de 2.706 propriedades que já desenvolviam a atividade de turismo rural, conforme demonstração na Tabela 2, p. 64.

**Tabela 2** - Região Sudeste: Distribuição de propriedades rurais por Estado - 2004

SUDESTE	QUANTIDADE DE PROPRIEDADES	PARTICIPAÇÃO %
Minas Gerais *	1.147	43
Rio de Janeiro	321	11
Espírito Santo *	266	10
São Paulo *	972	36
Total	2.706	100

Fonte: www.abraturr.com.br, 2007.

\*Incluídas manifestações folclóricas e rurais

### 3.3.1.3 – Região Centro-Oeste

<sup>8</sup> Turismo não é setor econômico.



Na região Centro-oeste têm destaque os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e o Distrito Federal. O estado de Mato Grosso do Sul, iniciou suas atividades no turismo rural em 1995 e é crescente o número de propriedades que vêm aderindo ao processo. O programa recebe o fomento do SEBRAE/MS e do Governo do Estado. O Estado disponibilizava cerca de 381 propriedades e dentro desta região é o que apresentava o maior número de propriedades rurais, Tabela 3 p. 65

O Mato Grosso é um estado privilegiado por seus recursos naturais, com grande potencial para o turismo no espaço rural (ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, turismo cultural e turismo esportivo). Não existe política de fomento e apoio de nenhuma instituição, as atividades de turismo rural são de iniciativa dos próprios proprietários das fazendas.

O Distrito Federal iniciou-se na atividade em 1996, com a denominação de agroturismo. A implantação desta modalidade de turismo ocorreu através da iniciativa de pequenas propriedades rurais que buscavam agregar valores aos seus produtos. Depois adotou a denominação de turismo rural e conta com o apoio do Sindicato Rural e do SEBRAE.

**Tabela 3** - Região Centro-Oeste: Distribuição de propriedades rurais por Estado - 2004

CENTRO-OESTE	QUANTIDADE DE PROPRIEDADES	PARTICIPAÇÃO %
Distrito Federal	57	10
Goiás	49	8
Mato Grosso *	101	17
Mato Grosso do Sul *	381	65
Total	588	100

Fonte: [www.abraturr.com.br](http://www.abraturr.com.br), 2007

\*Incluídas pousadas pantaneiras (lida c/ gado, comitivas).

### 3.3.1.4 – Região Nordeste

Na Bahia, o turismo rural iniciou-se em 1997 através da Fazenda Primavera, em Ilhéus. Fazenda centenária, que possui um acervo de documentação que data da

época do Império. Em 1998, com a realização de um seminário sobre turismo rural e, posteriormente, com o apoio da Empresa de Turismo da Bahia S/A – BAHIATURSA, da Faculdade de Turismo da Bahia, da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia - SEAGRI e da Universidade Salvador – UNIFACS, deu-se início ao fomento da atividade. O Estado, em 2004, contava com 222 propriedades distribuídas entre a Costa do Cacau, o Recôncavo, a Costa dos Coqueiros e a Chapada Diamantina que são zonas turísticas do Estado da Bahia, Tabela 4, p. 67.

O processo de turismo rural no estado de Pernambuco, iniciou-se na região de Garanhuns, através de algumas iniciativas particulares. A partir de 1999 o SEBRAE-PE, através do Programa de Emprego e Renda - PRODER-PE, em seus diagnósticos socio-econômicos, detectou um forte potencial para a atividade turística em diversos municípios. Uma segunda iniciativa do SEBRAE-PE foi visitar 10 municípios da periferia de Recife, sendo constatado o potencial para o desenvolvimento do turismo rural. O governo do Estado através da Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR, realizou um cadastro dos engenhos, para instituir um programa de fomento da atividade de turismo rural no Estado.

No Ceará, foi criada em 24 de agosto de 1999 a Associação Cearense de Turismo no Espaço Rural e Natural – ACETER, após viagem realizada por agro-pecuaristas e prefeitos do Ceará ao Norte de Portugal, ação esta comandada pela Arquiteta Anya Ribeiro, então Secretária de Turismo do Estado. A mesma também realizou, em novembro de 1999, no Centro de Convenções do Ceará, a 1ª Exposição e Jornada Técnica da Produção Turística no Espaço Rural e Natural, acontecimento internacional. A ACETER, tem como missão, a conduta ética e a prática de serviços de qualidades, comprometidos com a preservação ambiental, o patrimônio do território, e a educação sustentável das atividades do turismo no meio rural.

Na Paraíba, o primeiro movimento para o desenvolvimento da atividade do turismo rural no Estado, foi desenvolvida através de um seminário sobre o tema promovido pela Faculdade de Turismo de João Pessoa, em 1999. É desconhecido qualquer programa de fomento do governo do Estado. O que existe é um programa de turismo mantido pelo SEBRAE – PB, com o objetivo de intensificar a qualificação do profissional de turismo e a comercialização de produtos e serviços, para fortalecer a

capacidade turística da região. Um outro programa é a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar – REDE TRAF do governo federal que tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável mediante a implantação e fortalecimento, pelos agricultores familiares, das atividades turísticas integradas aos arranjos produtivos locais, com geração de renda e trabalho no meio rural e conseqüente melhoria das condições de vida. São responsáveis, de forma integrada, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o Ministério do Turismo -MTur e o Ministério do Meio Ambiente - MMA.

No estado de Alagoas não foi identificada nenhuma proposta para fomentar o turismo rural. Em entrevista por telefone, em maio/2007, com o Sr. Renato Lobo, Gerente Executivo de Articulação Nacional da Secretaria do Estado, ele informou que não existe proposta nem por parte da iniciativa pública e nem do setor privado para desenvolver esta atividade.

No Rio Grande do Norte a primeira iniciativa para fomentar a atividade no Estado, foi a realização de uma palestra técnica, realizada pelo Governo do Estado e SEBRAE-RN, na cidade de Natal no final de 1999. A partir do ano 2000, em parceria com o SEBRAE – RN e a Universidade Potiguar – UNP, a Secretaria de Turismo do Estado pretendia desenvolver um programa de fomento à atividade do turismo no espaço rural e natural. Nesta época foram detectadas pequenas iniciativas, isoladas no interior do Estado.

No Piauí não se identificou o início desta atividade, porém, atualmente, o desenvolvimento do turismo rural conta com o apoio do governo do Estado através da Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

No Estado de Sergipe não existe nenhum incentivo ou programa para desenvolver a atividade de turismo rural por parte dos órgãos públicos, as propriedades que as praticam, o fazem por iniciativa própria.

**Tabela 4** - Região Nordeste: Distribuição de propriedades rurais por Estado - 2004

NORDESTE	QUANTIDADE DE PROPRIEDADES	PARTICIPAÇÃO %
Maranhão *	10	2
Ceará *	08	2
Piauí *	39	9
Rio Grande do Norte *	26	6
Paraíba *	21	5
Pernambuco *	64	16
Sergipe	19	5
Bahia *	222	54
Total	409	100

Fonte: [www.abraturr.com.br](http://www.abraturr.com.br), 2007.

\*Incluídos sítios / fazendas de eventos (vaquejadas e folclore)

### 3.3.1.5 – Região Norte

Na Região Norte, poucas iniciativas são conhecidas na área de turismo rural. O Amazonas é o Estado que apresenta o maior número de propriedades que desenvolve esta atividade, conforme apresenta a Tabela 5.

No Pará a atividade de turismo rural teve início em meados de 2000 e vem sendo liderada pelo Sindicato Rural e Associação de Municípios do Araguaia e Tocantins-AMAT.

No Estado do Amapá, o SEBRAE vem mantendo contatos para fomentar a atividade do turismo no espaço rural e natural e realizou concorrência para a execução de cinco Planos de Desenvolvimento Turístico, dentro do Programa Ecoturizar-se.

Em Roraima desconhece-se qualquer tipo de fomento desta atividade.

No Acre, poucas são as propriedades que desenvolvem o turismo rural.

O estado de Rondônia vem consolidando sua economia na atividade agropecuária e atividades de turismo rural têm sido desenvolvidas por iniciativas particulares.

O Tocantins apresenta propriedades que já desenvolvem a atividade de turismo rural por iniciativa particular.

**Tabela 5** - Região Norte: Distribuição de propriedades rurais por Estado - 2004

NORTE	QUANTIDADE DE PROPRIEDADES	PARTICIPAÇÃO %
Amazonas *	77	44
Pará *	33	18
Acre *	09	5
Amapá	05	3
Rondônia *	28	16
Roraima	-	-
Tocantins *	24	14
Total	176	100

Fonte: [www.abraturr.com.br](http://www.abraturr.com.br), 2007.

\*Incluídos hotéis / pousadas de selva (pesca e extrativismo)

Entendeu-se o turismo rural no Brasil, ao longo do período de 1980 a 2008 e desde uma série de concepções fundamentadas na ruralidade do centro-sul do país. Outras possibilidades têm sido pensadas para a inclusão dos povos pantaneiros da Amazônia e da Caatinga. Porém é reconhecida a influência do modelo agrícola sul-sudestino na construção de conceitos extrapolados para todo o país.

O Brasil ainda não adota um único conceito de turismo rural, confundindo-o com ecoturismo, agroturismo, turismo ecológico, não existindo uma política nacional de turismo rural.

Apesar da inexistência de uma política nacional de turismo rural, alguns programas visam à inserção do turismo rural nas comunidades rurais a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda.

Este programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações, e conta com o apoio da Rede de

Turismo Rural na Agricultura Familiar - REDE TRAF, que se constitui em uma articulação nacional de instituições governamentais e não-governamentais, técnicos e agricultores organizados, que atuam nas atividades do turismo rural com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável e como consequência a melhoria das condições de vida da população. Fazem parte deste programa o MDA, o MTur e o MMA. (BRASIL, 2006).

A Tabela 6, p. 70 mostra que a região Sudeste lidera na quantidade de propriedades que desenvolvem a atividade de turismo rural no Brasil, apesar desta modalidade de turismo ter surgido na região Sul.

**Tabela 6** – Distribuição das propriedades rurais de todos os estados do Brasil - 2004

Fonte: [www.abraturr.com.br](http://www.abraturr.com.br), 2004

REGIÃO	Nº	(%)		RANKING	
	PROPRIEDADES	Regional	Nacional	Por Região	Por Estado
	Quantidade				
<b>CENTRO-OESTE</b>					
Distrito Federal	57	9,7	1,2	3	13
Goiás	49	8,3	1,0	4	14
Mato Grosso *	101	17,2	2,1	2	10
Mato Grosso do Sul *	381	64,8	7,9	1	4
<b>Total</b>	<b>588</b>	<b>100</b>	<b>12,2</b>		
<b>NORDESTE</b>					
Maranhão *	10	2,5	0,2	6	22
Ceará *	08	1,9	0,1	7	24
Piauí *	39	9,5	0,8	3	15
Rio Grande do Norte *	26	6,4	0,5	4	18
Paraíba *	21	5,1	0,4	5	20
Pernambuco *	64	15,6	1,3	2	12
Sergipe	19	4,6	0,4	5	21
Bahia *	222	54,4	4,7	1	8
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>100</b>	<b>8,4</b>		
<b>NORTE</b>					
Amazonas *	77	43,8	1,7	1	11
Pará *	33	18,8	0,7	2	16
Acre *	09	5,1	0,2	5	23
Amapá	05	2,8	0,1	6	25
Rondônia *	28	15,9	0,6	3	17
Roraima	-	-	-	7	26
Tocantins *	24	13,6	0,5	4	19
<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>100</b>	<b>3,6</b>		
<b>SUDESTE</b>					
Minas Gerais *	1.147	42,4	23,8	1	1
Rio de Janeiro	321	11,9	6,6	3	6
Espírito Santo *	266	9,8	5,5	4	7
São Paulo *	972	35,9	20,2	2	2
<b>Total</b>	<b>2.706</b>	<b>100</b>	<b>56,1</b>		
<b>SUL</b>					
Paraná *	219	23,2	4,5	3	9
Santa Catarina *	337	35,8	7,0	2	5
Rio Grande do Sul *	386	41	8,0	1	3
<b>Total</b>	<b>942</b>	<b>100</b>	<b>19,5</b>		
<b>Total Nacional</b>	<b>4821</b>		<b>100</b>		

Após apresentação dos dados em nível nacional, parte-se para uma análise do turismo rural no estado da Bahia.

### 3.4. TURISMO RURAL NA BAHIA

O estado da Bahia apresenta vantagens comparativas para o turismo, apresentando um perfil apto para o seu desenvolvimento.





para a constituição de um programa para o turismo nordestino, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

A parceria entre o BID e o Nordeste surgiu por iniciativa do Estado de Sergipe e posteriormente outros estados do Nordeste aderiram ao programa: Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Maranhão, com esta parceria originando o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste - PRODETUR-NE.

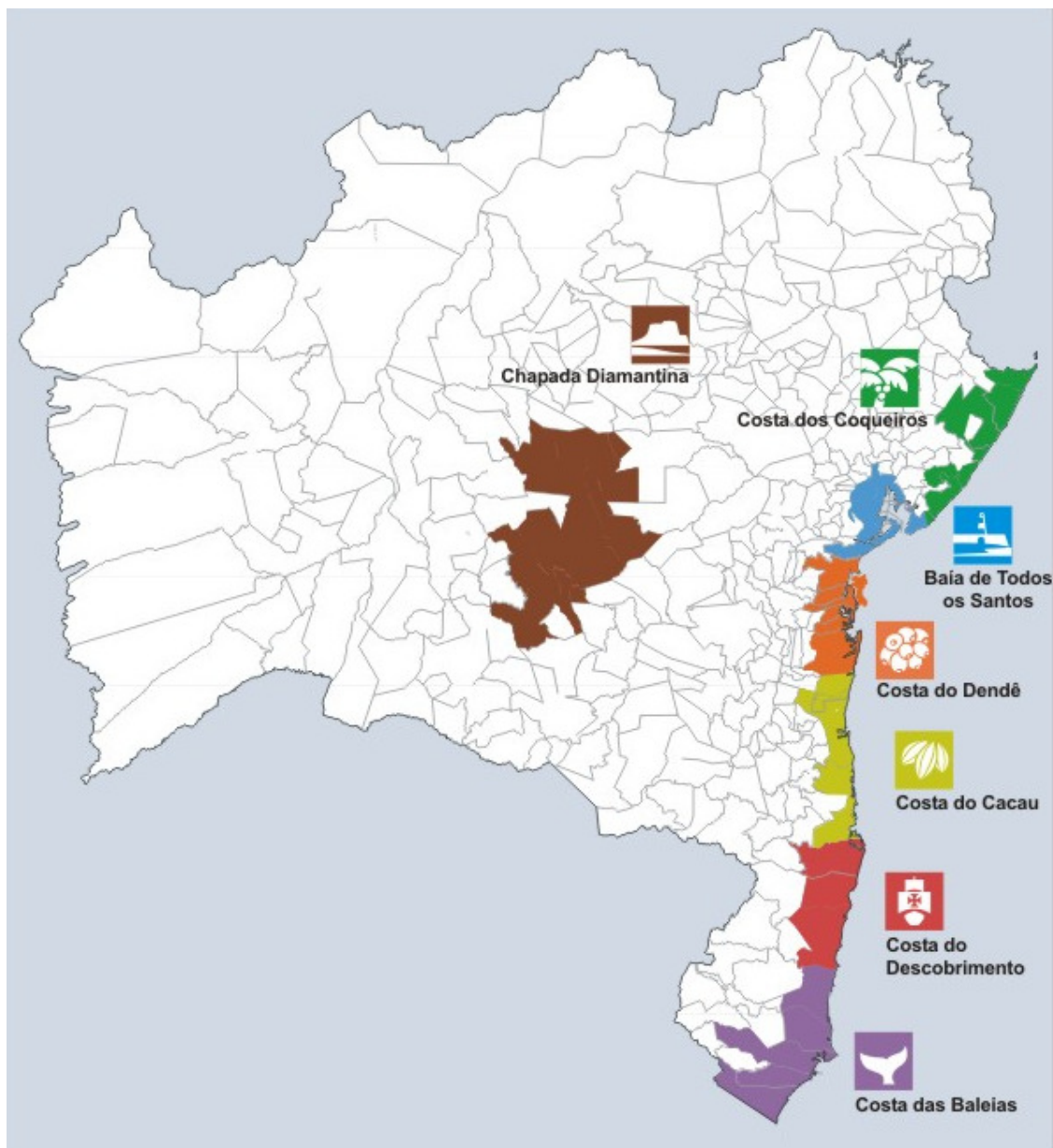
Cada Estado teve de elaborar o seu plano de desenvolvimento turístico para atender às exigências do BID. O governo da Bahia com o intuito de consolidar o turismo no Estado, contrata duas empresas: a Consultoria Turística Integrada – CTI e a SOLUÇÃO – Assessoria e Planejamento, para criar as estratégias de desenvolvimento da atividade turística através da elaboração do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR /BA, cujo objetivo era de captar recursos financeiros internacionais através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O plano da Bahia tinha como estratégia fundamental a criação de Centros Turísticos Integrados, que se constituiriam em instrumentos do desenvolvimento econômico da região litorânea e do interior do Estado. (QUEIROZ, 2002)

Foram definidas sete zonas turísticas da Bahia que iriam compor os Centros Turísticos Integrados propostos pelo Programa, sendo: Baía de Todos os Santos, Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina, esta integrada pelos Circuito do Ouro e Circuito do Diamante. (QUEIROZ, 2002). Ver Figura 4, p. 74.

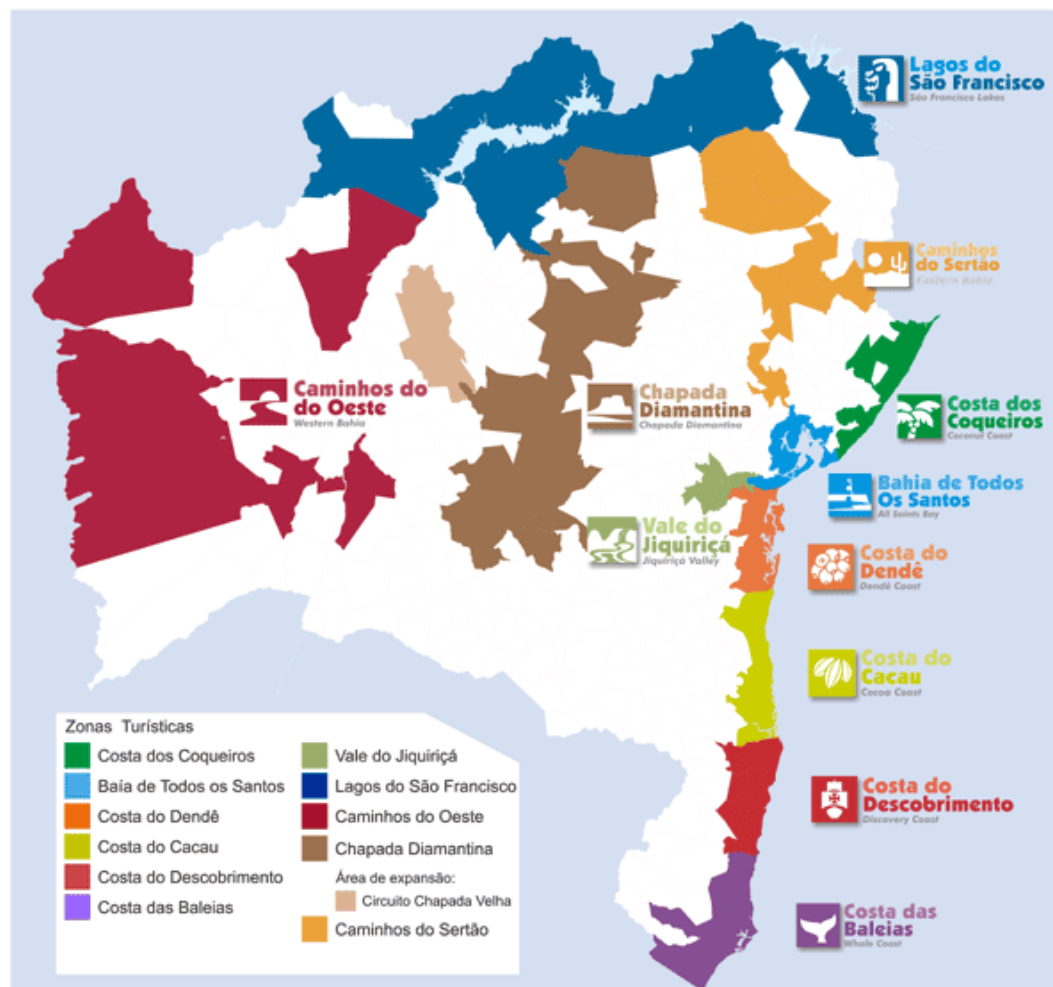
A primeira etapa do programa que contemplava essas sete zonas turísticas, tinha como objetivo reforçar a capacidade da Bahia em manter e expandir sua crescente “indústria” turística, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional nas áreas com potencial turístico e com a atividade em crescimento.

Em 2002, foi assinado o contrato de financiamento do PRODETUR II, e esta 2ª etapa teve como objetivo melhorar a qualidade de vida da população que reside nos pólos turísticos situados nos Estados participantes do Programa. Nesta segunda

etapa, as zonas turísticas da Bahia foram fundidas, duas a duas, constituindo os pólos turísticos, a saber: Pólo Salvador e Entorno; Pólo Litoral Sul; Pólo do Descobrimento e Pólo da Chapada Diamantina, passando a incluir o circuito da Chapada Velha, sendo agregadas novas zonas turísticas: Lagos do São Francisco, Caminhos do Oeste, Caminhos do Sertão e o Vale do Jiquiriça, conforme se pode conferir na Figura 5, p.75.



**Figura 4** - Mapa do zoneamento turístico do Prodetur I/Ba  
Fonte: [www.sct.ba.gov.br/prodetur\\_historico.asp](http://www.sct.ba.gov.br/prodetur_historico.asp), 2007

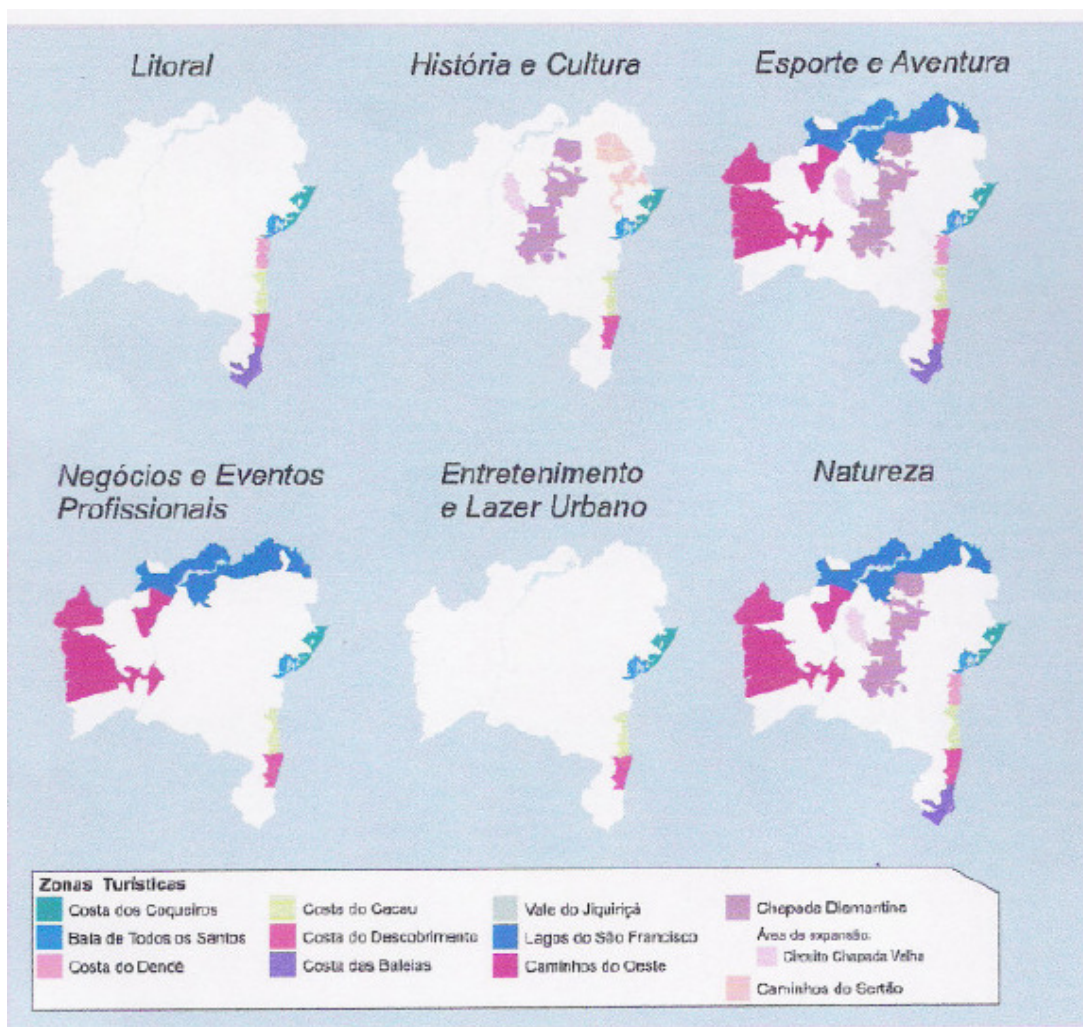


**Figura 5** - Mapa do zoneamento turístico do Prodetur II/Ba  
 Fonte: [www.sct.ba.gov.br/prodetur3\\_1.asp](http://www.sct.ba.gov.br/prodetur3_1.asp), 2007

Observa-se porém, que o turismo tem recebido uma atenção especial no que diz respeito à modalidade convencional que é o modelo sol e praia, enquanto que um

outro modelo vem ganhando notoriedade que é o turismo no espaço rural, que poderá se tornar alternativa de geração de renda e emprego para os proprietários rurais do Nordeste, mas as políticas públicas existentes voltadas para o seu desenvolvimento ainda se apresentam de forma tímida e isolada e nem todos os Estados e municípios participam e aplicam as já existentes.

A Figura 6, p.77 apresenta as seis motivações prioritárias que nortearam os planos de desenvolvimento turístico e as ações mercadológicas de publicidade e promoção definidas pela Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia - SCT e pela Empresa de Turismo da Bahia S/A – BAHIATURSA. Observa-se que o segmento de turismo rural não foi contemplado de modo explícito nesta estratégia para o desenvolvimento do turismo da Bahia, para o período 2003-2020, apesar de poder ser trabalhado e desenvolvido nos seis segmentos de mercado considerados prioritários.



**Figura 6:** Segmentos prioritários por Zonas Turísticas da Bahia/ 2003-2020

Fonte: BAHIA. SCT/BAHIATURSA, 2005.

Em determinadas regiões do Nordeste brasileiro, são as condições adversas e o próprio atraso socioeconômico que induzem as famílias rurais à diversificação das suas atividades, inclusive não-agrícolas.

Mostra Couto Filho (2000), que no caso do estado da Bahia a necessidade da “pluriatividade”<sup>9</sup> no meio rural baiano se deve a diversos problemas, que na sua maioria, ainda decorrem da estrutura agrária (minifúndios) e da falta de

<sup>9</sup> A “Pluriatividade” baseia-se em múltiplas formas de trabalho realizadas pela família rural, sobretudo através da combinação de atividades agrícolas com os empregos fora da propriedade.

competitividade dos estabelecimentos, que se agrava com a constante queda dos preços dos produtos agrícolas.

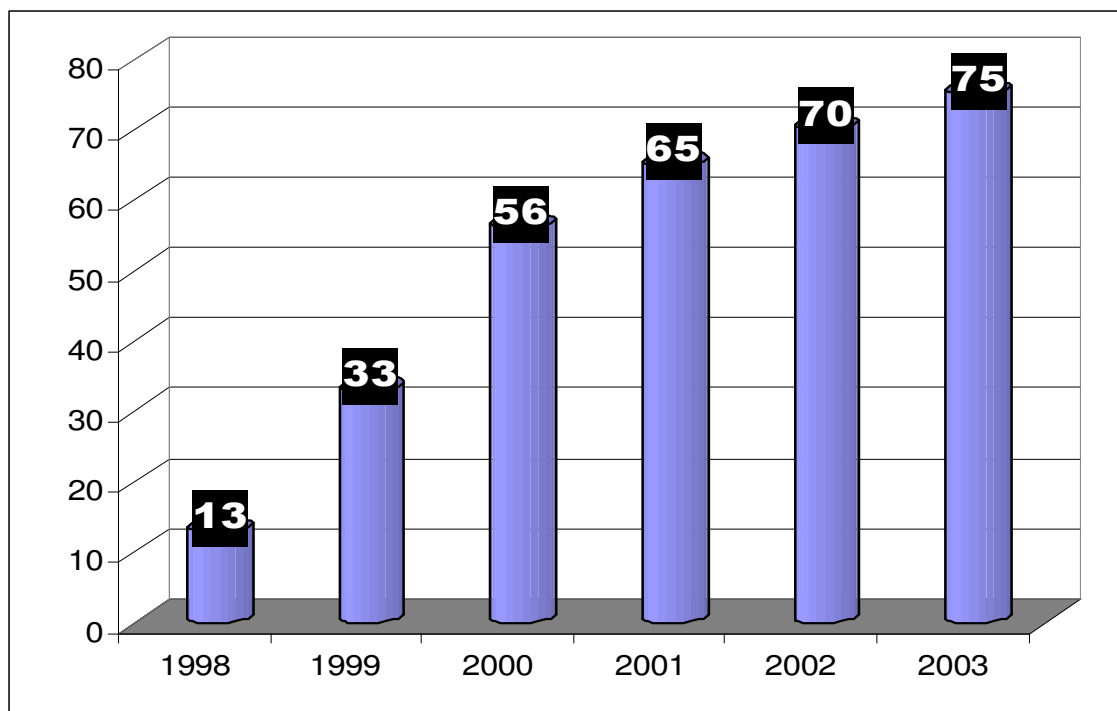
Como comentou-se anteriormente, o turismo rural na Bahia teve início em 1997, através da Fazenda Primavera em Ilhéus e foi implantado oficialmente segundo Souza (2003) como programa em 1998, pela SCT, através do PTR, após diversas reuniões com a participação de representantes da própria SCT, da Secretaria da Agricultura, do SEBRAE, professores da Universidade Salvador - UNIFACS e diversos empresários rurais. Ainda segundo Souza (2003), o objetivo inicial para a implantação do turismo rural no Estado era o de motivar os proprietários de fazendas produtivas a trabalharem o turismo rural como uma nova fonte de renda, porém este objetivo foi ampliado para:

- integrar lazer e aprendizado;
- utilizar os recursos naturais de forma sustentável;
- divulgar as manifestações artísticas e socioculturais;
- gerar emprego e renda e contribuir para a fixação do homem no campo.

O turismo rural praticado no estado da Bahia pode ser classificado de acordo com Rodrigues (2003), como Turismo Rural Contemporâneo, devido à inserção de equipamentos implantados mais recentemente, notadamente a partir dos anos 1970, quando o turismo começa a assumir maior significado como atividade econômica no Brasil. Os equipamentos são:

- hotéis-fazenda;
- pousadas rurais;
- spas rurais;
- segunda residência campestre;
- campings e acampamentos rurais;
- turismo de caça e pesca;
- turismo rural místico e religioso;
- turismo rural científico-pedagógico;
- turismo rural etnográfico.

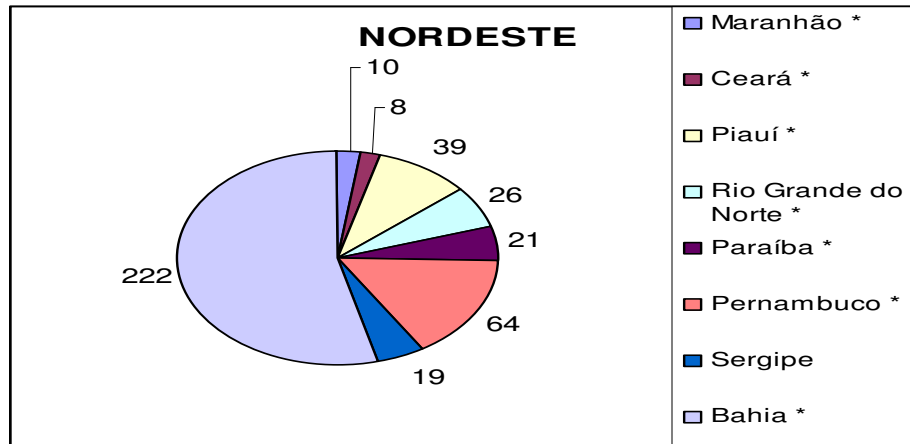
Para a SCT, do Estado da Bahia, não é possível precisar a quantidade de propriedades que desenvolve a atividade de turismo rural, porque muitas delas não fazem o cadastro junto a esse órgão. Mas segundo os últimos dados levantados em 2003, existiam 75 propriedades trabalhando com a atividade do turismo rural. Este número cresceu consideravelmente, em torno de 477%, já que em 1998 havia apenas 13 empreendimentos praticando esta atividade como pode ser visto na Figura 7. Hoje não existem dados mais atualizados por parte da SCT, pois, ela não mensura estas informações desde 2003, quando foi feito o último levantamento.



**Figura 7** - Número de propriedades que desenvolvem o turismo rural na Bahia - 1998 - 2003.  
Fonte: Cândia, 2005, p.76

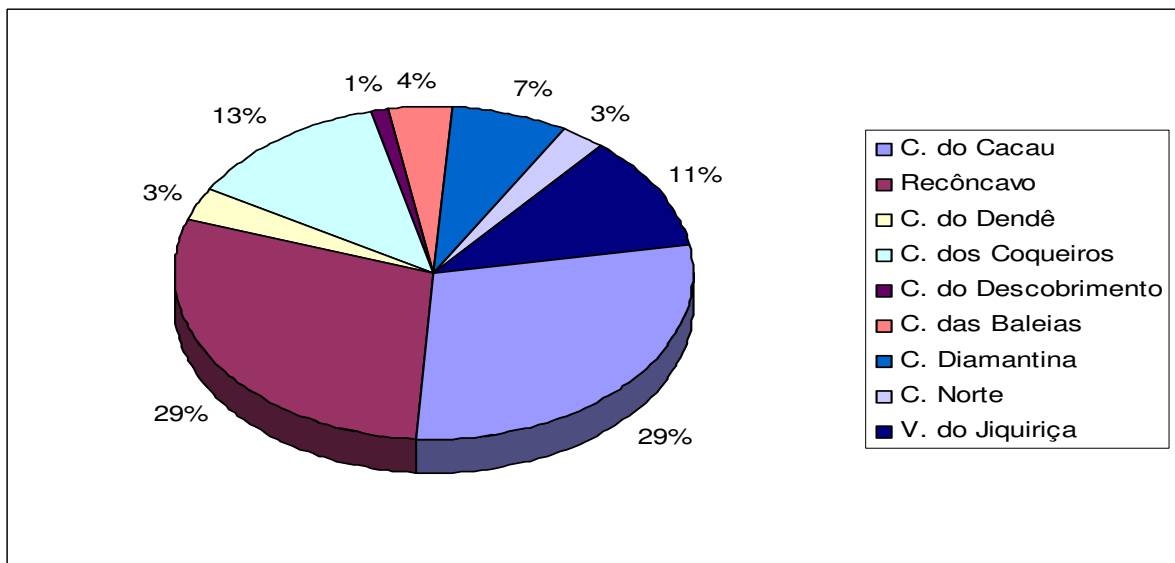
Mas, segundo pesquisa da ABRATURR (2004) e como pode ser visto na Figura 8, a Bahia contava no ano de 2004 com 222 propriedades praticando o turismo rural, sendo o Estado que apresentava o maior número de propriedades com a prática desta atividade na Região Nordeste, representando 54,3% do total.





**Figura 8** - Região Nordeste: Distribuição de propriedades rurais por Estado - 2004.  
 Fonte: [www.abraturr.com.br](http://www.abraturr.com.br), 2007

De acordo com Cândia (2005), no estado da Bahia, no ano de 2004, a maior concentração de propriedades que exploravam o turismo rural estavam localizadas na Zona da Costa do Cacau e na região do Recôncavo, sendo que essas regiões juntas detêm 58% do total, sendo seguidas pelas zonas da Costa dos Coqueiros com 13% e pelo Vale do Jiquiriçá – Zona Turística emergente, com 11% destas propriedades. As outras regiões possuem percentuais menos significativos, como se pode observar na Figura 9, p. 81.



**Figura 9** - Propriedades que exploram o turismo rural na Bahia, por zona turística do Estado - 2004  
Fonte: Cândia, 2005, p. 77.

Ainda segundo esta autora, a concentração das propriedades rurais nas áreas da Costa do Cacau e do Recôncavo se justificaria pela proximidade geográfica com a capital e outros municípios como Feira de Santana que possuem moradores com maior renda. Além da facilidade de acesso, existe também demanda com condições financeiras de consumir o produto ofertado pelas fazendas. Com relação à Costa do Cacau, além da riqueza histórica, há também a proximidade de importantes centros emissores como Itabuna e Ilhéus.

As fazendas localizadas na Bahia, que praticam a atividade do turismo rural geralmente oferecem diversos tipos de serviços e diferentes instalações, como por exemplo: apartamentos ou quartos com ar condicionado, tv e frigobar, salão de jogos, passeio a cavalo, passeio de charrete, piscina, horta, criação de gado, algum tipo de plantação, exposição de artesanato local, pesque-pague, culinária típica, horta medicinal, trilhas ecológicas, mini-zoológico, sala de ginástica, pedalinho, trenzinho, casa de farinha, espaço para congressos e eventos em geral, entre outros.

A utilização do espaço também é diversificada, já que além do serviço de hospedagem com pernoite, existe o aluguel de espaço para eventos, congressos, seminários, festas de final de ano de empresas, casamentos, festas juninas, entre outros e a utilização do espaço da fazenda para receber grupos que permanecem apenas um dia visitando a propriedade e suas instalações, serviço que recebe o nome de “*day use*”<sup>10</sup>.

### **3.4.1 Potencial do turismo rural como gerador de renda e desenvolvimento local para os Municípios de Cachoeira e Jaguaripe**

---

<sup>10</sup> “Day use” é o serviço oferecido pelos hotéis fazendas durante um dia, onde o visitante desfruta da culinária, apresentações folclóricas e no final do dia retorna a sua cidade de origem.

O modelo ideal, pensado para o desenvolvimento do estado da Bahia foi fomentar a industrialização, porém este modelo mostrou-se ineficiente, uma vez que não conduziu necessariamente ao desenvolvimento local, com o Estado não conseguindo atingir um melhor patamar de desenvolvimento para sua população. Ressalva-se, entretanto, que para os seguimentos empresariais diretamente beneficiados pelo modelo adotado, este caracterizou-se como eficiente.

O meio rural dos municípios de Cachoeira e Jaguaripe, enfrenta uma série de problemas que perduram e que se intensificam com o passar dos anos. Essas dificuldades são decorrentes das ações do passado e da falta de uma política adequada no presente.

É crescente a marginalização de pequenos produtores, tornando-se mais difícil o desafio de desenvolver o meio rural. Para fazê-lo, é fundamental a busca de alternativas e de uma política direcionada no sentido de recuperar o meio rural, de proporcionar melhores condições de vida a esta população. O turismo é uma das atividades que se destaca como alternativa para o meio rural dos municípios em estudo. Esta atividade considerada como não-agrícola, poderá ocupar tempo integral ou parcial dos membros moradores das propriedades rurais.

A grande questão que deve ser levada em consideração, refere-se à importância das atividades não-agrícolas para o meio rural, não somente quanto aos empregos e à renda das propriedades isoladamente, mas em um sentido mais amplo, ao próprio processo do desenvolvimento local, é o que salienta Teixeira (1998, p. 165):

Dentro dessas novas ocupações que estão emergindo no meio rural, destaca-se o turismo rural, como uma fonte alternativa de desenvolvimento local, capaz de revitalizar as áreas decadentes e estagnadas, ao fomentar a diversificação de renda e trabalho para as populações locais. Seja através da valorização dos produtos agrícolas, orientando-os para uma demanda mais específica, mais ecológica, pela diversificação de atividades no interior do estabelecimento, como por exemplo, fazenda-hotel, pousada, pesque-pague, comida típica, artesanato, industrialização caseira e outras atividades ligadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo.

Para Campanhola e Silva, (2000) o turismo no meio rural pode se constituir em um dos vetores do desenvolvimento local, desde que as decisões sejam tomadas no

âmbito local e que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados. O turismo no meio rural deve ser antes de tudo um turismo local, de território, gerido pelos próprios residentes. Pode-se dizer que ele é local, em cinco níveis: é de iniciativa local, de gestão local, de impacto local, é marcado por paisagens locais e valoriza a cultura local.

Constitui-se, assim, em uma forma de valorização do território e da própria ruralidade, pois ao mesmo tempo em que depende da gestão de espaço local e rural para o seu sucesso, contribui para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural. É também um instrumento de estímulo à gestão e ao uso sustentável do espaço local, que deve beneficiar prioritariamente a população local direta e indiretamente envolvida com as atividades turísticas.

Ruschmann (2000), destaca que além do turismo rural constituir uma importante fonte de renda, proveniente de impostos e de divisas para as localidades onde ocorre, cria também uma receita financeira à atividade já existente na zona rural e pode também, promover a criação de mercado para os produtos tradicionais das propriedades como alimentos e artesanato, absorvendo o excedente da produção. Existem outros fatores de real relevância promovidos pelo turismo rural como o compartilhamento por parte da comunidade dos benefícios indiretos gerados, como a melhoria da infra-estrutura e dos serviços públicos como: o saneamento básico, hospitais, segurança, transporte; aumento do número de indústrias e de estabelecimentos comerciais com demanda por produtos para consumo imediato (presentes, comidas típicas, *souvenirs*); desenvolvimento da indústria do lazer; melhoria indireta do setor agrícola por meio da potencialização da demanda de produtos de qualidade típicos da região (por exemplo: mel, queijo, embutidos); aumento de construções, recuperação do patrimônio histórico e cultural; recuperação de áreas degradadas e de florestas nativas.

A atividade turística é recente no Brasil, mas percebe-se que ela está em crescimento e, também que é uma importante atividade econômica, abrangendo o setor de serviços, o comércio e a indústria, e destaca-se como um importante fator de desenvolvimento mundial, nacional, regional e local.

A Região do Recôncavo Sul, onde estão inseridos os Municípios de Cachoeira e Jaguaripe apresenta um singular conjunto de atrativos turísticos, composto por inúmeras riquezas culturais e históricas, originário de sua colonização, povoamento e organização socioeconômica.

Dos 33 municípios que compõem essa Região, identificou-se através de pesquisa no site da SCT do Estado da Bahia, 9 propriedades desenvolvendo a atividade de turismo rural.

Souza (2003, p. 36) observa que “existe uma autonomia por parte dos proprietários desta Região, pois cada um desenvolve seu projeto e procura valorizar a sua propriedade e seus diferenciais, totalmente desvinculados da SCT e ABATURR”. Com base na entrevista com a Presidente da ABATURR, a Sra. Jane Figueiredo, ficou constatado que os proprietários das fazendas são aposentados ou profissionais liberais que residem na sua maioria em Salvador.

Tal fato caracteriza um absenteísmo desses proprietários em relação à localidade/região. O empreendedor precisa estar presente na sua propriedade, pois sua ausência influencia na forma como os empreendimentos serão administrados.

## **4. CARACTERIZAÇÃO DO RECÔNCAVO SUL, DE CACHOEIRA E JAGUARIFE**

### **4.1. CARACTERIZAÇÃO DO RECÔNCAVO SUL**

#### **4.1.1 Um breve histórico**

Tratar-se-á aqui de uma breve caracterização do lugar onde está inserido o objeto de estudo desta dissertação. A ocupação desta Região teve início em meados do século XVI, com o regime das sesmarias. A sua história cultural teve origem e formação num processo eminentemente rural, com o engenho de açúcar e o ciclo do fumo como o aglutinador das populações em seu entorno.

A expansão e a industrialização da lavoura fumageira por muitos anos desempenhou papel importante para o Estado, levando ao surgimento de numerosos núcleos urbanos nesta Região. A redução da atividade econômica, proveniente da crise no setor agrícola trouxe reflexos negativos ao setor industrial.

Após o momento áureo vivido por esta região até o fim do século XIX e início do século XX, a mesma vem passando por um período de estagnação no século XXI. No lugar das grandes propriedades do passado (as grandes propriedades sofreram ao longo do tempo um processo de desmembramento), têm-se as pequenas propriedades que passaram a dominar a paisagem.

Atualmente a ocupação dessas propriedades passa pelas principais culturas exploradas na Região como o dendê; o coco; a piaçava e o maior destaque está na produção da mandioca que é direcionada tanto para o consumo, como para o comércio. Observa-se ainda, a presença marcante da cultura da laranja.

As primeiras vilas surgiram nesta Região nos finais do século XVII e na primeira metade do século XVIII, próximas ao mar e foram: a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira e a Vila de Jaguaripe, posteriormente estas vilas foram transformadas em cidades com os nomes de: Cachoeira e Jaguaripe. Mais adiante, outras cidades surgiram constituindo-se os municípios de Cachoeira e Jaguaripe.

A povoação do restante do Recôncavo Sul deu-se em direção à parte interiorana, já no século XIX, dando origem a diversas outras vilas. (BAHIA, 2000, p.33 e 34).

#### **4.1.2 A situação geográfica**

A Região do Recôncavo Sul proposta pela Secretaria de Planejamento é constituída por 33 municípios, possui uma superfície de 10.840 km<sup>2</sup> e é uma região econômica. A Figura 10 na p. 85 mostra todos os municípios que integram esta Região.

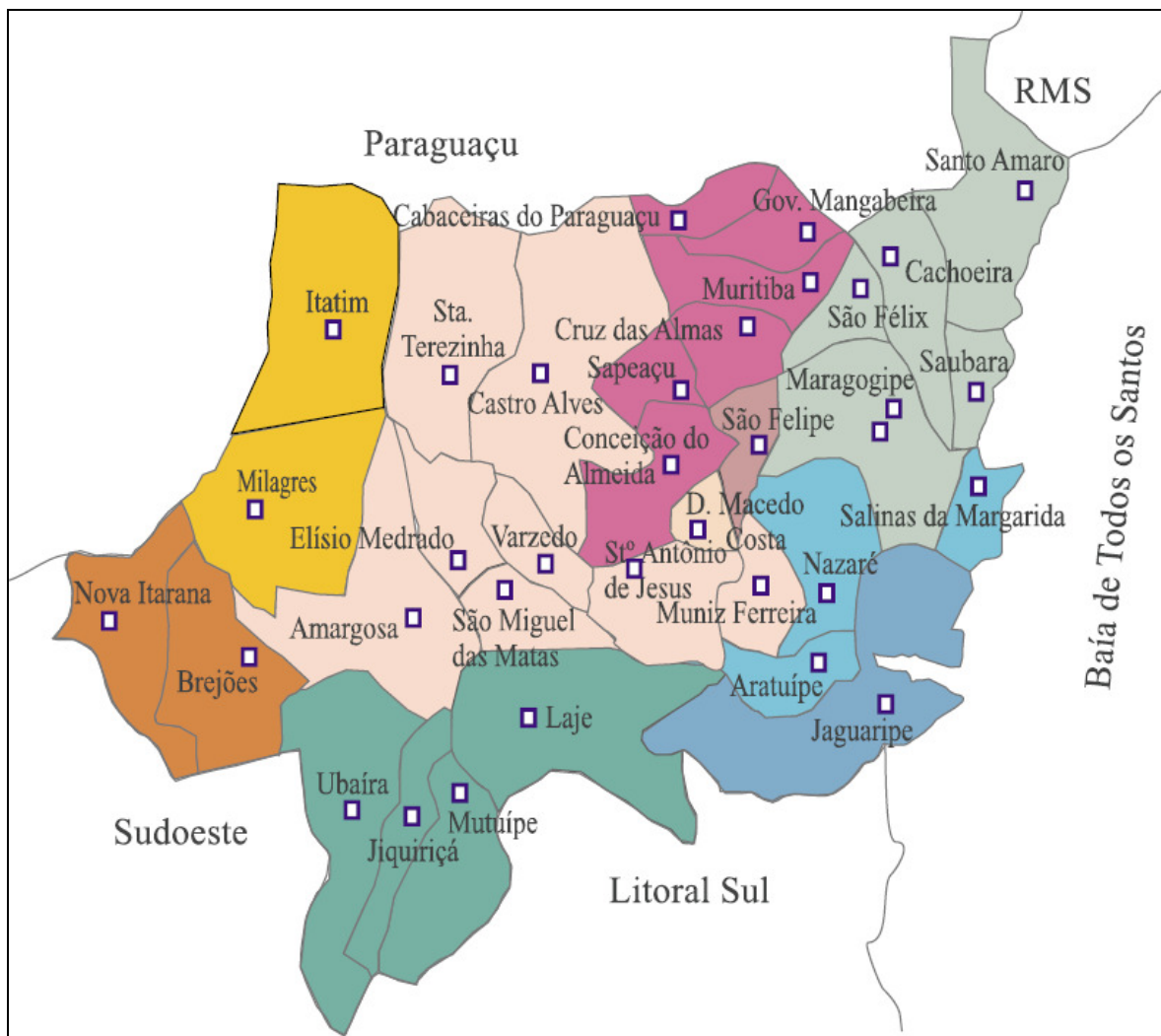
Com o nome de Recôncavo, é conhecida desde o século XVI a faixa de terra formada por mangues, baixios e tabuleiros que contornam a Baía de Todos os Santos. O Recôncavo é uma região de topografia baixa, com exceção da zona de Cruz das Almas onde a altitude média é de 200m. Administrativamente o Recôncavo corresponde a duas micro-regiões do estado da Bahia, a 150 e a 151, reunindo os mesmos 33 municípios da Região Econômica do Recôncavo Sul. As áreas de estudo desta dissertação são os dois primeiros municípios que surgiram no Recôncavo Sul: Jaguaripe e Cachoeira.

A Região do Recôncavo Sul ao norte limita-se com a Região Paraguaçu, ao sul com a Região Litoral Sul, a oeste, com a Região Sudoeste e parte do Paraguaçu. As principais bacias localizadas na sua área limítrofe são: as do Rio Jaguaripe e do Rio

da Dona, e as outras, compreendem partes do curso médio e inferior da Bacia do Rio Jiquiriçá, do curso inferior do Rio Paraguaçu, e também a Bacia do Rio Subaé. A Região conta ainda com uma variada gama de geossistemas, que se estendem da faixa litorânea, como os manguezais e restingas, até as áreas de contato com o semi-árido, à floresta estacional, com fortes variações climáticas. As temperaturas podem variar de 29°,5C (média das máximas) e 17°,6C (média das mínimas). As precipitações decrescem do litoral para o interior e podem atingir anualmente 1800mm nas áreas mais chuvosas e inferiores a 800mm nas semi-áridas. (BAHIA, 2000, pg. 189).

A região é geologicamente formada por uma fossa tectônica de sedimentos cretáceos que surge em direção Norte, e termina no baixo São Francisco. Esta faixa sedimentar argilosa ou argilo-arenosa representa 60% da área do Recôncavo e é limitada a leste pela falha de Salvador e a Oeste pela falha de Maragogipe. Os 40% restantes são constituídos por dois maciços cristalinos. Nas áreas de sedimentação cretáceas ocorrem solos argilosos profundos, poucos sujeitos a erosão, conhecidos como massapés e classificados como vertosolos. Derivam da decomposição do calcário sob clima tropical úmido. São solos de cor escura, muito ricos em materiais orgânicos, pouco permeáveis, mas que conservam a umidade durante muito tempo. Estes solos quando úmidos sofrem expansão e tornam-se muito pesados e plásticos. Quando secos endurecem e contraem-se, rachando.





**Figura 10** - Região do Recôncavo Sul - Localização e municípios componentes  
 Fonte: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, 2002.

A Região contava, no ano 2000, com uma população total estimada em 684.550 habitantes distribuídos em 396.804 na área urbana (58%) e 287.746 na zona rural (42%), conforme a Tabela 7, p. 90.

**Tabela 7**- Região Recôncavo Sul - População total, urbana e rural e taxa de urbanização segundo os Municípios – 2000

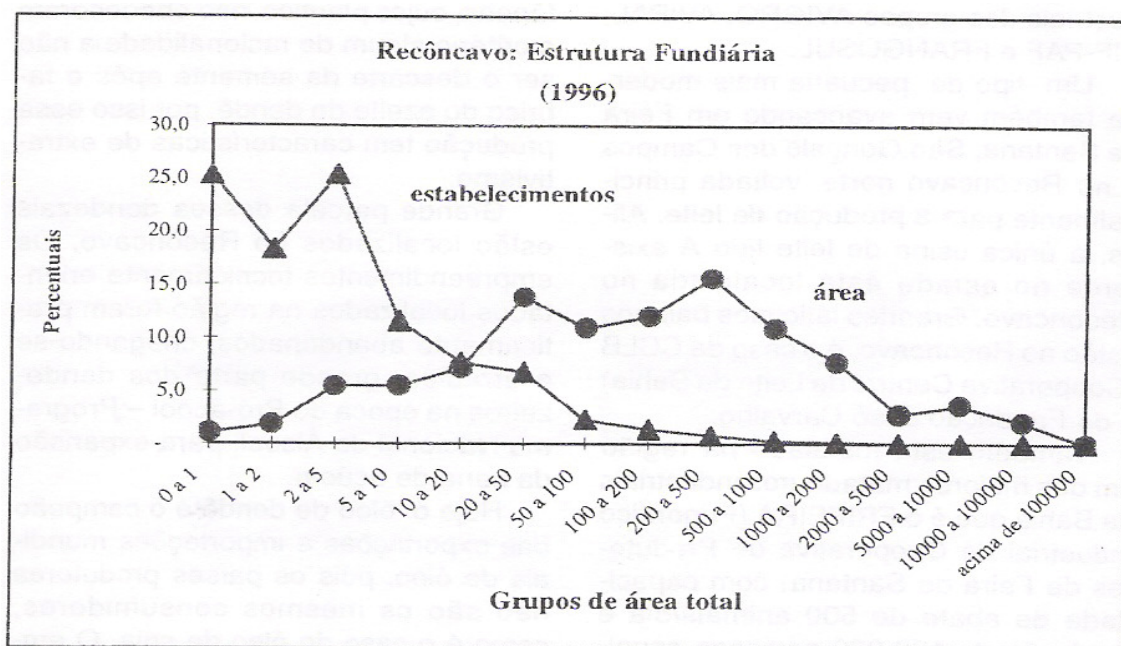
Número de Ordem	Municípios	População Total	Urbana	Rural	Taxa de Urbanização
1	Aratuípe	8.381	4.787	3.594	57,1
2	Jaguaripe	13.422	4.632	8.790	34,5
3	Nazaré	26.622	23.011	3.354	87,3
4	Salinas da Margarida	26.365	4.611	5.766	44,4
5	Cachoeira	30.416	15.831	14.585	52,4
6	Maragogipe	40.314	21.043	19.271	52,2
7	Santo Amaro	58.414	44.505	13.909	76,2
8	São Félix	13.699	8.748	4.951	63,9
9	Saubara	10.193	10.076	117	98,9
10	Cabeceiras do Paraguaçu	15.547	3.305	12.242	21,2
11	Conceição do Almeida	18.912	8.318	10.594	44,0
12	Cruz das Almas	53.049	39.604	13.445	74,7
13	Governador Mangabeira	17.165	6.684	10.481	37,6
14	Muritiba	30.644	17.905	12.739	58,4
15	São Felipe	20.228	8.250	11.978	40,8
16	Sapeaçu	16.450	7.524	8.926	45,7
17	Amargosa	31.108	20.884	10.224	67,1
18	Castro Alves	25.561	14.647	10.914	57,3
19	Dom Macedo Costa	3.748	1.297	2.451	34,6
20	Elísio Medrado	7.860	2.514	5.346	32,0
21	Muniz Ferreira	6.941	3.301	3.640	47,6
22	Santa Terezinha	8.696	1.859	6.837	21,4
23	Santo Antonio de Jesus	77.368	66.245	11.123	85,6
24	São Miguel das Matas	10.020	2.772	7.248	27,7
25	Varzedo	8.673	2.627	6.046	30,3
26	Jiquiriça	13.638	4.588	9.050	33,6
27	Laje	19.601	5.118	14.483	26,1
28	Mutuípe	20.462	8.984	11.478	43,9
29	Ubaíra	20.595	8.010	12.585	38,9
30	Itatim	12.700	8.700	4.000	68,5
31	Milagres	12.067	9.359	2.708	77,6
32	Brejões	15.344	4.568	10.776	29,8
33	Nova Itarana	6.592	2.497	4.095	37,9
	<b>Recôncavo Sul</b>	<b>684.550</b>	<b>396.804</b>	<b>287.746</b>	<b>58,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

De acordo com a representação da Tabela 7, a maior concentração da população encontrava-se na área urbana, no ano 2000. Dos 33 municípios citados, 14 estavam com uma taxa de urbanização acima de 50% e 19 municípios com uma taxa de urbanização entre 20% e 47%. O destaque vai para os municípios de Santo Antonio de Jesus e Dom Macedo Costa com a maior e menor concentração da população na área urbana, 85,6% e 34,6%, respectivamente. Já a população rural manteve a sua maior e menor concentração nos municípios de Maragogipe e Saubara, com 19.271 e 117 habitantes, respectivamente.

#### 4.1.3 O quadro socioeconômico

O Recôncavo Sul é uma região que apresenta como estrutura fundiária o pequeno estabelecimento, caracterizada pela presença significativa de minifúndios, conforme a Figura 11.



**Figura 11** – Recôncavo: Estrutura Fundiária - 1996  
Fonte: Mendonça, 2001

Existe uma grande concentração de pequenas unidades agrícolas, predominando os estabelecimentos de 2 a 5 hectares e de 0 a 1 hectare, enquanto que são raros os estabelecimentos de 500 hectares ou mais.

Com referência a área ocupada, percebe-se que a ocupação do espaço do Recôncavo, apresenta um estrato de estabelecimentos com área de 200 a 500 hectares, sendo este o mais significativo.

A sua ocupação econômica se iniciou em meados do século XVI, quando D. Álvaro da Costa, Armador-mor do rei, recebeu, em regime de sesmaria<sup>11</sup>, as terras localizadas entre as barras dos Rios Paraguaçu e Jaguaripe. No período colonial o Recôncavo encontrava-se habitado pelos índios Tupinambás que dominavam toda a costa, da foz do rio São Francisco até além do rio Jaguaripe. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 2002, p.22).

No início houve cooperação do índio com o europeu, porém a parceria inicial foi substituída pela hostilidade de ambas as partes. O europeu queria o índio para o trabalho escravo, que ele desconhecia.

Porém, não foi o índio que se tornou trabalhador braçal no cultivo da cana-de-açúcar, pois ele não se mostrou 'bom trabalhador' na ótica do colonizador. Os índios não se adaptavam ao estilo de vida sedentário, nem se mostraram dispostos a aceitar pacificamente a disciplina e métodos das atividades agrícolas.

Conforme Andrade (1980 apud BAHIA, 2003), além do tráfico de escravos já estar previsto, a falta de adaptação do índio ao trabalho reforçou a necessidade da importação de africanos para o Brasil e a esse respeito o autor afirma:

(...) desde os primeiros tempos, houve sempre a importação de africanos para o Brasil, e a escravidão negra e indígena coexistiam desde o início da colonização uma vez que o próprio Duarte Coelho, já em 1542, solicitava ao Rei autorização para importar negros da África. (...) Na realidade, o negro, representante de uma civilização agrícola já acostumada ao regime servil na África, oferecia maior produtividade no trabalho que o indígena. Daí preferirem os proprietários, apesar do alto preço, adquirir escravos negros a escravizar índios para o trabalho. (ANDRADE, 1980 apud BAHIA, 2003, p.71).

---

<sup>11</sup> Sesmaria era a concessão de terras no Brasil pelo governo português com o intuito de desenvolver a agricultura, a criação de gado e, mais tarde, o extrativismo vegetal, tendo se expandido à cultura do café e do cacau. Ao mesmo tempo, servia a povoar o território e a recompensar nobres, navegadores ou militares por serviços prestados à coroa portuguesa. O sistema de sesmarias do Brasil era um prolongamento do sistema jurídico português, estabelecido pela lei de 26 de maio de 1375 e baixada por D. Fernando. Representava a exploração econômica da terra de maneira rápida, tendo fundamentado a organização social e do trabalho desenvolvida no Brasil, assim como o latifúndio monocultor e escravagista.

A cultura da cana-de-açúcar se propagou ao longo de todo o litoral brasileiro, porém, foi o Recôncavo Baiano que se mostrou particularmente favorável ao seu desenvolvimento e se tornou o grande centro produtor de açúcar da Colônia e consolidou-se como um dos principais núcleos de povoamento da época. Atividade de origem rural, inicialmente situou-se nas proximidades do litoral devido à necessidade de escoar a produção pelo porto de Salvador e depois se expandiu para o interior. Por essa razão o mar era elemento de fundamental importância, pois o engenho necessitava de um porto próximo para facilitar o embarque do açúcar. O sistema canavieiro tinha como principais características a monocultura, a grande propriedade e o trabalho escravo. O açúcar era o artigo mais procurado na Europa e a lavoura da cana e a produção de açúcar cresceu em extensão de áreas plantadas e na construção de engenhos. Mendonça (2001, p. 52) afirma que “no século XVII existiam na Bahia 174 engenhos de açúcar, e este número elevou-se para 1.200 no século XVIII, boa parte deles localizados no Recôncavo”.

Os engenhos não tiveram uma evolução técnica rápida, seu modelo inicial era de duas/três moendas de cilindros horizontais ou verticais, de madeira revestida de ferro. A Bahia só teve experiências de modelos mais aperfeiçoados no século XIX, com a introdução do engenho a vapor.

No Recôncavo Baiano, a cana-de-açúcar ocupou as terras de massapé, deixando os terrenos arenosos para o fumo. Este último produto se expandiu muito, pois [...] passou a ser usado como moeda para aquisição de negros na África. “Assim, a área que produzia açúcar para o mercado europeu e que se abastecia de negros na costa africana passou a abastecer este continente com o fumo” (ANDRADE, 1980 apud BAHIA, 2003, p.71).

O fumo que já era cultivado desde o século XVI, cresceu em importância, chegando a alcançar o segundo lugar como produto de exportação. Sua produção seguia o modelo açucareiro: latifúndio e mão-de-obra escrava.

Com o cultivo da cana-de-açúcar e, mais tarde, com a ocupação das terras nobres, situadas mais para o interior, deu-se o desenvolvimento de outras atividades agrícolas consideradas secundárias, como o cultivo do dendê, do coco, da piaçava e

o citrus, visando à produção de alimentos para o abastecimento das cidades que faziam parte do circuito da produção da cana-de-açúcar e, também de Salvador.

A pecuária se desenvolveu paralelamente ao cultivo da cana-de-açúcar, com a utilização dos animais no transporte do produto até o ponto de embarque, e também para movimentar a maioria dos engenhos que não possuíam roda d'água.

Os primeiros sinais de decadência dessa economia aconteceram a partir do final do século XVII, com a primeira crise, entre 1680/90 com a quebra do monopólio da produção açucareira brasileira no mercado mundial e a consequência foi a queda dos preços, que afetou a rentabilidade dos engenhos e, a segunda crise, entre 1695/1705, caracterizou-se pela escassez da mão-de-obra escrava.

A economia açucareira recupera-se nos primeiros anos do século XIX, porém, volta a passar por outra crise devido a dois fatores, que foram o início da produção do açúcar de beterraba em torno de 1821 e as pressões contra o tráfico escravo. A consequência foi a redução dos preços do mercado mundial e a elevação dos custos com a mão-de-obra, forçando a intervenção governamental.

Ao longo do século XIX, já sem trabalho escravo, devido à abolição da escravatura e face à necessidade de modernização da economia açucareira, o engenho foi substituído pela usina que demandava modernização tecnológica. Sem condições de competir com outros produtos mundiais, o açúcar brasileiro permaneceu em baixa e os usineiros endividados e sem capacidade de promover mudanças necessárias para competição numa estrutura capitalista urbana e industrial, entra novamente em crise.

Após as diversas crises, a lavoura da cana-de-açúcar e suas culturas subsidiárias/auxiliares se reduzem sem que haja a substituição por outro tipo de cultura ou atividade econômica. Conjuntos de engenhos e centros históricos são abandonados e se arruínam e a estagnação desta economia se faz presente até os tempos atuais.

A esse respeito Pedrão (1999 apud Cândia, 2005 p.54) afirma:

Com o desdobramento de um longo período de decadência econômica, de desvalorização de seu patrimônio e perda secular de seus recursos humanos, o Recôncavo chegou, no começo deste século, junto com o conjunto do Estado da Bahia, a um estado de prostração, do qual não se recuperou. A tentativa do Governo Góes Calmon, por volta de 1920, de recuperar a economia baiana, em torno da combinação da agroindústria do açúcar com a indústria têxtil, que certamente teria beneficiado essa região, não teve sucesso significativo. A região caiu num processo de paulatino esvaziamento. Ficando adiante excluída dos movimentos de urbanização e industrialização que atingiram a Bahia, a partir de Salvador, na década de 1950.

Apesar das grandes transformações experimentadas pela economia baiana, devido ao incentivo à industrialização nos anos de 1950 a 1980, o Recôncavo permaneceu estagnado com a oligarquia açucareira. A tentativa de revitalizar a economia e as obras públicas a exemplo da melhoria da infra-estrutura física do município e a criação de projetos produtivos foram tímidas, levando ao empobrecimento gradativo da região. Durante este período, a agricultura na Região do Recôncavo permaneceu estagnada, sem observar mudanças significativas quer em termos de crescimento, quer em diversificação qualitativa.

Na década de 1990, com o declínio observado da oligarquia açucareira, entre 1950 e 1980, passa a ocorrer uma transformação na agricultura do Recôncavo, com a introdução de novas culturas, a exemplo da mandioca, laranja e limão. Apesar dessa diversificação, a cana-de-açúcar, embora não mais de forma exclusiva, mantém no início dos anos 2000 posição de liderança entre as demais culturas agrícolas do Recôncavo.

Em 2001, a região apresentava como seus principais produtos a cana e a mandioca, com 35,6% e 21,2% do valor da produção, respectivamente. Vale ressaltar que o Recôncavo, ocupado há mais de 500 anos, representava em 2001, apenas 7,1% da receita gerada pela agricultura baiana, enquanto que 60% da produção baiana de grãos é obtida no Oeste do Estado.

No setor industrial, o Recôncavo Sul caracteriza-se por um alto grau de concentração espacial nos centros urbanos de médio porte, reproduzindo o modelo de industrialização do Estado. O maior número de indústrias está localizado no

município de Santo Antonio de Jesus, no total de 82, sendo 21 de produtos alimentícios.

Surgiram atividades emergentes, como a horticultura e a avicultura; e a agroindústria avícola, como a instalação de unidades dos grupos Pif-Paf Alimentos e Frangosul Alimentos.

No Recôncavo Sul, o setor avícola concentra-se no município de Cachoeira e envolve mais três municípios da Região do Paraguaçu: São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira e principalmente Feira de Santana, que desempenha um papel de suporte do setor avícola. Encontra-se instalada neste último município a Avipal Nordeste S/A e a Avrigo Avícola Agroindustrial Ltda. Juntos, estes municípios formam o maior pólo avícola da Bahia, com capacidade de alojamento de 3 milhões de aves/mês. (ABA, 2003).

Faz-se presente na Região o ramo industrial de papel e papelão, representado com duas unidades de produção de celulose, a primeira fazenda experimental de cultivo de camarões da Bahia e também atividades na área de serviços, a exemplo do turismo rural.

O PIB da Região do Recôncavo Sul, para o ano 2004, corresponde a R\$2.136,51 milhões, equivalente a 2,4% do PIB da Bahia. Conforme a Tabela 8, p. 98. No período de 1999 a 2004, a Região tem mantido sua participação no total do PIB do Estado, com taxas percentuais que variam entre 2,7% em 1999 a 2,4% em 2004.

Em 2004, Santo Antônio de Jesus é o município que aparece com a maior contribuição para o PIB da Região, registrando um valor de R\$320,10 milhões (15%), seguido por Santo Amaro com R\$223,79 milhões (10,5%), Cruz das Almas com R\$185,84 milhões, (8,7%), Cachoeira com R\$148,99 milhões (7%) e Amargosa com 92,99 milhões (4,4%). Estes cinco municípios responderam por 45,6% do PIB do Recôncavo Sul, em 2004. No mesmo ano, o PIB de Jaguaripe foi de R\$34,28 milhões, ou 1,6% do total da Região fundamental.



**Tabela 8** - Produto Interno Bruto a preços correntes por região econômica e Municípios da Bahia - 1999 - 2004 (R\$ milhões).

Região Econômica e Municípios	Produto Interno Bruto					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>ESTADO DA BAHIA</b>	<b>42.040,11</b>	<b>48.197,17</b>	<b>52.249,32</b>	<b>62.102,75</b>	<b>73.166,49</b>	<b>86.882,06</b>
<b>Recôncavo Sul</b>	<b>1.135,26</b>	<b>1.278,18</b>	<b>1.315,99</b>	<b>1.603,20</b>	<b>1.840,98</b>	<b>2.136,51</b>
Amargosa	47,26	55,29	57,80	72,27	79,07	92,99
Aratuípe	8,76	10,05	9,71	11,64	12,93	15,62
Brejões	28,19	31,63	28,28	32,00	39,87	46,97
Cabaceiras do Paraguaçu	15,60	18,22	17,70	24,01	27,33	32,15
Cachoeira	43,94	58,65	64,23	97,97	127,75	148,99
Castro Alves	30,33	35,08	37,95	42,96	50,17	61,57
Conceição do Almeida	26,51	29,01	31,56	37,31	44,82	52,77
Cruz das Almas	113,75	112,32	119,02	157,52	158,17	185,84
Dom Macedo Costa	4,56	5,42	5,82	7,73	8,75	10,12
Elísio Medrado	10,50	11,70	12,92	15,04	17,73	20,56
Governador Mangabeira	19,97	23,49	25,94	31,77	64,06	76,25
Itatim	13,99	16,92	20,46	23,64	26,54	30,34
Jaguaripe	20,92	23,86	22,14	26,58	28,47	34,28
Jiquiriçá	18,41	20,52	22,79	26,34	27,84	36,95
Laje	32,70	37,01	42,16	46,21	48,65	48,76
Maragogipe	53,37	61,28	54,89	68,87	75,92	89,20
Milagres	12,86	15,04	16,36	17,69	19,84	23,13
Muniz Ferreira	9,55	12,29	12,01	13,13	14,70	16,83

Muritiba	38,63	42,30	43,64	55,49	61,10	76,67
Mutuípe	39,38	34,08	37,87	44,24	46,03	51,06
Nazaré	40,96	41,57	41,64	47,37	50,81	61,30
Nova Itarana	6,81	7,41	9,22	10,25	11,42	13,55
Salinas da Margarida	27,67	31,14	28,08	38,54	50,21	57,61
Santa Terezinha	8,99	10,53	11,73	13,90	15,16	20,62
Santo Amaro	125,75	163,56	146,11	169,82	205,10	223,79
Santo Antônio de Jesus	204,52	217,37	233,34	253,62	279,89	320,10
São Felipe	21,09	24,12	26,59	31,34	37,58	43,71
São Félix	16,97	18,23	18,69	21,52	24,38	28,46
São Miguel das Matas	11,93	18,89	19,91	28,66	32,29	37,20
Sapeaçu	21,42	23,81	28,92	39,29	44,23	51,38
Saubara	25,63	28,23	26,29	37,85	47,01	54,85
Ubaíra	24,91	27,69	29,58	43,43	46,00	52,87
Varzedo	9,45	11,47	12,66	15,17	17,17	20,03

Fonte: BAHIA, 2004.

## 4.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA

### 4.2.1 Um breve histórico

Várias foram as incumbências trazidas por Martim Afonso de Sousa quando chegou à Bahia e uma delas era desenvolver o cultivo da cana-de-açúcar e, com a autorização da coroa portuguesa, concedeu várias sesmarias para este fim.

Paulo Dias Adorno, fidalgo português que recebeu uma sesmaria situada à margem esquerda do rio Paraguaçu, iniciou o cultivo da cana-de-açúcar na área onde poderia aportar as embarcações. Estabelecido às margens do rio Paraguaçu, foram construídas residências, senzalas, engenho e a Capela da Nossa Senhora do Rosário. Mas, o povoado nascido em torno de um engenho de açúcar, só começou a crescer um século mais tarde, surgindo a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira criada por Carta Régia, de 27/12/1693, foi a segunda a ser instalada no Recôncavo, em 29/01/1698, importante porto fluvial e ponto inicial das estradas para os sertões de Minas Gerais, Piauí e Maranhão e para as lavras diamantinas. Os engenhos e as fazendas de gado foram surgindo aos poucos e a vila ganhou importância econômica com as culturas do fumo e da cana-de-açúcar.

Foi também palco de diversos acontecimentos históricos como vários embates e resistência ao longo das lutas pela Independência da Bahia.

Sua elevação à cidade se deu por Resolução Provincial de nº44, datada de 13/03/1837, com a denominação de Heróica Cidade de Cachoeira. É considerada Cidade Monumento Nacional, por Decreto Federal, de 13.01.1971 e a justificativa para inscrição no livro do Tombo é a magnitude do seu conjunto arquitetônico e a participação heróica nas lutas pela Independência.

O município de Cachoeira reúne um importante acervo arquitetônico no estilo barroco. Seu casario, suas igrejas e prédios históricos preservam a imagem do Brasil Colonial. O estilo colonial pode ser visto nas praças, ruas, becos e ladeiras onde se destacam os melhores exemplos da arquitetura do século XVIII e do Brasil Império.

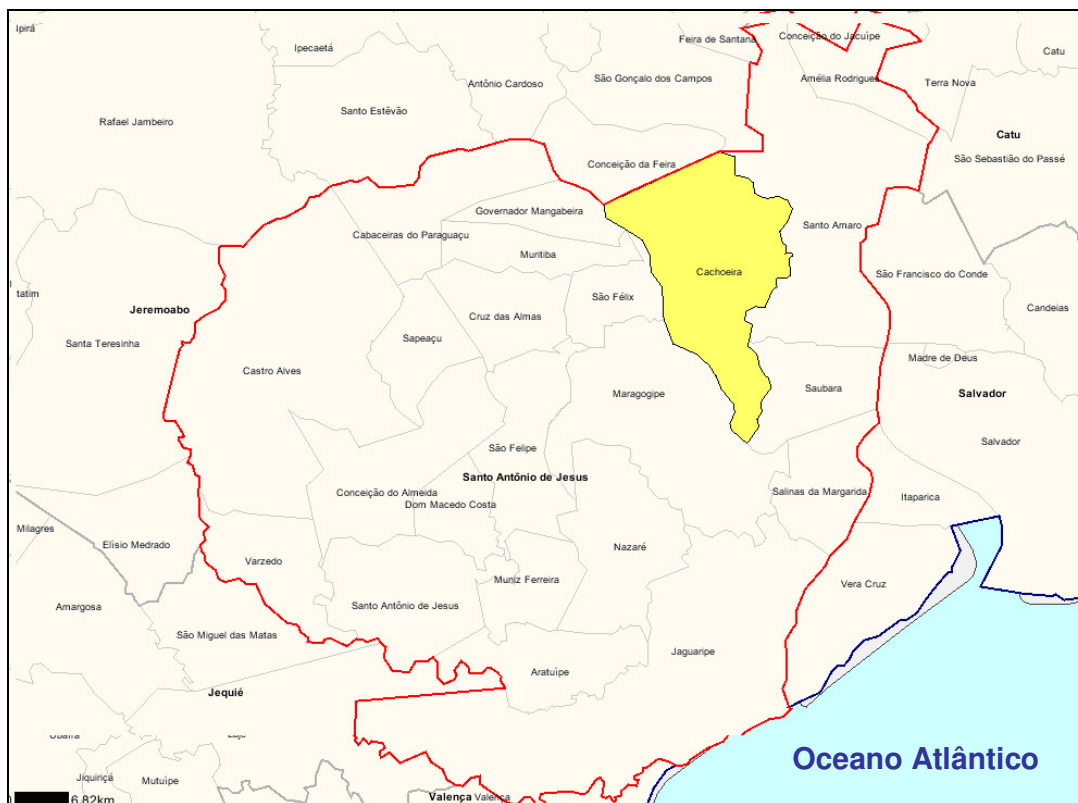
Diversos são os atrativos histórico-culturais que estão presentes neste município, como: a primeira igreja construída na cidade de Cachoeira inicialmente chamada de Nossa Senhora do Rosário em 1668 e depois foi chamada de Nossa Senhora da Ajuda, à sede da Irmandade da Boa Morte, o conjunto do Carmo, do século XVIII, formado pela igreja e casa de oração da Ordem Terceira (igreja e convento do Carmo), a Câmara e Cadeia que foi construída em 1698, prédio mais importante da cidade de Cachoeira situado na Praça da Aclamação. Este prédio foi sede do Governo da Bahia em 1822 e nele atualmente funciona a Câmara de Vereadores. Menciona-se também o Chafariz Imperial que abasteceu a cidade de Cachoeira durante muito tempo datado de 1827, a Ponte D. Pedro II, sobre o Rio Paraguaçu, que liga a cidade de Cachoeira a São Felix, construída entre 1822 e 1835. Está localizada também neste município a Fundação Hansen Bahia que funciona em um prédio do século XVII e reúne quase 13 mil peças, entre xilogravuras e matrizes, a Igreja de Nossa Senhora de Belém e a reserva natural que abriga remanescente da Mata Atlântica e uma área das mais expressivas de manguezal.

O calendário cultural é extenso e apresenta diversos eventos durante o ano como: Festa de Iemanjá no mês de fevereiro, em março o Dia da cidade, Festejos da Semana Santa em abril, no mês de maio a Festa do Divino, em junho a Feira do

Porto e São João, a Festa da Boa Morte – na segunda quinzena de agosto, no mês de outubro a Festa de Nossa Senhora do Rosário e a Festa de Nossa Senhora da Ajuda, e no mês de dezembro a Festa de Santa Bárbara e a Festa de Nossa Senhora da Conceição. No artesanato ainda se pode ver as esculturas feitas em madeira, bonecas de pano, bordados e artesanato de barro. No folclore as manifestações são o samba-de-roda, trança-fitas, terno de reis, afoxés, bumba-meu-boi, capoeira, mandus e cabeçorras.

#### **4.2.2 A situação geográfica**

O município de Cachoeira localiza-se à margem esquerda do rio Paraguaçu, limita-se com outros municípios, ao Norte – Conceição de Feira; ao Sul - Maragogipe; a Leste - Santo Amaro e a Oeste - São Félix. Está situada a 110 km de Salvador e é um município integrante da micro-região homogênea 151 e da Região Econômica do Recôncavo Sul, com área de 403 km<sup>2</sup>, subdividido nos distritos de: Cachoeira (sede), Belém de Cachoeira e Santiago do Iguape, tudo que restou de um dos maiores municípios baianos Figura 12.



**Figura 12** – Mapa de localização do Município de Cachoeira na Região do Recôncavo Sul  
 Fonte: [www.guianet.com.br/mapa.ba.htm](http://www.guianet.com.br/mapa.ba.htm) [redenet.com.br/mapa](http://redenet.com.br/mapa)  
 Nota: Adaptação da autora

Sob a coordenada 12°36' latitude Sul e 38°58' longitude Oeste e a 50m acima do nível do mar, seu tipo climático é úmido a sub-úmido e seco a sub-úmido, com uma temperatura anual de 31,0°C máxima e 21,9°C mínima. Seu solo é formado pelo massapé resultante da decomposição dos calcários cretáceos e pela alteração intempérica de rochas graníticas e gnáissicas, favorável para o cultivo da cana-de-açúcar.

Cachoeira apresenta um índice pluviométrico variando entre 1000-1700mm/ano, sendo 1200-1700mm/ano para a região litorânea e 1000-1500mm/ano pela sua extensão agreste. Nesta última, parte da vegetação é composta de caatinga e a preparação dos solos para a cultura do fumo se deu através das malhadas.<sup>12</sup>

**Oceano Atlântico**

<sup>12</sup> Área cultivável mediante o preparo do solo com o esturme do gado.

A instalação dos engenhos de açúcar e a cultura do fumo intensificaram o movimento de exportação, e o único transporte era a navegação fluvial através do rio Paraguaçu e essa navegação também fazia a ligação Salvador / Recôncavo / Sertão / Recôncavo / Salvador, o que transformou Cachoeira em uma das vilas mais ricas e populosas da Bahia.

Em 1819, Cachoeira inaugura o transporte flúvio / marítimo, porém Santo Amaro e Nazaré somente incorporam tais serviços quase 30 anos depois e a atividade portuária torna-se o agente de desenvolvimento urbano das três cidades, onde são testemunhas seus centros históricos e belos sobrados. (AZEVEDO, 2000 apud OLIVEIRA, 2002, p.16).

Por sua importância comercial, Cachoeira necessitava de um meio de transporte mais rápido, para poder facilitar o escoamento dos seus produtos e foi em 1864 que foi autorizada à construção de uma ferrovia chamada de Estrada de Ferro Paraguaçu, que ligaria Cachoeira à Chapada Diamantina, com um ramal para Feira de Santana. Porém o tráfego ferroviário entre Cachoeira e Feira de Santana, só veio acontecer oficialmente em 1876 após a conclusão da Ponte do Batedor.

Com o desenvolvimento do transporte rodoviário, a ferrovia se tornou obsoleta e o transporte fluvial, que sempre representou fator preponderante na importância de Cachoeira, decaiu muito a ponto de ser suspenso.

O acesso rodoviário se dá através da BR-324 e BR-101. Saindo de Salvador pela BR-324 são 59 km até o entroncamento da BR-420 percorrendo mais 11 km em direção a Santo Amaro segue-se pela cidade de Cachoeira pela mesma BR-420 por 38 km. A Figura 13 mostra o distrito de Iguape e a cidade de Cachoeira.



**Figura 13:** Distrito do Iguape e cidade de Cachoeira

#### 4.2.3 O quadro socioeconômico

Para Castro (2006), a situação econômica favorável de Cachoeira pode ser vista até o início do século XX. Diversos fatores contribuíram para o seu declínio, a saber: a crise da sicicultura<sup>13</sup>, a crise do fumo devido ao mercado concorrente, a desativação da navegação fluvial, a construção das rodovias que fez desviar toda a produção para longe da cidade, criação e desenvolvimentos de cidades-entrepasto como Feira de Santana, que era um de seus povoados, e a emancipação política de alguns de seus distritos.

Ocorreu também a desvinculação de diversos outros povoados o que fez com que Cachoeira diminuísse em extensão territorial e poder econômico. Através da Resolução Provincial nº 1.320 de 1883, Feira de Santana desmembra-se de Cachoeira, seguindo-se, os povoados de São Gonçalo dos Campos, São Félix, Muritiba e Conceição de Feira. Atualmente Cachoeira é composta por apenas três distritos.

A respeito do isolamento e declínio econômico de Cachoeira, Nascimento (2001 apud Castro, 2006), diz:

De mais ou menos 15 unidades fabris existentes em Cachoeira e São Felix, na década de 1940, apenas uma delas funcionava por volta de 1960, mas que no início de 1970 foi totalmente desativada. Na década de 1960, igualmente, foi inaugurada a estrada de rodagem interligando o Brasil por via rodoviária. O sistema rodoviário provocou a desativação do sistema ferroviário, que ligava Salvador ao sertão baiano por Cachoeira. Em 1967, por fim, foi desativada a linha flúvio-marítima pelo Rio Paraguaçu – o vapor de Cachoeira não mais navega no mar -, isolando Cachoeira e sua hinterlândia da zona do desenvolvimento industrial baiano, que se concentrou na zona petrolífera do Recôncavo. Em 1959-60 foi inaugurada a Refinaria Landulfo Alves; e em Mataripe; em 1967, o Centro Industrial de Aratu; e, em 1976, o Pólo Petroquímico de Camaçari.

---

<sup>13</sup> Cultura da cana-de-açúcar.

Cachoeira é um dos menores municípios do Estado da Bahia. Ocupa posição pouco privilegiada no *ranking* dos índices de desenvolvimento do Estado, conforme a Tabela 9, p. 105, sendo seu PIB *per capita* de R\$4.728,89 (BAHIA, 2004). Sua população total é de 30.416 habitantes, distribuída em 15.831 na área urbana, o que equivale a 52% e 14.585 no meio rural, o que equivale a 48% da população (IBGEc, 2000).

A SEI divulga o resultado do cálculo dos Indicadores Econômicos e Sociais dos municípios baianos e este, por sua vez, envolve uma série de variáveis econômicas, sociais e de infra-estrutura, cujo agrupamento, de acordo com sua natureza, gera o que se define como Índice do Desenvolvimento Econômico - IDE e Índice do Desenvolvimento Social - IDS.

A situação de Cachoeira em relação a outros municípios baianos, no quesito IDE, encontra-se abaixo da média, enquanto que o IDS apresenta um resultado acima da média (BAHIA, 2000).

**Tabela 9-** Cachoeira no *ranking* dos municípios da Bahia – 2000

Município	Ano	Índice	Valor	Ranking BA
Cachoeira	2000	Índice de Desenvolvimento Econômico	4.996,98	55
		Índice de Desenvolvimento Social	5.071,36	46
		Índice de Infra-estrutura	4.996,67	75
		Índice de Produto Municipal	4.997,78	47
		Índice de Qualificação de Mão-de-obra	4.996,49	56
		Índice da Renda Média dos Chefes de Família	5.029,86	98
		Índice do Nível de Educação	5.136,99	17
		Índice do Nível de Saúde	5.209,81	99
		Índice dos Serviços Básicos	5.089,55	58

Fonte: BAHIA, 2000

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD divulga todos os anos o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto – PIB é



parte do pressuposto de que para dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

O Município de Cachoeira ostenta um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,681 (PNUD, 2000), como verificado na Tabela 10, p. 106.

**Tabela 10** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) segundo o PNUD – 2000

Estado/Região/ Município	IDH-M	Classificação no ranking do Estado da Bahia
Bahia	0,693	-
Recôncavo Sul	0,650	-
Cachoeira	0,681	42 <sup>ª</sup>

Fonte: BAHIA, 2000

Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios da Bahia, Cachoeira apresenta uma situação boa: ocupa a 42<sup>ª</sup> posição.

Atualmente, a economia de Cachoeira está baseada na produção primária e na informalidade. A produção que tem destaque na agricultura (lavoura permanente) é constituída por: banana, cacau, café, côco-da-baía, dendê, laranja, limão, maracujá e tangerina, como mostra a Tabela 11, p. 107.

**Tabela 11** – Lavoura permanente – Quantidade produzida no Município de Cachoeira – 1998 – 2005

Município	Lavoura permanente	Ano							
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Cachoeira	Banana (Tonelada)	102	150	153	2.880	3.600	3.600	3.650	3.650
	Cacau (em amêndoa) (Tonelada)	144	179	179	179	173	103	103	129
	Café (Tonelada)	-	-	-	-	-	12	22	22
	Coco-da-baía (Mil frutos)	300	300	315	300	300	325	325	325
	Dendê (coco) (Tonelada)	3.800	3.850	3.910	3.950	3.950	3.950	3.950	3.950
	Laranja (Tonelada)	2.000	1.600	1.520	1.350	2.550	2.550	2.625	2.145
	Limão (Tonelada)	960	1.080	1.200	100	60	72	72	60
	Maracujá (Tonelada)	-	1.000	1.100	165	150	180	200	180
	Tangerina (Tonelada)	1.260	1.080	900	65	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2005

Ainda na agricultura (lavoura temporária), o destaque vai para a produção de abacaxi, amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, milho, como mostra a Tabela 12, p. 108.

**Tabela 12** – Lavoura Temporária - Quantidade produzida no município de Cachoeira - 1998 – 2005

Município	Lavoura temporária	Ano							
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Cachoeira	Abacaxi (Mil frutos)	-	75	60	60	100	120	120	120
	Amendoim (em casca) (Tonelada)	23	30	35	38	60	72	79	95
	Batata – doce (Tonelada)	160	200	230	220	250	280	300	300
	Cana-de-açúcar (Tonelada)	144.200	152.600	152.600	152.600	132.000	132.000	132.000	132.000
	Feijão (em grão) (Tonelada)	90	90	93	99	102	118	118	117
	Fumo (em folha) (Tonelada)	18	9	7	2	4	8	15	8
	Mandioca (Tonelada)	13.650	15.000	15.075	16.200	16.500	16.500	19.800	19.800
	Milho (em grão) (Tonelada)	90	90	99	57	70	74	74	74

**Fonte:** IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2005

A pecuária do município registra a criação de bovinos, suínos, muares e aves. Segundo os dados da Tabela 13, p.109, observa-se a predominância da criação de aves e bovinos. A grande quantidade de aves explica-se pela inserção da atividade agroindustrial avícola no município, com a implantação das empresas Pif-Paf Alimentos e a Frangosul Alimentos, enquanto que a diminuição da área cultivada da cana-de-açúcar fez com que aumentasse a área de pasto e, como conseqüência, a criação de gado, com destaque para o bovino.

**Tabela 13** – Pecuária – Efetivo de Rebanhos (quantidade de cabeças) no Município de Cachoeira – 1998 - 2004

Município	Tipo de rebanho	Ano						
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Cachoeira	Bovino	9.580	8.466	9.266	9.692	9.736	9.746	9.741
	Suíno	1.950	2.006	2.095	2.191	2.202	2.207	2.205
	Eqüino	1.140	1.080	1.060	1.012	1.017	1.018	1.015
	Asinino	410	520	510	515	517	522	520
	Muar	276	260	270	282	283	285	284
	Ovino	92	93	110	115	121	123	130
	Galinhas	9.760	8.491	8.730	9.131	9.175	9.188	9.195
	Galos, Frangas, Frangos e Pintos	310.000	272.800	276.900	278.174	1.029.509	729.509	634.509
	Caprino	86	86	92	96	101	102	100

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal, 2004

No setor de serviços, o turismo ainda apresenta-se como uma atividade pouco significativa, principalmente por sua oferta hoteleira de má qualidade e também pela ausência de articulação entre poder público, empresários, produtores locais e donos de fazenda, e pela falta de elaboração e implementação de ações voltadas especificamente para fomentar o turismo no município. Porém, com a inauguração da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, em 14 de agosto de 2006, existe uma expectativa por parte da população, que em função da localização da Universidade em Cachoeira o seu quadro socioeconômico mude, pois espera-se que haja um incremento na economia da cidade, e que sejam atraídos investimentos para o turismo e para outras áreas.

Cachoeira é uma das 26 cidades históricas que foi escolhida para participar do Programa Monumenta. O Monumenta é um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico e urbano brasileiro tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e sob tutela federal. Tem como objetivo

principal atacar as causas da degradação do patrimônio histórico, geralmente localizado em áreas com baixo nível de atividade econômica e de reduzida participação da sociedade; elevando a qualidade de vida das comunidades envolvidas.

A escolha de Cachoeira para participar do programa foi feita devido à representatividade histórica e artística, além da urgência das obras de recuperação e restauração dos bens tombados pelo IPHAN e pelas edificações localizadas nas áreas do projeto.

O programa propicia também atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos.

O tratamento do patrimônio cultural enquanto fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira poderá transformar a realidade da população de Cachoeira e a cidade poderá tornar-se um pólo cultural.

No que tange à atividade de turismo rural, foi identificada no município de Cachoeira apenas a Fazenda Villa Rial como propriedade que vem desenvolvendo este segmento de turismo.

Na área rural, o município contava com diversas propriedades rurais e segundo o IBGE (1996), as terras estão caracterizadas pela condição legal das terras e por grupo de atividade econômica. A Tabela 14 na p. 111 apresenta a quantidade de propriedades de acordo com cada modalidade. É predominante a lavoura permanente em terras próprias seguida pela lavoura temporária.

**Tabela 14** - Número de estabelecimentos por grupo de atividade econômica e condição legal das terras – Cachoeira/BA – 1996

Município = Cachoeira – BA		
Grupo de atividade econômica	Condição legal das terras	Quantidade
Lavoura temporária	Terras próprias	332
	Terras arrendadas	30
	Terras em parceria	11
	Terras ocupadas	87
Horticultura e produtos de viveiro	Terras próprias	15
	Terras arrendadas	-
	Terras em parceria	-
Lavoura permanente	Terras ocupadas	13
	Terras próprias	634
	Terras arrendadas	12
	Terras em parceria	4
Pecuária	Terras ocupadas	212
	Terras próprias	127
	Terras arrendadas	4
	Terras em parceria	3
Produção mista (lavoura e pecuária)	Terras ocupadas	30
	Terras próprias	113
	Terras arrendadas	1
	Terras em parceria	-
Silvicultura e exploração florestal	Terras ocupadas	33
	Terras próprias	44
	Terras arrendadas	-
Pesca e aqüicultura	Terras em parceria	-
	Terras ocupadas	10
	Terras próprias	5
	Terras arrendadas	-
Produção de carvão vegetal	Terras em parceria	-
	Terras ocupadas	-
	Terras próprias	2
	Terras arrendadas	-
	Terras em parceria	-
	Terras ocupadas	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário Municipal, 1996

#### 4.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE

### 4.3.1 Um breve histórico

O povoamento desta área deu-se, inicialmente, devido à exploração da madeira que foi o primeiro produto a ser comercializado. No século XVII, surge o primeiro núcleo urbano, que inicialmente ocupou uma colina, devido aos ataques dos índios e de corsários. Posteriormente, com a ausência dos ataques, a cidade estendeu ocupação aos terrenos mais baixos, próximos ao porto. A área povoada foi denominada de Arraial de Nossa Senhora da Ajuda, tornando-se o primeiro município baiano do Recôncavo.

O distrito de Jaguaripe foi elevado à categoria de cidade por força da Lei Estadual de 12/05/1899. A exemplo de outras cidades do Recôncavo, Jaguaripe nasceu à margem de um rio e serviu por muito tempo, de porto de apoio a rotas marítimo-fluviais mais longas, tendo, no entanto, um desenvolvimento inferior em relação a outras cidades que estavam localizadas nos limites de navegação.

O centro histórico apresenta aspectos arquitetônicos ímpares e é composto por diversas construções como a Casa de Câmara e Cadeia; a Casa do Ouvidor, do século XVII; a Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, do início do século XVIII; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, do final do século XVIII.

A cidade de Jaguaripe é pequena sendo que as construções religiosas se encontram em sua parte alta enquanto que as civis, junto ao porto, na parte baixa da cidade, conforme mostra a Figura 14, p. 113.



**Figura 14:** Rio Jaguaripe e Cidade de Jaguaripe  
Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.

No distrito de Camaçandi está localizada a capela de São Gonçalo, do século XIX, que é o seu único atrativo urbano. Existem duas cachoeiras no município de Jaguaripe: a Cachoeira do Rio Tiriri e a Cachoeira da Pancada Alta.

O município tem um calendário cultural que começa pela Festa de Nossa Senhora dos Navegantes no mês de janeiro, concurso de poesia no mês de maio, Independência da Bahia (Batalha do Funil) no mês de julho, gincana da primavera no mês de outubro, em novembro o dia da negritude e no mês de dezembro a Festa de Nossa Senhora da Ajuda.

#### **4.3.2 A situação geográfica**

Na língua tupi, Jaguaripe significa “rio da Onça”. Está situada em uma faixa de terra entre o rio Jaguaripe e seu principal afluente, o rio da Dona. O município possui uma área de 878 km<sup>2</sup> e está a uma distância de Salvador de 78 km via *ferry-boat*. Fazem parte do município os distritos de Camaçandi, Cunhaji, Jacuruna, Jaguaripe (sede) e Pirajuia. Ver Figura 15, p.114.





Depois se segue em direção sul por mais 10km até o entroncamento para Jaguaripe, seguindo mais 12km de estrada bastante sinuosa até Jaguaripe.

É cercada por extensos manguezais que vão até a foz do Jaguaripe e conta com um santuário ecológico com praias de areia alva, riachos, remanescentes de Mata Atlântica, canais de mangue e apicum que abrigam pássaros, lobos, tamanduás, raposas, pacas, tatus, e uma grande variedade de mariscos e peixes, resultado da mistura de água doce e água salgada.

#### 4.3.3 O quadro socioeconômico

Jaguaripe é um dos municípios mais pobres do Estado da Bahia. Ocupa posição pouco privilegiada no *ranking* dos índices de desenvolvimento do Estado, conforme Tabela 15, p. 116, sendo seu PIB *per capita*, de R\$2.560,93 (BAHIA, 2004). Sua população total é de 13.422 habitantes, distribuída em 4.632 na área urbana, equivalendo a 35% do total e 8.790 no meio rural, equivalendo a 65% do total (IBGE, 2000).

A posição de Jaguaripe em relação a outros municípios baianos, no quesito IDE, encontra-se abaixo da média, enquanto que o IDS apresenta um resultado acima da média (BAHIA, 2000).

**Tabela 15.** Jaguaripe no *ranking* dos municípios da Bahia – 2000

Município	Ano	Índice	Valor	Ranking
-----------	-----	--------	-------	---------

				BA
Jaguaripe	2000	Índice de Desenvolvimento Econômico	4.987,28	358
		Índice de Desenvolvimento Social	5.020,11	108
		Índice de Infra-estrutura	4.985,92	357
		Índice de Produto Municipal	4.983,62	344
		Índice de Qualificação de Mão-de-obra	4.992,31	235
		Índice da Renda Média dos Chefes de Família	4.980,43	187
		Índice do Nível de Educação	4.955,98	333
		Índice do Nível de Saúde	4.985,52	247
		Índice dos Serviços Básicos	5.161,15	22

Fonte: BAHIA, 2000

O Município de Jaguaripe ostenta um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,604 (PNUD, 2000), como mostra a Tabela 16.

**Tabela 16** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) segundo o PNUD - 2000

Estado/Região/ Município	IDH-M	Classificação no ranking do Estado da Bahia
Bahia	0,693	-
Recôncavo Sul	0,650	-
Jaguaripe	0,604	283 <sup>o</sup>

Fonte: BAHIA, 2000

Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios da Bahia, Jaguaripe apresenta uma situação ruim: ocupa a 283<sup>o</sup> posição.

Atualmente a economia do município de Jaguaripe está baseada na produção primária. A produção que tem destaque na agricultura (lavoura permanente) é: banana, côco-da-baía, dendê, laranja, manga, maracujá e pimenta-do-reino, sendo o dendê, o cultivo de maior expressão, como mostra a Tabela 17.

**Tabela 17** – Lavoura Permanente - Quantidade produzida no Município de Jaguaripe - 1998 – 2005

Município	Lavoura permanente	Ano							
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Jaguaripe	Banana (Tonelada)	226	130	130	480	1.680	1.750	1.820	1.820
	Coco-da-baía (Mil frutos)	287	287	287	287	360	360	360	360
	Dendê (coco) (Tonelada)	19.677	19.677	19.677	19.677	20.250	20.250	20.250	20.250
	Laranja (Tonelada)	5.476	5.534	5.540	2.400	3.000	2.925	2.925	3.315
	Manga (Tonelada)	940	900	900	105	-	-	-	-
	Maracujá (Tonelada)	232	232	232	76	-	-	-	-
	Pimenta-do-reino (Tonelada)	3	2	6	6	3	3	3	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2005

Na lavoura temporária é expressiva a produção de mandioca, seguida da produção de cana-de-açúcar, como mostra a Tabela 18, p. 118.

**Tabela 18** – Lavoura Temporária - Quantidade produzida no Município de Jaguaripe - 1998 – 2005

Município	Lavoura temporária	Ano							
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Jaguaripe	Amendoim (em casca) (Tonelada)	6	6	8	10	18	18	18	18

Batata - doce (Tonelada)	28	22	28	28	22	24	24	24
Cana-de-açúcar (Tonelada)	-	-	-	-	12.000	12.000	12.000	12.300
Feijão (em grão) (Tonelada)	-	3	2	2	16	16	18	15
Mandioca (Tonelada)	15.750	16.500	14.900	14.250	14.000	13.300	12.690	12.825
Milho (em grão) (Tonelada)	3	2	3	3	27	28	30	28

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2005

A pecuária do município registra a criação de bovinos, suínos, eqüinos, asininos, muares, bubalinos, ovinos, aves e caprinos. Segundo os dados da Tabela 19, p. 119, observa-se a predominância da criação de bovinos e aves.

**Tabela 19-** Pecuária – Efetivo de Rebanhos (quantidade de cabeças) no Município de Jaguaripe – 1998 – 2004

Município	Tipo de rebanho	Ano						
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Jaguaripe	Bovino	13.800	14.100	13.860	14.150	14.130	14.250	14.530
	Suino	5.640	5.330	5.160	5.047	4.770	4.680	4.570
	Eqüino	420	440	450	470	470	500	530
	Asinino	370	350	325	315	320	300	285
	Muar	540	550	580	600	600	650	610

Bubalino	80	70	60	55	60	65	60
Ovino	50	45	40	40	35	30	30
Galinhas	14.900	14.500	13.875	14.145	12.795	12.155	11.795
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	15.300	14.850	14.000	13.565	12.900	12.500	12.000
Caprino	65	60	50	48	40	40	40

Fonte: IBGE – Produção Agropecuária Municipal, 2004

No setor de serviços, o turismo apresenta-se de forma tímida e o município possui poucos leitos. No que diz respeito ao turismo rural o município apresenta duas fazendas desenvolvendo esta atividade: Fazenda Recanto e Fazenda Nuance.

Na área rural o município contava com diversas propriedades rurais e segundo o IBGE (1996), as terras estão caracterizadas pela condição legal das terras e por grupo de atividade econômica. A Tabela 20, p. 120, apresenta a quantidade de propriedades de acordo com cada modalidade. É predominante a lavoura temporária em terras próprias seguida pela lavoura permanente.

**Tabela 20** – Número de estabelecimentos por grupos de atividade econômica e condição legal das terras – Jaguaripe/BA – 1996

Município = Jaguaripe - BA		
Grupo de atividade econômica	Condição legal das terras	Quantidade
Lavoura temporária	Terras próprias	165
	Terras arrendadas	-
	Terras em parceria	-
	Terras ocupadas	2
Horticultura e produtos de viveiro	Terras próprias	3
	Terras arrendadas	-
	Terras em parceria	-
Lavoura permanente	Terras ocupadas	-
	Terras próprias	112

	Terras arrendadas	1
	Terras em parceria	-
	Terras ocupadas	2
	Terras próprias	35
Pecuária	Terras arrendadas	-
	Terras em parceria	-
	Terras ocupadas	-
	Terras próprias	23
Produção mista (lavoura e pecuária)	Terras arrendadas	-
	Terras em parceria	-
	Terras ocupadas	2
	Terras próprias	26
Silvicultura e exploração florestal	Terras arrendadas	1
	Terras em parceria	-
	Terras ocupadas	-
	Terras próprias	1
Pesca e aqüicultura	Terras arrendadas	-
	Terras em parceria	-
	Terras ocupadas	-
	Terras próprias	12
Produção de carvão vegetal	Terras arrendadas	-
	Terras em parceria	-
	Terras ocupadas	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário Municipal, 1996

## 5. PESQUISA DE CAMPO

### 5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Marconi e Lakatos (2005 p. 188) pesquisa de campo é “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta”. A pesquisa de campo divide-se em três grandes grupos: quantitativo-descritivos, exploratórios e experimentais.

Nesta dissertação utilizou-se a pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa é utilizado quando o tema escolhido é pouco explorado, permitindo uma visão geral

sobre o fenômeno em estudo e aumentando a familiaridade do pesquisador com o ambiente para estudos futuros mais precisos (GIL, 2002).

Justifica-se a utilização da pesquisa exploratória, devido ao reduzido número de estudos relacionados ao turismo no espaço rural no Brasil e principalmente nos municípios de Cachoeira e Jaguaripe, haja vista que apesar de serem municípios caracterizados como turísticos e com áreas predominantemente rurais, não possui nenhum projeto desta modalidade nas Secretarias Municipais de Turismo e de Agricultura. Assim este estudo pode gerar contribuições para novas pesquisas relacionadas com o tema nos municípios e na região em questão.

Para a realização da pesquisa direta, foram utilizados três questionários fechados aplicados junto aos proprietários das fazendas dos municípios em estudo (Apêndice A, p. 145 e 146), além de entrevistas por pauta junto aos gestores de cada município (Apêndice B, p. 147).

## 5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### **5.2.1 Pesquisa com o proprietário da fazenda do município de Cachoeira**

A pesquisa foi realizada com o proprietário da Fazenda Villa Rial sendo constatado que na fazenda existem três atividades econômicas principais. Representando 30% da receita da fazenda: a) a exploração da pecuária leiteira; e b) o arrendamento da fábrica de laticínio Villa Rial, antes explorada pelo proprietário, cuja produção de leite é vendida ao arrendatário da fábrica e, representando os 70% restantes: c) a atividade de turismo rural.

Depois da inserção da atividade de turismo rural na fazenda, o proprietário observou uma melhora nos seguintes quesitos:



- a) **no nível de renda:** houve uma melhora, visto que a atividade antes exercida, com a fábrica de laticínio Villa Rial, não se traduziu no retorno positivo que se planejara, sobretudo porque se trata de um setor econômico de alta competitividade, com uma forte presença no mercado de empresas multinacionais;
  
- b) **melhora na qualidade de vida,** pois a atividade principal (turismo rural) e o seu planejamento passaram a ser realizados de modo mais local, o que gerou a não necessidade de deslocamentos e planejamentos logísticos (a produção dos produtos fabricados na fábrica) para entrega nos pontos de venda em horários estabelecidos, principalmente por ser um produto cuja comercialização era diferenciada, e quase toda formatada no modo *delivery* ao consumidor final, e isso exigia uma boa estrutura operacional e, sobremaneira, uma forte concentração nas operações logísticas;
  
- c) **conservação da propriedade,** foi outro fato gerado com a inserção da atividade do turismo rural na propriedade, derivada da necessidade de, nesta nova atividade, os proprietários terem que ficar mais fixos e voltados para o seu novo produto empresarial; e
  
- d) por fim, passou a existir um melhor foco sobre a **preservação ambiental,** posto que, se trata de uma atividade econômica demandatória da necessidade, quase vital, da conservação do meio ambiente, ou seja, são empreendimentos cujo sucesso dependerá da observância das questões de monitoramento e da devida utilização dos recursos naturais, caso no qual, o bucólico, principalmente para quem busca este tipo de turismo, é fundamental.

Uma outra questão levantada foi sobre a relevância que a atividade do turismo rural pode representar para o benefício da região e de sua população, dado o seu potencial de gerar oferta de trabalho e renda na comunidade próxima e, também, na cidade de Cachoeira. Com exceção dos dois proprietários, todos os 16 funcionários que trabalham na propriedade são oriundos de comunidades próximas à fazenda.

A atividade na fazenda teve início quando a família Rial resolveu transformar a propriedade em algo lucrativo, com a produção de leite, em 1999. Inicialmente, o hotel surgiu apenas como uma atividade secundária, para que os consumidores dos produtos da fazenda pudessem conhecer o cotidiano da produção no local, mas terminou virando atividade principal.

A fazenda oferece diversos atrativos para os turistas como: caminhada na trilha no meio do mato, banho de cachoeira, cavalgadas, passeio de charrete e banho de bica. Como os produtos que a fazenda comercializa (iogurte, qualhada, queijo, requeijão cremoso) são fabricados na própria fazenda, os turistas podem comprar para consumir no próprio local ou comprar para levar para casa.

### **5.2.2 Pesquisa com os proprietários das fazendas de Jaguaripe**

No município de Jaguaripe a primeira propriedade pesquisada foi a Fazenda Recanto. A fazenda possui dois tipos de atividade econômica: a) a produção agropecuária de camarão, que representa 25% da renda dos proprietários; e b) 70% que provêm da atividade do turismo rural; com 5% oriundos da renda pessoal de um proprietário.

Depois que começou a desenvolver a atividade de turismo rural, o proprietário identificou que ocorreu uma melhora no nível de renda, qualidade de vida, conservação da propriedade e preservação do meio ambiente.

Na opinião deste proprietário, o turismo rural gera benefício para a região e sua população, porque contribui para o crescimento econômico no entorno, e depois que passou a desenvolver a atividade de turismo rural, apareceram pousadas, bares e restaurantes próximos ao seu empreendimento, absorvendo assim a mão-de-obra local.

A outra fazenda pesquisada foi a Fazenda Nuances e nesta propriedade a principal fonte de renda provém da pecuária como a criação de: bois, vacas, avestruzes e

ovelhas, representado um total de 70%, enquanto que a atividade de turismo rural representa 30%.

Depois que passou a desenvolver a atividade de turismo rural na propriedade o proprietário menciona uma melhora nos seguintes aspectos: nível de renda, qualidade de vida, conservação da propriedade e preservação do meio ambiente.

Na opinião do proprietário da Fazenda Nuances o turismo rural atua em benefício para a região e sua população porque esta atividade oferece vagas de trabalho e além de gerar renda para a fazenda, gera também para a cidade. Os visitantes são levados para visitar a cidade de Jaguaripe (local onde são consumidos diversos produtos), a exemplo dos caxixis, e depois é que eles seguem para visitar a propriedade.

### **5.2.3 Pesquisa com Gestores de turismo em Cachoeira e Jaguaripe**

Foram entrevistados dois Gestores, sendo um representante de cada Município, conforme o roteiro de entrevista, ver Apêndice B, p. 140. Vale ressaltar que esses depoimentos seguirão em itálico e que não se declarará os nomes dos entrevistados no intuito de preservar a identidade dos mesmos. Assim, a referência de cada gestor entrevistado será feita por meio de uma indicação, utilizando-se o título de “Gestor 1” e “Gestor 2”.

Para a pergunta 1, que solicita ao Gestor relatar os planos, programas e/ou projetos, atuais e futuros, com relação à atividade turística, seguem os comentários abaixo:

- *O Município está atrelado ao projeto do Estado. O Município não tem dinheiro para fazer investimentos que seriam necessários para melhorar a atração de turistas para o município como: fazer um pór, fazer uma política para atrair investimentos para o Município. A iniciativa do Município foi à criação de um posto de informação turística, sinalização da cidade de Cachoeira, criação na internet de uma página que fornece informações sobre a cidade, capacitação da mão-de-obra voltada para as atividades turísticas, criação de um material promocional, informando os atrativos turísticos, criação de novos eventos*

*culturais. Em 2006 introduzimos a festa de Iemanjá no calendário cultural que estava desativada. Para os projetos futuros temos como meta a abertura das igrejas para visita que hoje se encontram fechadas, devido à falta de segurança e pagamento aos funcionários que trabalham na igreja. A prefeitura pretende entrar com uma parte do recurso e sensibilizar o Estado para contratar estagiários para atuarem no município de Cachoeira, porque hoje o programa (contratação de estagiários) só atende à cidade de Salvador. (Gestor 1).*

- *Não encontramos nada registrado sobre o desenvolvimento da atividade turística do Município, e a atual gestão está fazendo um inventário sobre os atrativos turísticos do Município. Estamos pensando em desenvolver o turismo náutico. (Gestor 2).*

O que se observa é que falta recurso do Estado para investimento no turismo no município, tornando-se difícil ao gestor ter mais iniciativas e implantação de mais ações, além das que já foram feitas. O Município depende do repasse de recursos do Governo do Estado para que possa investir no turismo local.

Seguem comentários da pergunta 2. Qual o panorama atual do turismo rural neste município e segundo este panorama, qual a tendência para o futuro?

- *Esta atividade está estagnada, mas o Município possui um grande potencial, pois apresentamos diversos atrativos turísticos como: Convento de São Francisco do Paraguaçu, Igreja Matriz do Iguape, Fazenda Campina, diversas ruínas de engenho que podem contribuir para o desenvolvimento desta atividade, o pior são os acessos às fazendas devido à falta de asfalto e o acesso é perigoso por falta de segurança. (Gestor 1).*
- *A atividade ainda é incipiente, apesar do grande potencial existente. (Gestor 2).*

Com base na pesquisa realizada, os municípios apresentam um grande potencial para o desenvolvimento do turismo rural, com uma importante riqueza histórica e

cultural, mas ainda necessitam de um tratamento ou uma adaptação para a oferta do turismo rural, além do envolvimento de todos os atores sociais locais.

Seguem as respostas à questão 3. O que o Estado tem feito ou planejado para incentivar o turismo rural no município?

- *Não tem projeto, mas se tivesse seria a infra-estrutura (estradas) para chegar até às fazendas, o foco hoje é a parte urbana, no sentido do turismo. (Gestor 1).*
- *Que eu tenha conhecimento, nada. (Gestor 2).*

O turismo tem sido pensado apenas para a área urbana. Falta infra-estrutura para chegar até as fazendas, a preocupação de melhorias está centralizada na parte urbana do município, como recuperação de monumentos e agenda cultural.

Para a pergunta 4 – Dentro do programa de governo desta gestão para o turismo rural, o que já foi realizado? – foram obtidas as seguintes informações:

- *Nada foi feito para o turismo rural e não tem projeto previsto. (Gestor 1).*
- *Nada. (Gestor 2).*

A pesquisa revelou que as iniciativas do turismo rural nos municípios se dão por iniciativa particular, sem o apoio de qualquer órgão público e o mais preocupante, segundo as respostas dos gestores de turismo, é que não existe nenhum projeto para a sua implantação.

Na pergunta 5, sobre o que não foi feito e qual a limitação, obteve-se as seguintes respostas:

- *Nada foi feito para desenvolver a atividade de turismo rural. A prioridade da Prefeitura é a consolidação do turismo na cidade de Cachoeira. (Gestor 1).*

- *Como foi informado na pergunta anterior, não existe nenhum projeto para o turismo rural. Este Município é das festas e isto impede que se volte para outras modalidades que acabam ficando para o segundo plano como é o caso do turismo rural. (Gestor 2).*

Esta resposta revela, mais uma vez, a falta de planejamento da atividade de turismo rural nos municípios estudados. Porém, observa-se aqui uma oportunidade de aproveitar os turistas que visitam os eventos culturais que ocorrem nas áreas urbanas dos municípios para também visitarem e se hospedarem nas propriedades rurais, quer dizer, pode ser criado um programa de integração campo-cidade.

Apesar da justificativa, o depoimento não deixa claro ser o turismo rural prioridade do Gestor, frente aos eventos que são realizados no município.

Sobre a pergunta 6 do roteiro de entrevista que solicita ao gestor a opinião se o turismo traz benefícios para a região, se conseguiu os seguintes comentários:

- *Traz benefícios. O turismo é uma atividade que pode absorver mão-de-obra não muito qualificada, com apenas um curso poderá ser: barman, camareira, garçom etc... (Gestor 1).*
- *O turismo como um todo é favorável para gerar emprego e renda para a comunidade do Município. (Gestor 2).*

O turismo aparece com unanimidade como alternativa para a geração de renda e emprego.

A pergunta 7, que finaliza o roteiro de entrevista, solicita ao Gestor uma avaliação em relação ao desenvolvimento do turismo no meio rural do Município, e obteve-se o seguinte relato:

- *A atual gestão ainda não fez nada voltado ao turismo rural, não conseguiu avançar na questão do turismo pela falta de estrada pavimentada, e as estradas municipais que são caóticas, o que tem desenvolvido um pouco é na*

*Vila de Belém devido a Frei Galvão, o prefeito melhorou a iluminação, colocou pontos de ônibus, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN restaurou o Seminário e o local tem atraído muitos romeiros, apresentado grande perspectiva de tornar-se um local para o turismo religioso. (Gestor 1).*

- *Tem muito a se fazer, está parado e não tem nada planejado, porém o turismo rural pode ser alavancado e ser colocado em prática. (Gestor 2).*

A infra-estrutura é um fator importante para o sucesso da atividade do turismo rural. Apesar dos municípios apresentarem características favoráveis ao desenvolvimento desta atividade, os gestores do turismo necessitam priorizar a atividade turística na área rural, provendo-os da necessária e adequada infra-estrutura.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta dissertação tem por título: “Turismo rural como fator de desenvolvimento local para os municípios de Cachoeira e Jaguaripe no Recôncavo Sul da Bahia” e o objetivo foi avaliar em que medida o turismo rural tem atuado como atividade econômica, servindo como fonte de renda para as propriedades rurais dos municípios de Cachoeira e Jaguaripe no Recôncavo Sul da Bahia, complementando ou substituindo atividades econômicas tradicionais e propiciando o desenvolvimento local.

O pressuposto foi de que, o turismo rural tem atuado como atividade econômica, servindo como fonte de renda para as propriedades rurais dos municípios de Cachoeira e Jaguaripe no Recôncavo Sul da Bahia, complementando ou substituindo atividades econômicas tradicionais e proporcionando o desenvolvimento local.

Como foi visto ao longo desta dissertação, o turismo rural pode ser considerado uma atividade econômica bastante promissora, principalmente por constituir-se num ramo gerador de divisas, renda e emprego, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento local.

Porém, ainda não existe uma definição única para turismo rural no Brasil. Alguns conceitos se confundem e, em outros casos, outras modalidades acabam por ser caracterizadas como similares ao turismo rural.

A atividade de turismo rural já é uma modalidade de turismo bem difundida em alguns estados do Brasil, como se pode conferir através da pesquisa realizada pela ABRATURR (2004, p. 62 a 68). A Região Sudoeste apresenta-se bem à frente de outras regiões no que se refere ao desenvolvimento desta atividade (p. 64).



Em todo o Brasil o turismo rural exhibe um quadro de oportunidade de investimentos que se apresentam bastante promissores e rentáveis, e vêm chamando a atenção dos poderes públicos de diversas regiões, iniciativa privada e de todas as comunidades rurais, que observam nesta atividade uma forma alternativa de diversificar a economia regional, e promover o fortalecimento da agropecuária, haja vista que uma propriedade para desenvolver o turismo rural tem que exercer alguma atividade produtiva.

O Estado da Bahia ainda é predominantemente conhecido por ser um destino turístico calcado em um modelo de “sol e praia”, enquanto que outras modalidades, a exemplo do turismo rural, vêm sendo deixadas em segundo plano.

A Região do Recôncavo Sul apresenta algumas propriedades desenvolvendo a atividade de turismo rural, um total de 9 fazendas. É um número ainda inexpressivo principalmente se comparado à riqueza natural e cultural desta região, bem como ao total de propriedades existentes na mesma.

Os municípios em estudo, Cachoeira e Jaguaripe, apresentam características favoráveis para o desenvolvimento do turismo rural, porém, observou-se através da pesquisa realizada com os Gestores dos dois Municípios pesquisados, que não existem políticas públicas voltadas para o crescimento desta atividade. Isso pode decorrer do fato do turismo rural ainda não ter emergido como realidade para esses municípios e a própria região.

As propriedades que já desenvolvem esta atividade no Recôncavo Sul o fazem por iniciativa própria, sem o apoio do governo estadual ou do município e totalmente desarticuladas da ABRATURR. Nos dois Municípios objeto desta dissertação, apenas três propriedades desenvolvem a atividade de turismo rural: uma no Município de Cachoeira e duas no Município de Jaguaripe. Tal constatação é, por si só, um elemento que ressalta a realidade do turismo rural na região e a importância da pesquisa realizada nesta dissertação.

Percebeu-se que toda a preocupação por parte dos poderes públicos para o desenvolvimento do turismo está concentrada nas cidades destes Municípios: na

cidade de Cachoeira e na cidade de Jaguaripe que são as áreas urbanas, enquanto nas áreas rurais, mesmo com todo o potencial para desenvolver o turismo rural, não conta com o apoio do Estado e nem do Município. As fazendas aqui apresentadas e que atuam no turismo rural são iniciativas particulares e duas delas contam com a divulgação pela internet, através de recursos próprios, com as três contando com a propaganda “boca-a-boca” para divulgar o seu produto.

Na publicação “Século XXI: Consolidação do Turismo – Estratégia Turística da Bahia, 2003-2002”, elaborada pela Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, no ano de 2005, juntamente com a Bahiatursa, o turismo rural não aparece, de modo específico, como segmentação prioritária. As seis segmentações para o período citado acima são: litoral, história e cultura, esporte e aventura, negócios e eventos profissionais, entretenimento e lazer urbano e natureza.

As características que se levaram em conta para definir as segmentações foram: histórico-culturais, socioeconômicos, fisiográficas e ambientais. Estes foram os aspectos mais marcantes de cada zona turística que foram o ponto de partida para a identificação das seis motivações prioritárias que vinham orientando o plano de desenvolvimento turístico e as ações mercadológicas de publicidade e promoção implementadas pela SCT/Bahiatursa, até 2006, ano final da Gestão Governamental que se encontrava no poder.

Os municípios de Cachoeira e Jaguaripe estão inseridos na Zona Turística da Baía de Todos os Santos e os projetos estratégicos previstos para o período 2003-2020 são respectivamente:

- Para Cachoeira: a recuperação da Malha Ferroviária Salvador/Cachoeira e estações Santo Amaro e Cachoeira; recuperação e revitalização do Cais do Porto de Cachoeira; recuperação do Conjunto do Carmo (Igreja da Ordem Primeira, Ordem Terceira e Casa de Oração); recuperação do Quarteirão Leite Alves para implantação da Universidade Federal do Recôncavo; e
- Para Jaguaripe: a implantação da Estação Marítima Intermodal.

Observa-se aqui mais uma vez que os poderes públicos (estadual e municipal) não estão priorizando o segmento do turismo rural. A atividade de turismo rural representa um potencial relevante não só para o desenvolvimento da região como também para o desenvolvimento local, articulado com outros tipos de turismo viáveis de exploração e demais atividades econômicas existentes no Recôncavo Sul da Bahia.

Os municípios de Cachoeira e Jaguaripe encontram-se em uma situação de estagnação. Por muitos anos e até os dias de hoje a atividade agropecuária tem sido a sua principal atividade econômica. Isto porque, as áreas rurais sempre foram vistas como um local para o fornecimento de matérias primas. Muitos proprietários viram no turismo rural uma forma de obter uma fonte de renda complementar.

As soluções para os problemas do meio rural, já não recaem somente sobre políticas dirigidas às atividades agrícolas, mas também se faz necessário uma política que apóie todas as atividades produtivas, agrícola e não agrícolas, contribuindo para aumentar a renda e melhorar as condições de vida da população rural.

O turismo rural não é apresentado aqui como solução para os problemas do campo, mas como opção de renda e emprego para as famílias, principalmente nos municípios menos favorecidos.

Com base nos questionários aplicados com os proprietários dos municípios de Cachoeira e Jaguaripe constatou-se que as três fazendas que desenvolvem a atividade de turismo rural, possuem algum tipo de atividade produtiva como: pecuária, pecuária leiteira e a produção de camarão. Em duas delas, o turismo rural já representa a maior fonte de renda e em todas, os funcionários são oriundos das comunidades próximas às propriedades. Em particular, em uma das fazendas, surgiram outros empreendimentos em seu entorno como: bares, pequenas pousadas e restaurantes, confirmando assim, que a atividade turística possui uma capacidade de articulação e dinamização que permite criar e atrair diversas outras atividades econômicas.

O turismo rural ainda não promove o desenvolvimento local nos municípios de Cachoeira e Jaguaripe, porque o desenvolvimento desta atividade ainda é incipiente e realizado de uma forma desarticulada.

Para que o turismo rural seja uma atividade que gere o desenvolvimento local, existe a necessidade que ele seja discutido e planejado localmente com a presença dos mais diversos atores sociais, levando em consideração as potencialidades locais.

Pode-se constatar que o turismo rural é um recurso potencial para os espaços rurais que procuram uma nova alternativa de desenvolvimento local e, ao tempo, uma oportunidade de valorizar o seu patrimônio, suas paisagens e sua cultura.

Para alavancar a atividade de turismo rural nos municípios estudados, os proprietários das fazendas devem atuar juntamente com agências e operadoras de viagens, profissionais de turismo, prefeituras municipais e órgãos estaduais e federais ligados ao turismo e a Associação de Turismo Rural da Bahia, objetivando a promoção e divulgação de atrações peculiares e roteiros temáticos.

Conforme se demonstrou nas Tabelas 14 e 20 nas páginas 111 e 120, respectivamente, existem muitas propriedades rurais nos municípios de Cachoeira e Jaguaripe que, em sua maioria, não desenvolvem a atividade de turismo rural, por este não ser de caráter obrigatório, pela falta de tradição e pelo predomínio do absenteísmo dos proprietários das fazendas, que optam por residir em Salvador.

O que se sugere não é uma artificialização na propriedade, mas uma adaptação para se tornar o ambiente propício para o desenvolvimento deste tipo de turismo, para que se possa oferecer serviços de qualidade.

Vale ressaltar que para uma propriedade rural adequar seu empreendimento ao atendimento de visitantes interessados em turismo rural, ela deve oferecer:

- Beleza natural da propriedade com áreas preservadas;
- Ter atividades agropecuárias produtivas que caracterizem a propriedades;
- Atendimento familiar;
- Instalações rústicas, porém confortáveis;

- Oferecer atividades que promovam a integração à natureza
- Oferecer contato com a cultura e as tradições locais;
- Oferecer uma gastronomia típica;
- Comercialização de produtos típicos da fazenda;
- Autenticidade com a arquitetura e cultura local;
- Atividades de acompanhamento da produção agropecuária.

Para o sucesso desta atividade é importante além da participação de diversos atores sociais o planejamento para o desenvolvimento deste importante segmento do turismo.

Diante do exposto, observa-se que os municípios estudados possuem os requisitos necessários para o desenvolvimento e sucesso desta atividade, que apresenta potencial para atuar como mais uma alternativa, tendo em vista a superação dos entraves presentes até os dias de hoje na Região do Recôncavo Sul da Bahia.

## REFERÊNCIAS

ABA – Associação Baiana de Avicultura. Relatório Estatístico, 2003. Conceição de Feira.

ARAÚJO, Tatiana Brito de. **Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano**. Salvador: FIEB, 2002.

Associação Brasileira de Turismo Rural – ABRATURR. **Dados preliminares das propriedades rurais brasileiras em atividades turísticas**, 2004a. Disponível em: <<http://www.turismorural.org.br/abraturr>>. Acesso em: 18 de mar. 2006.

\_\_\_\_\_. Carta de Araxá, 2004b. Disponível em: <<http://www.turismorural.org.br/abraturr>>. Acesso em: 04 de abr. 2006

\_\_\_\_\_. Carta de Joinville, 2004c. Disponível em: <<http://www.turismorural.org.br/abraturr>>. Acesso em: 04 de abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Carta de São Paulo, 2004d. Disponível em: <<http://www.turismorural.org.br/abraturr>>. Acesso em: 04 de abr. 2006.

AZZONI, Carlos Roberto. Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico. **Turismo em Análise**, São Paulo, ECA/USP, 4 (2): 37-51, novembro, 1993.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável**: Recôncavo Sul, 2002. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 de nov. 2007.

BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo – SCT. **Programa de desenvolvimento turístico**, 2007. Disponível em: <[http://www.sct.ba.gov.br/prodetur\\_historico.asp](http://www.sct.ba.gov.br/prodetur_historico.asp)>. Acesso em: 03 de jul. 2007.

\_\_\_\_\_. **Programa de desenvolvimento turístico**, 2007. Disponível em: <[http://www.sct.ba.gov.br/prodetur3\\_1.asp](http://www.sct.ba.gov.br/prodetur3_1.asp)>. Acesso em: 03 de jul. 2007.

\_\_\_\_\_. **Roteiros Ecoturísticos**. Disponível em <<http://www.sct.ba.gov.br/roteiros/baia/cachoeira.asp>>. Acesso em: 20 de abr. de 2006.

\_\_\_\_\_. Disponível em <<http://www.sct.ba.gov.br/roteiros/baia/jaguaripe.asp>>. Acesso em: 20 de abr. de 2006.

\_\_\_\_\_. **Século XXI - Consolidação do Turismo**: estratégia turística da Bahia 2003-2020. Salvador: A Secretaria, 2005.

\_\_\_\_\_. **Roteiros Ecoturísticos da Bahia**. Salvador: 2000.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Cultura. **Guia Cultural da Bahia**: Recôncavo. V.2, 1997.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI **PIB municipal, 2004**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/perfilinmun/sumario.asp>>. Acesso em: 20 de mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica sociodemográfica da Bahia**: 1980-2000. V.1. Salvador: SEI, 2003.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos municípios, 2000.** Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/perfilfinmun/sumario.asp>> Acesso em: 20 de mar. 2007.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** Campinas: Papyrus, 1995.

BENI, Mario Carlos. **Globalização do Turismo:** megatendência do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

\_\_\_\_\_. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Senac, 1997.

BLOS, Wladimir. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA J. A.; RIEDL, Mário (Orgs.). **Turismo rural:** ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa:** monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): de qué estamos hablando? In: BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S. (Org.). **Determinantes e desafios contemporâneos.** Santa Cruz do Sul, RS:EDUNISC, 2000. (Desenvolvimento local-regional, 1). (p. 152-185).

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia – sociedade e economia em transição.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

BRASIL. **Segmentação do Turismo - Marco conceitual,** 2007. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/regionalizacao>>. Acesso em 02 de maio 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar,** 2006. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/pronaf>>. Acesso em 14 de jan. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza no Brasil:** reflexões e perspectivas, 2005. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/portalmtur> >Acesso em 11 de nov.de 2007.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural,** 2005. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/diretrizes>>. Acesso em: maio 2007>.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil,** 2004. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em 20 de jul. de 2006.

\_\_\_\_\_. **Projeto do Milênio**, 2002. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/milenio/index.php>>. Acesso em: 11 de nov. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Manual Operacional do Turismo Rural**. Brasília; Embratur, 1994.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 750 de 10 de fevereiro de 1993. **Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986**. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implantação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: EDUFBA, 2005.

CAIRO, Thiana de Souza. **Turismo rural cultural**: uma alternativa de desenvolvimento para a Costa do Cacau. 2003. 187 f. Dissertação. (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL: turismo no espaço rural brasileiro. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 2000.

CÂNCIO, Daniela. **Turismo rural no Recôncavo Baiano**: Um caso de sustentabilidade? 2005. 123 f. Dissertação. (Mestrado em Análise Regional). Universidade Salvador.

CASTRO, Armando. **Irmãos de fé**: tradição e turismo no Recôncavo Baiano. Rio de Janeiro: e-papers, 2006.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: Rodrigues, Adyr A.B. (Org). **Geografia e turismo**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR (BA). **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS**: Recôncavo Sul. Salvador, 2002.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e Silva. **Turismo e Geografia**: abordagens críticas. Fortaleza, 2005: EDUECE.

COUTO FILHO, Vitor de A. Os “novos rurais” baianos. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. (ed.). **O novo rural brasileiro**: uma análise estadual – Nordeste, volume 2. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000.

**Dicionário Enciclopédico Ilustrado**: Veja Larousse. São Paulo: Editora Aril, v. 21, 2006.



EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um paradigma. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ELASBÃO, I. O turismo como atividade não agrícola em São Martinho-SC. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru-SP: EDUSP, 2000.

FERNANDES, Agnes. Turismo Rural: lazer e proteção ambiental na sociedade pós-industrial. In: BAHL, Miguel. (Org). **Perspectivas do turismo na sociedade pós-industrial**. São Paulo: Roca, 2003.

**FIGURA DO DISTRITO DO IGUAPE E DA CIDADE DE CACHOEIRA**. Disponível em <<http://www.sct.ba.gov.br/roteiros/baia/cachoeira.asp>>. Acesso em 20 de abr. de 2006.

**FIGURA DO RIO JAGUARIFE e CIDADE DE JAGUARIFE**. Disponível em <<http://www.sct.ba.gov.br/roteiros/baia/jaguarife.asp>>. Acesso em: 20 de abr. de 2006.

GARRIDO, Inez Maria Dantas Amor. **Modelos multiorganizacionais no turismo**: cadeias, clusters e redes. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent e MCINTOSCH, Robert W. Porto Alegre. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GUIA INTERNET BRASIL – Guianet. **Mapa da Bahia**. Disponível em: <<http://www.guianet.com.br/mapa.ba.html>>. Acesso em 02 de mar. 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal 1998 - 2005**, 2000a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Produção pecuária municipal 1998 – 2004**, 2000b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em abr. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico**, 2000c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em abr. de 2007.

\_\_\_\_\_. Censo agropecuário municipal, 1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em mar. de 2007.

IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO Julia. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Fundamentos econômicos do turismo. In: **Turismo: teoria e pratica**. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Economia do turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

LEMOS, L de. **Turismo que negócio é esse?** Uma análise da economia do turismo. São Paulo: Papyrus, 1996.

LIMA, I.M. A. de; MATIAS, M. A. A cultura no contexto do turismo no espaço rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, Turismo no espaço rural brasileiro. 1, 1999, Piracicaba, SP. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de Britto Alvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo, FUNDAP, UNESP, 1995.

MATHIESON, A.; WALL, G. Tourism: Economic, Physical and Social Impacts. London. Longmann: 1982.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desarrollo a escala humana**. Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Montevidéo: Noraan Comunidad/Içaria, 1994.

MENDONÇA, Jackson Ornelas. Tendências e Perspectivas da Agricultura Baiana. In: **Cadernos de Análise Regional**, Salvador. Ano IV. Número 3, p. 37-56, 2001.

MÜLLER. Geraldo. **O agrário no complexo agroindustrial**. In: Anais do X Encontro Nacional de Geografia Agrária. Terezópolis, 1990.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 2ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Leila Cristina da Silva. **Possibilidades e Perspectivas do Turismo como Alavancador da Economia do Recôncavo**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana. 2002. 48f.

PNUD – Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 1991-2000**. Disponível em:<http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 12 de fev. de 2007

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo Rural. In: TRIGO, Luiz G.G. (Ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

\_\_\_\_\_. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. **Turismo na Bahia**: estratégias para o desenvolvimento. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

RABAHY, Wilson. **Turismo e desenvolvimento**: estudos econômicos e estatísticos no planejamento. Barueri, SP: Manole, 2003.

RIBEIRO, Sandro Virgílio Prado. **Para entender o turismo rural**. Olinda, PE: Ed do Autor, 2004.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: um ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Román. La escala local del desarrollo. Definición y aspectos teóricos. RDE – **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, I (1): 5-15, Novembro 1998.

RUSCHMANN, Doris. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.

SACHS, Ignacy. As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. In: SACHS, Ignacy **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANCHO, Amparo. (Org.). **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS, Carla A. N. **Análises do turismo no espaço rural em Camboriú, SC**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2001.

SILVA, Jorge A. S. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em *cluster*. Faculdade de Comunicação, Universidade de São Paulo (USP). 2004. (Tese de doutorado).

SILVA, José Graziano da. **O novo mundo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000. Série Pesquisas.

\_\_\_\_\_. A modernização conservadora dos anos 70. In: **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: 1999.

\_\_\_\_\_. **A modernização Dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

SILVA, Silvio Carlos Bandeira de Melo e. O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução de pobreza. In: LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (Org). **Desenvolvimento social sustentável**. Fortaleza: EDUECE, 2003, p. 31.

SOUZA, Marcelo J. L. de. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. (Território, 1).

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Regina Celeste de Almeida. Turismo rural na Bahia. In: **Cadernos de Análise Regional**. Salvador. Ano IV. Número 10, p. 25-48, 2003.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

TEIXEIRA, V. L. **Pluriatividade e agricultura familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**. 1998. 210 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

THEOBALD, William F. **Turismo global**. São Paulo: Senac, 2001.

TULIK, Olga. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio V. **Dessarrollo, redes e innovaciones**: lecciones sobre desarrollo endógeno. Madrid: Ediciones Pirâmide, 1999.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006

WAHAB, S. **Introdução à administração do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1977.

WTTC - WORLD TRAVEL TOURISM COUNCIL. Disponível em [http://www.wttc.org/eng/Research/Tourism\\_Satellite\\_Accounting/index.php](http://www.wttc.org/eng/Research/Tourism_Satellite_Accounting/index.php)>. Acesso em: 11 de set. de 2007.

YIN. Robert K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIMMERMANN, Adonis. **Principais iniciativas de turismo rural no Brasil**, 2005. Disponível em: [www.zimmermann.com.br](http://www.zimmermann.com.br). Acesso em: ago. 2005.

\_\_\_\_\_. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

## **APÊNCIDES**

### **APÊNDICE A – Questionário de pesquisa - Proprietários rurais**

Questionário nº \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_ Hora \_\_\_\_\_ Entrevistador \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_

Informante \_\_\_\_\_ Propriedade \_\_\_\_\_

**1 Sexo:** 1. Masculino 2. Feminino

**2 Qual o seu estado Civil?**

1. Solteiro 2. Casado  
3. Viúvo 4. Separado

**3 Qual a sua faixa etária?**

1. 14 a 17 2. 18 a 25  
3. 26 a 35 4. 36 a 50  
5. 51 a 65 6. acima de 65

**4 Qual o seu nível de escolaridade?**

1. Sem instrução formal 2. Fundamental  
3. Médio 4. Superior  
5. Pós-graduação (mestrado e doutorado)  
6. Outro. Citar: \_\_\_\_\_

**5 Além da propriedade rural o Sr(a) tem outra ocupação?**

1. Sim 2. Não

**5.1 Se sim. Qual?**

Resp: \_\_\_\_\_

**6 Qual a sua renda total mensal aproximada?**

1. Individual R\$ \_\_\_\_\_ 2. Familiar R\$ \_\_\_\_\_

**7 Desta renda, quanto provém de exploração da propriedade rural?**

1. Da Individual \_\_\_\_\_ %  
2. Da Familiar \_\_\_\_\_ %

**8 Quantas pessoas de sua família vivem em sua propriedade?**

1. 1  
2. 2  
3. 3  
4. 4 - 5  
5. 6 - 7  
6. 7 - 10  
7. Acima de 10

**9 Qual é a área de sua propriedade rural em hectares?**

1. Menos de 10 5. De 500 a menos de 2000  
2. De 10 a menos de 100 6. Mais de 2000  
3. De 100 a menos de 200  
4. De 200 a menos de 500

**10 Há quanto tempo o Sr. (a) possui a propriedade?**

1. Menos de 10 anos  
2. 11 – 20 anos  
3. 21 – 30 anos  
4. 31 – 40 anos  
5. 41 - 50 anos  
6. 51 - 60 anos  
7. Mais de 60 anos

**11 Qual é o principal item da produção agropecuária de sua propriedade?**

Resp: \_\_\_\_\_

**12 Que parcela da produção agropecuária total é vendida e que parcela é destinada ao consumo próprio?**

1. Venda \_\_\_\_\_ % 2. Consumo \_\_\_\_\_ %

**13 Quantas pessoas da família foram morar na área urbana do município ou em outra cidade do Estado?**

- 1  2  3  4 ou mais

**14 Qual o motivo que levou o membro da família a morar na área urbana do município ou em outra cidade do Estado?**

1. Busca de emprego  
2. Melhor qualidade de vida  
3. Estudo  
4. Conhecer e viver em um núcleo urbano  
5. Outro.

Citar: \_\_\_\_\_

**15 O Sr.(a) já ouviu falar em Turismo rural?**

1. Sim 2. Não

**16 O Sr.(a) desenvolve o turismo rural em sua propriedade?**

1. Sim 2. Não

**16.1 Se sim. Por que motivo passou a explorar o turismo rural em sua propriedade?**

1. Diversificação da atividade econômica  
2. Manutenção econômica da propriedade  
3. Preservação do patrimônio histórico da propriedade  
4. Demanda para o turismo  
5. Beleza natural da propriedade  
6. Melhoria da qualidade de vida  
6. Morar no local  
7. Área ociosa na propriedade  
8. Outro.

Citar: \_\_\_\_\_

**26 Na opinião do Sr(a) o turismo rural no seu município tem atuado em benefício da região e de sua população?**

- 1 Sim 2 Não

<p><b>16.2 Se sim. Quais atrativos turísticos existem em sua propriedade?</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rio</li> <li>2. Cachoeira</li> <li>3. Área verde</li> <li>4. Montanha</li> <li>5. Pomar</li> <li>6. Outro: Citar _____</li> </ol> <p><b>17 Qual é a principal fonte de renda de sua propriedade?</b></p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%;">1. Turismo rural</td> <td style="width: 50%;">2. Pecuária</td> </tr> <tr> <td>3. Agricultura</td> <td>4. Aquicultura</td> </tr> <tr> <td>5. Avicultura</td> <td>6. Silvicultura</td> </tr> <tr> <td>7. Horticultura</td> <td></td> </tr> <tr> <td>9. Outra. Citar: _____</td> <td></td> </tr> </table> <p><b>18 Qual é o percentual de contribuição do turismo rural para a manutenção da sua propriedade?</b></p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%;">1. Até 5%</td> <td style="width: 50%;">2. 6% - 10%</td> </tr> <tr> <td>3. 11% - 20%</td> <td>4. 21% - 30%</td> </tr> <tr> <td>5. 31% - 50%</td> <td>6. 51% - 70%</td> </tr> <tr> <td>7. 71% a 100%</td> <td></td> </tr> </table> <p><b>19 Depois da implantação do turismo rural, algum membro da família retornou para morar na propriedade?</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> </ol> <p><b>20 Quantos membros da família voltaram a morar na propriedade?</b></p> <p><input type="checkbox"/> 1    <input type="checkbox"/> 2    <input type="checkbox"/> 3    <input type="checkbox"/> 4 ou mais</p> <p><b>21 O membro da família que retornou, passou a trabalhar no turismo rural?</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> </ol> <p style="text-align: center;"><u>Utilize legenda do rodapé nas questões de 22 a 25</u></p> <p><b>Qualificar os aspectos abaixo, conforme o grau de influência do desenvolvimento do turismo rural na sua propriedade:</b></p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 80%;">22 Nível de Renda</td> <td style="width: 20%; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>23 Qualidade de Vida</td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>24 Conservação da propriedade</td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>25 Preservação do meio ambiente</td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	1. Turismo rural	2. Pecuária	3. Agricultura	4. Aquicultura	5. Avicultura	6. Silvicultura	7. Horticultura		9. Outra. Citar: _____		1. Até 5%	2. 6% - 10%	3. 11% - 20%	4. 21% - 30%	5. 31% - 50%	6. 51% - 70%	7. 71% a 100%		22 Nível de Renda	<input type="checkbox"/>	23 Qualidade de Vida	<input type="checkbox"/>	24 Conservação da propriedade	<input type="checkbox"/>	25 Preservação do meio ambiente	<input type="checkbox"/>	<p><b>26.1 Por quê?</b></p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <p><b>Observações:</b></p>
1. Turismo rural	2. Pecuária																										
3. Agricultura	4. Aquicultura																										
5. Avicultura	6. Silvicultura																										
7. Horticultura																											
9. Outra. Citar: _____																											
1. Até 5%	2. 6% - 10%																										
3. 11% - 20%	4. 21% - 30%																										
5. 31% - 50%	6. 51% - 70%																										
7. 71% a 100%																											
22 Nível de Renda	<input type="checkbox"/>																										
23 Qualidade de Vida	<input type="checkbox"/>																										
24 Conservação da propriedade	<input type="checkbox"/>																										
25 Preservação do meio ambiente	<input type="checkbox"/>																										

Legenda: 1=Melhorou    2= Piorou    3= Ficou na mesma    4= Não se aplica/Não sabe

## APÊNDICE B – Roteiro de entrevista – Gestores do turismo



- 1- Quais os planos, programas e/ou projetos, atuais e futuros, com relação a atividade turística no município?
- 2- Qual o panorama atual do turismo rural neste município e segundo este panorama qual a tendência para o futuro?
- 3- O que o Estado tem feito ou planejado para incentivar o turismo rural no município?
- 4- Dentro do programa de governo desta gestão administrativa para o turismo rural o que já foi realizado?
- 5- O que não foi, qual a limitação?
- 6- E a Prefeitura?
- 7- Na sua opinião o turismo traz benefícios para a região? Comente.
- 8- Uma avaliação desta secretaria em relação ao desenvolvimento do turismo no meio rural do município.

## **APÊNDICE C – Carta enviada ao Secretário de Fomento do Município de Cachoeira**

Salvador, 02 de abril de 2007

A

Prefeitura de Cachoeira

Secretário de Fomento

Sr. Julio César

Prezado Secretário,

Sou discente no curso de mestrado em Análise Regional da Universidade Salvador – UNIFACS e para conclusão do curso desenvolvo uma pesquisa sobre o tema de Turismo Rural como fonte de renda complementar para as propriedades rurais dos municípios de Cachoeira e Jaguaripe no Recôncavo Baiano.

Esta pesquisa possui como objetivo principal avaliar se o turismo enquanto atividade econômica pode atuar como uma fonte de renda complementar ou substituta em relação às demais atividades econômicas locais, gerando benefícios para os proprietários rurais.

Nesse sentido, os objetivos desta comunicação são: solicitar uma entrevista com V.Sa. para tratar sobre o tema de turismo rural no município e o outro é uma contribuição para que se torne possível à realização da minha pesquisa em campo, já que será necessário aplicação de questionário com alguns proprietários rurais da localidade. Para isso a contribuição está relacionada à hospedagem, alimentação e transporte de Salvador/Cachoeira, dentro da localidade e Cachoeira/Salvador, para os participantes da pesquisa.

Para a realização desta pesquisa será necessária a participação além da pesquisadora, mais duas pessoas, para que se possa visitar o total de propriedades estabelecida na amostra. O período de permanência está estimado em uma semana.

Atenciosamente,

Sueli Leon

**APÊNDICE D – Carta encaminhada à Diretora de Turismo do Município de Jaguaripe**

Salvador, 15 de março de 2007

A

Prefeitura de Jaguaripe

Diretora de Turismo

Sra. Eli Carla

Prezada Diretora,

Sou discente no curso de mestrado em Análise Regional da Universidade de Salvador – UNIFACS e para conclusão do curso desenvolvo uma pesquisa sobre o tema de Turismo Rural como fonte de renda complementar para as propriedades rurais dos municípios de Cachoeira e Jaguaripe no Recôncavo Baiano.

Esta pesquisa possui como objetivo principal avaliar se o turismo enquanto atividade econômica pode atuar como uma fonte de renda complementar ou substituta em relação às demais atividades econômicas locais, gerando benefícios para os proprietários rurais.

Nesse sentido, os objetivos desta comunicação são: solicitar uma entrevista com V.Sa. para tratar sobre o tema de turismo rural no município e a outra é uma contribuição para que se torne possível à realização da minha pesquisa em campo, já que será necessária aplicação de questionários com alguns proprietários rurais da localidade. Para isso a contribuição está relacionada à hospedagem, alimentação e transporte.

Atenciosamente,

Sueli Leon